

COMEC

UMA
TRAJETÓRIA
DE TRABALHO
COM
ADOLESCENTES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

COMEC: uma trajetória de trabalho com adolescentes/COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. -- Santa Bárbara d'Oeste: Gráfica Mundo, 2018.

ISBN 978-85-61850-23-4

1. COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - História 2. Crianças e adolescentes - Direitos 3. Delinquência juvenil - Estudo de casos 4. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 5. Liberdade assistida 6. Menores infratores 7. Serviço social - Administração I. COMEC - Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas. II. Título.

18-16559

CDD-364.36

Índices para catálogo sistemático:

1. Adolescentes infratores: Problemas sociais 364.36
2. Menores infratores: Problemas sociais 364.36

Iolanda Rodrigues Biode - Bibliotecária - CRB-8/10014

EXPEDIENTE



Diretoria

Presidente: Jurandir Fernando Ribeiro Fernandes
Diretora Vice-Presidente: Silvia Beatriz de Mendonça Pereira
Diretora 1ª Tesoureira: Elena Maria Homem de Mello Meyer
Diretora 2ª Tesoureira: Celene Margarida Cruz
Diretora 1ª Secretária: Delma Aparecida de Lima
Diretor 2º Secretário: Hermano de Medeiros Ferreira Tavares
Diretora Social: Maria Stella Brant de Carvalho Paterno
Diretora de Captação de Recursos: Carmem Silvia Sguera Silva Fernandes

Conselho Fiscal

João Frederico da Costa Azevedo Meyer
Maria Lúcia Amaro Rosa
Marcos Carneiro da Silva
Jaber Rosa (In memoriam, 2018)

Equipe Técnica

Coordenadora Geral: Marili Foltran
Coordenadora do Programa de Liberdade Assistida:
Larissa Mazzotti Santamaria
Coordenadora do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade:
Adilaine Juliana Scarano Vedovello

LA

Alessandra de Moura
Ana Flávia Silva Luz
Beatriz Modesta Rodriguez Soltermann
Bruno Peron Saturnino
Debora Porto Maciel da Silva
Glaucy de Oliveira Della Torre
Juliana Berger Valente
Leonel Castro Cabral
Lucimara Rosa da Silva Amaral
Karina Ramos Menegazzo da Rocha
Michele Vieira Santana
Raquel de Araujo Neves Rocha
Sharlene Silva Magalhães

PSC

Ariane Priscila de Oliveira dos Santos
Jonatas Aparecido da Silva
Katia Adriane Diniz Muñoz
Luana Vicente Salgado
Pâmela Renata Corrêa de Oliveira
Patrícia Bandeira Cabral
Tâmara Harumi Yamagute Rosa
Tatiane Frazão da Silva Zamai
Uiara Cristina Viana Danelutti
Vanessa Aparecida dos Santos Uchôa
Vanessa Fidelis Brambilla

Equipe Adm

Fabício dos Reis Bueno
Fernanda de Freitas Santos
Luciana Maria Beltram Telles
Silvia Patricia Amaro

Equipe de Apoio

Dalva de Oliveira Marques
Dorcelina Batista de Souza
Naath Queiroz de Andrade
Rosa Maria Moreira
Sebastiana de Sousa Almeida Pinheiro
Sueli Alves dos Santos

Realização

Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas - COMEC

Produção de Texto

Adilaine Juliana Scarano Vedovello, Juliana Berger Valente, Larissa Mazzotti Santamaria, Maria Aparecida Diniz, Marili Foltran, Miriam Souza Leão Albuquerque, Tâmara Harumi Yamagute Rosa e Uiara Cristina Viana Danelutti.

Redação e revisão técnica

Maria de Lourdes Trassi Teixeira

Revisão gráfica

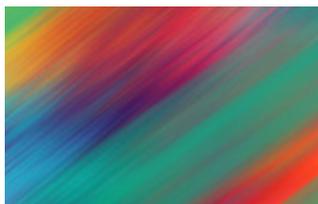
Kátia Rossin

Fotografias

Divulgação COMEC
Giancarlo Giannelli

Projeto gráfico e editoração

Fábrica de Ideias

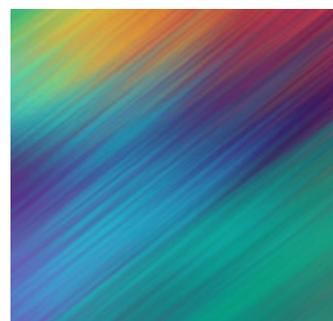




Agradecimentos

Cabe aqui agradecer à Diretoria, à equipe de LA, AP e PSC, que colaboraram com muitas discussões para fundamentar e demonstrar o trabalho executado; à FEAC, que considerou, após um curso de tecnologia social, que o material apresentado pelo COMEC continha uma experiência a ser compartilhada e providenciou parte dos recursos necessários para viabilizar essa publicação; à dedicação e ao apoio da profa. Maria de Lourdes Trassi Teixeira, que realizou inúmeras leituras, supervisionou e cuidou da organização de nosso acervo documental de várias décadas; à dra. Janete Georgetti Valente, Secretária da Assistência Social e Segurança Alimentar (de 2013 a 2017), pelo prefácio do livro e, por uma parceria responsável e duradoura.

“Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia...”
Guimarães Rosa





Sumário

Apresentação.....	10
Prefácio	12
Capítulo 1: O cenário de origem do COMI.. COMEC.....	15
Capítulo 2: De COMI a COMEC: de menor a adolescente.....	21
Capítulo 3: As propostas de trabalho do COMEC preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).....	27
Capítulo 4: O COMEC e os desafios de implantação do ECA.....	39
Capítulo 5: Liberdade Assistida (LA)	45
Capítulo 6: Aprendizagem Profissional (AP)	63
Capítulo 7: Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	79
Breve síntese	95
Bibliografia	99
Anexos	103
1. Levantamento de dados do perfil do adolescente atendido pelos programas de Liberdade Assistida, Aprendizagem Profissional e Prestação de Serviços à Comunidade	104
2. Projetos em destaque	114
3. Prêmios recebidos pelo COMEC ou por um de seus programas...	115
4. Estudos e pesquisas com foco em programas e projetos desenvolvidos pelo COMEC.....	116
5. Manual interno de normas e procedimentos do acolhimento	119
6. Glossário de siglas	121





Apresentação

Este livro apresenta o trabalho desenvolvido no COMEC ao longo de 38 anos de história.

Com empenho e satisfação, foi possível sistematizar o trabalho aqui realizado com base em pesquisa no acervo documental produzido por muitos profissionais que participaram desta trajetória, no manejo com o adolescente e, particularmente, com o adolescente em conflito com a lei.

A organização dos capítulos inicia-se com um panorama da primeira década de sua fundação: “O cenário de origem do COMI... COMEC”, em 1980, cujo foco foi o adolescente autor de ato infracional e impulsionou seus idealizadores a coordenar pessoas vocacionadas a colaborar para a criação de um trabalho ousado e humanista que garantisse os direitos do adolescente e que ele fosse cuidado em sua própria comunidade. As ações derivadas deste impulso estão descritas no capítulo seguinte, “De COMI a COMEC: de menor a adolescente”.

As propostas de trabalho com o adolescente autor de ato infracional anteciparam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O COMEC foi se especializando, agregando pessoas dedicadas e competentes para compor sua gestão e fortalecendo, no interior de suas equipes técnicas, o compromisso e a importância de atuar nas políticas públicas relativas à área da criança e do adolescente.

Os desafios colocados na efetiva implantação do ECA estiveram presentes na busca de legitimar os direitos e deveres dos adolescentes atendidos na instituição, como condição para o trabalho complexo

que desafia a compreensão e as práticas junto ao fenômeno adolescência e violência. A aprendizagem do “como fazer” teve início no trabalho com a “Liberdade Assistida”, descrita no capítulo a seguir, no qual se resgatam todas as ações e interlocuções com a rede de serviços que desenhavam a premência de estabelecer parcerias. Também, neste capítulo, descreve-se como se assegurou que a execução da medida em meio aberto se beneficiasse da atuação de muitas áreas do conhecimento e de práticas profissionais: direito, serviço social, psicologia, terapia ocupacional, pedagogia, educação, ciências sociais, entre outras.

O capítulo “Aprendizagem profissional” buscou descrever a importância conferida pelo COMEC, ao longo de seus 20 anos de existência, ao protagonismo juvenil, ao trabalho e à reflexão sobre este tema como processo de aprendizagem a ser enfrentado.

Ao assumir, em 2007, a medida socioeducativa de “Prestação de Serviços à Comunidade”, o COMEC enfrentou mais um desafio – o adolescente sendo orientado e desenvolvendo habilidades para vivenciar o exercício da responsabilidade e da cidadania através da prestação de um serviço como reparação da prática do ato infracional. Destaca-se, neste capítulo, como o trabalho coletivo em seu território de origem revelou-se uma estratégia inovadora e produtiva.

Cabe ressaltar que essa publicação recebeu todo o incentivo dos atuais dirigentes da instituição, tendo em vista sua relevância como material de consulta e diálogo com os profissionais e estudantes de diferentes áreas envolvidos em programas de medidas socioeducativas.

O COMEC entende que a longevidade de suas ações está diretamente relacionada a sua capacidade de contribuir com a política pública de efetivação de direitos do adolescente na cidade de Campinas. As decisões que orientam seu cotidiano são pautadas em sua missão, em seu estatuto social e nas leis vigentes, referência para os esforços de todos os que aqui trabalham.

Boa leitura!

Campinas, Junho de 2018.

Marili Foltran
Coordenadora-geral



Prefácio

Quero externar o meu prazer em realizar a leitura e ser convidada a realizar este prefácio. As organizações citadas, as pessoas envolvidas, tudo contribuiu para reavivar a minha memória, juntar essa trajetória e dela participar com tantos nomes e momentos históricos no desenvolvimento do trabalho com crianças e adolescentes no nosso município.

A preocupação em tratar o cotidiano como possibilidade de espaço transformador é presente durante todo o contar das histórias que envolvem o trabalho da equipe do COMEC, desde sua criação.

Sua particularidade se manifesta assumindo por norte a clareza de que o trabalho com adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco exigia um conhecimento maduro e firme da natureza dessa problemática, de suas necessidades e possibilidades. Exigia também uma compreensão suficientemente aprofundada das questões vivenciadas pelas famílias nelas envolvidas. O desafio sempre se apresentou em estruturar uma ação que possibilitasse, por um lado, a acolhida e os cuidados de qualidade e, por outro lado, o compromisso com a construção de uma cidadania plena para todos os envolvidos no processo de cuidado.

Percebe-se que a construção teórico-prática do serviço tem ocorrido durante todo o seu processo de funcionamento, em uma relação dialética, tentando sempre enfrentar os desafios, que a cada dia se apresentavam (e se apresentam) mais dinâmicos e exigentes. Esse dinamismo se comprova na cuidadosa adaptação e mudança de rumos, sempre que necessário, para o oferecimento de um trabalho sério e inovador. É nítido que nesse processo de crescimento sempre esteve presente o cuidado de abordar aspectos que precisavam de maior aprofundamento, não apenas na reflexão teórico/metodológica, mas também na reflexão conceitual e legal.

Nesse sentido, o COMEC vem se estruturando como um serviço de atendimento a adolescentes que inclui suas famílias, os quais são vistos em uma perspectiva de totalidade, de reconhecimento de seus direitos, em uma preocupação constante por realizar um trabalho efetivo. Essa metodologia tem orientado um trabalho que se desenvolve a partir de intervenções simultâneas com os adolescentes, com suas famílias, com a rede de proteção que compõe o Sistema de Garantia de Direitos e com a sociedade como um todo. Nessa perspectiva, também é clara a procura dinâmica da utilização das leis e das normativas municipais, como suporte em sua estratégia de exigibilidade de direitos.

As diferentes dimensões da questão refletidas no objeto da ação do COMEC – o acolhimento, a preparação de adolescentes para o mercado de trabalho, o trabalho com medidas socioeducativas, o envolvimento da família, dos parceiros do território, das





empresas, fundações e do cuidado e dinamismo da própria equipe – evidenciavam a complexidade da estruturação dos conhecimentos necessários para seu enfrentamento, o que demandou recorrer cotidianamente a diversas áreas de saber. Esse cotidiano, responsável com a construção de conhecimento, se mostra nas ações diretas e qualificadas em si, fundado em um diálogo crítico com os mesmos e na experimentação na ação, durante toda a existência do serviço. Isso se materializa também nos diversos prêmios recebidos em vários setores da sociedade.

Dada sua complexidade, esses conhecimentos precisariam ser atualizados permanentemente, para garantir não apenas o enfrentamento de problemas novos, mas também a construção de soluções diferenciadas, que respeitassem a cultura e o ritmo possível dos adolescentes e de suas famílias. Essa reflexão sobre a sua especificidade fez do COMEC um serviço dinâmico, em permanente reconstrução.

Nessa nova e atual dimensão – o fortalecimento da rede de proteção no território de moradia dos adolescentes – nos instiga ao acompanhamento dos resultados, na certeza de que em breve esta equipe estará apresentando, uma vez mais, um trabalho reconhecido, na inovação e no oferecimento de ações concretas de transformação social.

Enfim, esta obra, que ora se apresenta, nos convida à reflexão, tendo como eixo referencial a estruturação dos conhecimentos acumulados sobre o atendimento a adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, sobretudo o envolvimento previsto nas medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente, no município de Campinas.

Jane Valente

Secretária Municipal de Assistência Social
e Segurança Alimentar (Período de 2013 a 2017)



O Cenário de origem do Comi... Comec¹

CAPÍTULO 1

- 1 COMI – Centro de Orientação ao Menor Infrator, 1980. Em 1983, o COMEC refere-se a Centro de Orientação ao Menor de Campinas. Foi registrado em cartório no dia 31 de julho de 2001 como Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC), em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente, tornando-se nome fantasia.

O COMEC surgiu na década de 1980, em Campinas, município do estado de São Paulo.

Teve origem no compromisso ético e político de setores da sociedade com o resgate das condições de vida dignas de parcela da infância, adolescência e juventude, a qual vivia consequências sociais e econômicas adversas a seu desenvolvimento como pessoa e como cidadã.

Naquela década, Campinas sentia os efeitos da explosão populacional da década de 1970. A cidade, em função de seu desenvolvimento econômico, tornou-se polo de atração de migração interna de estados vizinhos – Paraná, Minas Gerais – e estados do Nordeste.

No período, Campinas era considerada a segunda maior cidade do estado de São Paulo, situada a 90 quilômetros da capital e cercada por grandes rodovias e polos industriais em crescente expansão². Seu crescimento populacional foi significativo, duplicado em uma década e chegando a 665 mil habitantes³.

Desde a década de 1940, a cidade já se destacava como polo educacional, com a inauguração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, que, na década seguinte, se transformava em universidade – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCC) –, incorporando a Faculdade de Serviço Social (1956) e, posteriormente, a Faculdade de Medicina. A Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) foi fundada em 5 de outubro 1966.

A cidade expandiu-se principalmente nas direções oeste e sul. Contudo, o crescimento urbano desordenado, sem planejamento, aumentou seus bolsões de pobreza, com invasões de terrenos e criação de favelas, e levou ao aumento significativo da população marginalizada⁴. Na década de 1980, foi criado o Plano de Desfavelamento da Cidade de Campinas.

Neste contexto, observa-se o crescimento da violência urbana⁵. A preocupação em relação a isso, principalmente no que se referia à criança e ao envolvimento de adolescentes e jovens com a criminalidade, marcou a segunda metade dos anos 1980, quando ocorreram várias iniciativas, para enfrentar este desafio, incentivadas pela Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC).

2 A partir da década de 1940, são instaladas empresas multinacionais na região, tais como a Rhodia, em Paulínia (1942), Singer, Pirelli e Bosch.

3 Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (1996) sobre o período de 1940 a 1946. Atualmente, Campinas possui, segundo o Censo IBGE 2010, 48.356 adolescentes entre 15 e 17 anos e 130.252 jovens entre 18 e 24 anos.

4 O “Levantamento socioeconômico das populações marginais”, realizado pela Fundação Plano de Amparo Social, em 1969, estimou que a população marginal de Campinas era de 82.427 cidadãos, com “[...] predominância na faixa etária de 0 a 15 anos”.

5 Em 2013, o autor do *Mapa da violência*, Jacobo Waiselfisz, afirma que a migração de polos de desenvolvimento econômico para o interior dos estados e para outros estados da Federação leva junto consigo a violência e a criminalidade.



Esta preocupação vinha desde a década de 1970, revelada na “Semana de Estudos do Problema de Menores da Região de Campinas”, realizada entre 6 e 11 de abril de 1970. A comissão organizadora do evento foi integrada pela FEAC, pelo Juizado de Menores e pela Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo – Divisão Regional de Campinas. Os temas abordados apontam as preocupações predominantes, com ênfase na condição dos adolescentes⁶.

As entidades sociais fundadas tinham o apoio da FEAC; e, ao longo deste período, dobrou o número de entidades filiadas, com o intuito de promover espaços de acolhimento para crianças, adolescentes e idosos.

Na passagem da década de 1970 para a de 1980, havia 20 instituições em Campinas, destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos, que atendiam 2.767 pessoas. A demanda era de 49.756 pessoas⁷.

No contexto político, em consonância com o que ocorria no país, em pleno processo de redemocratização, Campinas foi também palco de manifestações sociais, com grandes comícios pelas “Diretas Já” (1984), e fomentava o espírito crítico, o anseio pela democracia de setores da sociedade local.

A condição de vulnerabilidade⁸, que atingia particularmente as crianças e adolescentes moradores das regiões sul e sudoeste da cidade – cujas moradias eram precárias, localizadas em terrenos invadidos e favelas – denunciavam a carência de recursos e equipamentos públicos e privados que garantissem o acesso ao atendimento em saúde, à rede escolar e a equipamentos culturais e esportivos.

Constatou-se o aumento da criminalidade também entre a população de adolescentes que se envolviam com a prática de ato infracional⁹, embora se caracterizassem como pequenos delitos e comportamentos considerados antissociais, inclusive na escola. Esta situação chamou a atenção do Poder Judiciário e do Ministério Público, pois eram nestas instâncias que chegavam as demandas relativas a esses adolescentes.

O atendimento das crianças e adolescentes campineiros envolvidos com pequenos delitos – furtos, “vadiagem” – caracterizava-se pela apresentação periódica ao comissário de menor, a fim de “assinar” presença, porque o Código de Menor (1979) já previa a

6 Temas abordados: Abandono e marginalização do menor; Menor infrator; Trabalho do menor; Colocação familiar; Legislação do menor.

7 FEAC, *Biografia de um pacto social – 40 anos de integração, apoio e solidariedade* (p, 99).

8 É considerada condição de vulnerabilidade aquela que compromete o presente e o futuro da criança e/ou adolescente, pois não garante o exercício de direitos imprescindíveis ao seu desenvolvimento como pessoa e cidadão.

9 A expressão “adolescente autor de ato infracional” é própria do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Entre as décadas de 1970 e 1980, havia a vigência do Código Mello Mattos (1923) e, posteriormente, do Código de Menores (1979); portanto, a identificação dos adolescentes envolvidos com a criminalidade consistia em termos como “menor infrator” e “menor delinquente”.

liberdade vigiada¹⁰, ou encaminhamento para as unidades de privação de liberdade da recém-inaugurada FEBEM-SP¹¹, localizadas na cidade de São Paulo.

O Centro de Orientação ao Menor Infrator (COMI) nasce no auge dessas preocupações sociais e em articulação com o Juizado de Menores. O Poder Judiciário e o Ministério Público constituíam-se em termômetro importante das preocupações da sociedade local, por intermédio das figuras do juiz dr. Rubens Andrade de Noronha e do curador de menores (promotor de justiça) dr. Hermano Roberto Santamaria, os quais propõem a fundação de uma instituição particular que “atendesse adequadamente os adolescentes”. Até então, aqueles que chegavam ao Juizado de Menores eram “simplesmente advertidos ou sumariamente internados¹²”.

Divulgação



Comemoração dos 25 anos do COMEC: os fundadores da instituição, Dr. Rubens Andrade de Noronha (à esquerda) e Dr. Hermano Roberto Santamaria (à direita). Ao centro, Delma Aparecida de Lima, presidente da época

- 10 Atualmente, nomeada como Liberdade Assistida. A liberdade vigiada é uma medida “importada” do sistema penal adulto.
- 11 A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) – é estrutura destinada ao atendimento de crianças e adolescentes nos estados a partir da instalação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) –, instaurada em dezembro de 1964 pela junta militar que governava o país. No estado de São Paulo, foi inaugurada em 1975, com a Unidade Desembargador Theodomiro Dias, no “Quadrilátero do Tatuapé”, na cidade de São Paulo.
- 12 Relatório COMEC “Desenvolvimento do Trabalho de 1980 a 1990”, nos arquivos da instituição.



Com tal finalidade, formou-se um grupo, no ano de 1979, que envolvia o Juizado de Menores, profissionais da área da assistência social, representantes de entidades que já executavam projetos junto aos adolescentes, servidores da Secretaria da Promoção Social, da Saúde do estado e do município, FEAC, representantes das universidades locais (UNICAMP e PUCC) e Delegacia de Menores. Esses representantes reuniram-se para pensar estratégias de enfrentamento da situação da criança e do adolescente na cidade¹³. Neste contexto ocorre, em maio de 1980, a criação do “Centro de Orientação ao Menor Infrator” (COMI).

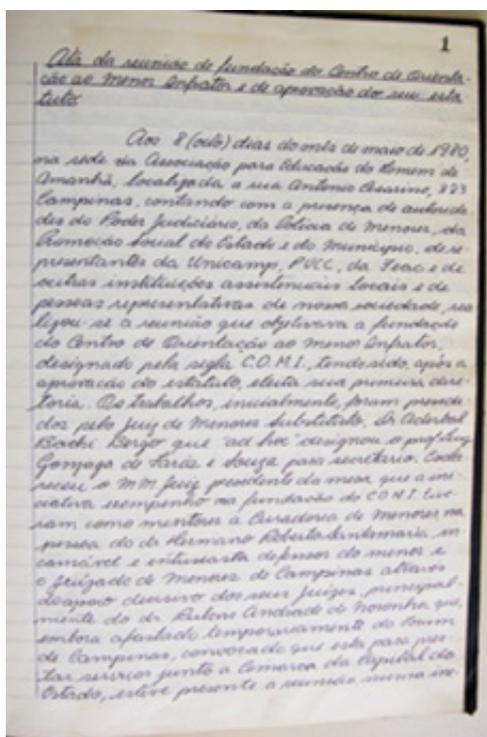
Inicialmente, constituiu-se um Grupo de Trabalho Especializado (GTE), com médicos psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, para realizar a triagem, o diagnóstico e o atendimento a adolescentes que chegavam ao Juizado de Menores. Esse grupo tinha como principal enfoque o estudo e a reflexão sobre as condições precárias de existência de setores da infância e adolescência, o envolvimento dos adolescentes com a prática de pequenos delitos e as possibilidades de intervenção, buscando uma alternativa de atendimento especializado e orientação individual e familiar que garantissem sua permanência na cidade, proximidade com a comunidade de origem do adolescente e, portanto, uma qualidade de atendimento que oferecesse outras perspectivas de vida, tanto no presente como no futuro.

13 No ano de 1979, havia, “oficialmente”, 300 adolescentes infratores na cidade de Campinas.

De COMI a COMEC: de menor a adolescente

CAPÍTULO 2

A ata do Grupo de Trabalho Especializado (GTE) instituiu, em 8 de maio de 1980¹⁴, o COMI – Centro de Orientação ao Menor Infrator – que, em 1983, foi substituído pelo COMEC – Centro de Orientação ao Menor de Campinas – e, após a promulgação do ECA, identificado como Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas¹⁵.



14 Período de vigência do Código de Menores, de 1979.

15 A substituição do nome já indicava a crítica ao termo “menor infrator”, considerado estigmatizante. O termo “menor” também foi banido no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, pois carregava uma carga pejorativa e era usado exclusivamente para se referir a crianças e adolescentes pobres, diferenciando-os das demais crianças e adolescentes brasileiros. O COMEC manteve esta sigla como nome fantasia e passa a se identificar como Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas.

Seu Conselho gestor era composto por profissionais de setores da sociedade civil¹⁶; a Diretoria era voluntária, com a função de garantir uma permanente reflexão, no sentido de incorporar conhecimentos técnicos atualizados que resultassem em novas metodologias de atendimento ao adolescente, sua família e comunidade – em contraponto às ações punitivas, repressivas e coercitivas que prevaleciam no período, legitimadas pela doutrina da situação irregular que fundamentava o Código de Menores.

Os objetivos eram evitar a institucionalização de crianças e adolescentes com conduta antissocial, e/ou daqueles que cometiam delitos considerados leves, na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM-SP); evitar o afastamento do adolescente de sua família e de sua comunidade de origem¹⁷; inaugurar metodologia de trabalho que considerasse as necessidades, interesses e responsabilidades dos adolescentes.

O desafio era desenvolver um trabalho competente e orientado por uma concepção educacional comprometida com os direitos dos adolescentes e que se revelasse na qualidade técnica do atendimento. Este enfoque, portanto, antecipava a mentalidade que iria, a partir da segunda metade da década de 1980, orientar setores da sociedade civil, dos poderes Judiciário e Legislativo, na elaboração de uma legislação que superasse a doutrina da situação irregular na qual se baseavam os dois códigos anteriores – o de 1927 e o de 1979 –, a qual orientava, em uma perspectiva assistencialista e/ou repressiva, os procedimentos de abordagem e atendimento das crianças e adolescentes pobres e, particularmente, aqueles considerados portadores de conduta antissocial (os infratores).

A consecução dos objetivos propostos implicava a construção de uma rede de apoio e de articulação dos serviços existentes no município. Isso foi facilitado pelo histórico de constituição do GTE e pela composição de seus conselhos gestor e técnico, com representação de diferentes setores da sociedade e das instituições existentes no município: Juizado de Menores, FEAC, FEBEM-SP, Secretaria da Promoção Social, UNICAMP e entidades particulares¹⁸.

- 16 Primeira Diretoria voluntária do COMI para o biênio 1980-1982: Presidente: Cel. João José Bastos Brito | Vice-presidente: Hernani Bueno de Oliveira – Empresário | 1º Secretário: Luiz Gonzaga de Faria e Souza – Professor | 2º Secretário: Maria Cecilia Menezes – Professora | 1º Tesoureiro: Renato Schroeder – Empresário | 2º Tesoureiro: Irineu Dupas – Empresário | Conselho Fiscal: Ruy Rodriguez; Wilson V. Alves; Paulo de Castro | Suplentes: Luiz Meirelles; Dirceu Martins Ribeiro; Francisco José Giordano. Nesta data (08/05/1980) ocorre a aprovação do estatuto e a constituição do Conselho técnico, com representantes de vários órgãos da cidade.
- 17 Ao longo deste período, as unidades de internação da FEBEM-SP localizavam-se em outros municípios e, particularmente, na cidade de São Paulo, o que implicava a transferência dos adolescentes de sua cidade de origem e a permanência distante da família.
- 18 Os representantes das entidades: Juizado de Menores – Silvia Penteado de Barros; Secretaria da Promoção Social do ESP – Ede Aparecida B. Caligiuri; Divisão Regional de Saúde – dr. Denir Zamariolli; Divisão Regional de Ensino – profa. Eny Ponce Villela Lima; Juizado de Menores – Silvia Penteado de Barros; Secretaria Municipal de Promoção Social – Maria Aparecida Leadini; Delegacia de Polícia de Menores – dr. Uassyr Martinelli; PUCC – dr. Henrique Ernesto Ediard; FEAC – Lúcia Helena Marquezi; ACIC – João Motta; UNICAMP – dr. Everardo Moraes Buoncompagno, representando o dr. Fabio Antonio Adamo além de dr. Hermano Roberto Santamaria, promotor e curador de menor, e dr. Rubens Andrade de Noronha, juiz de menores (dados extraídos da ata de reunião de 15/5/1980). Na ata de 13/6/1980, referente à posse da Diretoria, Conselho fiscal e Conselho técnico, há a participação dos representantes acima, aos quais se acresce a representante da Secretaria de Relações do Trabalho, Ana Maria Meloni Raffi.



Em um primeiro momento, o atendimento direto realizado pelo COMI ocorria em uma sala cedida pelo Juizado de Menores; e, depois, ao longo de dois anos, em uma sala cedida pela Associação de Educação do Homem de Amanhã (a “Guardinha”). Posteriormente, ocupou uma casa cedida por essa associação, a qual passa a ser de sua propriedade e onde permanece até hoje¹⁹. Sua Diretoria permanecia voluntária.

Divulgação



Primeira equipe - COMI

A entidade iniciou seus trabalhos em nível ambulatorial²⁰, com uma assistente social, uma psicóloga e um funcionário administrativo; todos cedidos (comissionados) pela FEBEM-SP. Foram abertos estágios para os alunos dos cursos de graduação de serviço social, psicologia e terapia ocupacional das universidades locais. O trabalho caracterizava-se, neste primeiro momento, pelo atendimento dos adolescentes encaminhados pelo Juizado de Menores, por meio de entrevistas com eles e seus familiares, nas quais se diagnosticavam as necessidades de tratamento e encaminhamentos específicos para outros serviços, ou para atendimento sistemático pelos próprios técnicos que constituíam essa equipe profissional inicial.

- 19 A casa, propriedade da Associação de Educação do Homem de Amanhã, inicialmente ocupada sem custos, foi adquirida pelo COMEC através de permuta com terreno doado. Está situada à Rua da Abolição, 92, no bairro Ponte Preta; atualmente, localizam-se neste endereço sua sede e o serviço de medida socioeducativa de liberdade assistida.
- 20 “Ambulatorial” é um termo médico, ‘importado’ da área da saúde (psiquiatria) que, no período, tinha prevalência sobre outras áreas de conhecimento/atendimento e, no GT, tinha participação de destaque.



Em 1979, havia 300 adolescentes com passagem pelo Juizado de Menores²¹ e identificados como infratores. E, embora não houvesse ainda uma formalização do GTE, foi realizado atendimento a três adolescentes por intermédio do trabalho de profissionais voluntários.

De maio a setembro de 1980, o COMI atendeu 22 adolescentes e suas famílias. Dentre eles, 19 eram do sexo masculino e 3 do sexo feminino. A faixa etária era de 9 (nove!) a 17 anos, e os atos atribuídos eram: furto (14), lesão corporal (3), atentado ao pudor (2), atropelamento (1), homicídio (1) e estelionato (1).

Em 1981, foram atendidos 27 adolescentes em liberdade assistida, com a faixa etária predominante de 15 a 17 anos. Em 1982, o atendimento abrangeu o mesmo número de adolescentes (27) com predominância de adolescentes de 15 anos. E, em 1983, foram atendidos 24 adolescentes, com a predominância da idade de 14 anos.

Até 1983, parte dos adolescentes era atendida pelo Juizado de Menores, por intermédio dos comissários de menores, e outra parte pelo COMEC²². Neste ano, o juiz de menores delegou formalmente à instituição o atendimento de adolescentes que deveriam cumprir a liberdade assistida, em substituição ao trabalho realizado pelo Comissariado de Menores.

Esse trabalho caracterizava-se como “clínico”, em uma perspectiva de atendimento direto aos adolescentes e suas famílias, com ênfase na orientação, e incluía não só os adolescentes considerados infratores (um trabalho curativo), mas também, aqueles que viviam situações precárias de existência e propícias ao envolvimento com a criminalidade²³ – sob um enfoque considerado de ação preventiva.

A ampliação do âmbito de atuação da instituição deveu-se ao processo decorrente do atendimento direto dos adolescentes e suas famílias e, portanto, de conhecimento e reflexão sobre as condições reais de existência desta parcela da população e sobre os determinantes sociais e psicológicos de suas condutas.

No início desta década de 1980, o COMEC foi formalizado como entidade jurídica e inscrito nas diferentes instâncias municipais; posteriormente, em instância estadual e federal.

21 Relatório *10 anos de COMEC: 1980-1990*.

22 A mudança de nome de COMI (Centro de Orientação ao Menor Infrator) para COMEC (Centro de Orientação ao Menor de Campinas) deveu-se à conotação negativa da primeira nomeação e à priorização de um trabalho preventivo.

23 No relatório, esses adolescentes são nomeados “pré-infratores”.



As propostas de trabalho do COMEC preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

CAPÍTULO 3

O relatório 10 anos de COMEC: 1980-1990²⁴, afirma, na “Introdução”:

Ao se analisar a questão do menor, verificamos que é uma questão ampla que resulta da problemática de desigualdade social gerada pelo nosso sistema econômico.

Nos últimos 25 anos, a maior parte da nossa população vem sendo impedida de obter, pelo seu trabalho, o seu próprio direito de viver. Em consequência, ocorre a proliferação de variadas alternativas de sobrevivência... ampliação de jornada de trabalho, a exploração do trabalho do menor, da mulher e do idoso, a mendicância, a prostituição, os furtos, os roubos, etc [...] essas alternativas são responsáveis pela evasão escolar e pela desvalorização do trabalho...

A inversão de valores a respeito do trabalho, a exploração do trabalho do menor no Brasil mostra... uma perversão programática da política de desenvolvimento...

As agências que cuidam do menor no Brasil [...] o que vêm conseguindo é o seguinte:

- *priorizar ações sobre as consequências dos problemas... e não sobre suas causas;*
- *valorizar mais as atividades de controle terapêutico correccional do que as promocionais;*
- *priorizar a ação assistencial como uma forma de atenção paliativa e circunstancial em detrimento de ação educacional [...].*

24 Todas as citações, uso de termos e conceitos referentes ao relatório 10 anos de COMEC: 1980-1990 encontram-se em destaque.

[...]

[...] as instituições [destinadas ao atendimento dos adolescentes] não podem se omitir e devem se empenhar, pela ação, em descobrir formas não autoritárias [...] de atuação.

As instituições devem ter um papel de intermediação e não tentar “domesticar” desajustados, reproduzindo padrões externos de cultura ou de controle social [...].

A análise acima, que circunstancia as condições socioculturais e políticas da época, fornecem as pistas para compreender os pressupostos desta instituição, bem como as concepções que orientaram sua fundação e os objetivos de seu trabalho:

Mobilizar a comunidade para uma participação ativa em um programa preventivo, onde o adolescente e sua família sejam atendidos na própria comunidade, viabilizando sua educação e integração na sociedade.

[As estratégias eram:] atuar junto ao menor... atuar junto à família... atuar junto à comunidade.

Nesta perspectiva, em 1984, o atendimento dos adolescentes passa a ocorrer também na região de origem da maior parte dos adolescentes. Para isso, foi elaborado o “Plano de Ação Comunitária” para a *Vila Boa Vista*, localizada na região norte da cidade, origem de um número significativo de adolescentes atendidos naquele período.

A proposta de descentralização era dar continuidade ao atendimento direto dos adolescentes e desenvolver uma estratégia de trabalho preventivo junto à população local.

Divulgação



Projeto na comunidade

O planejamento inicial previa que, após dois anos, o projeto fosse transferido para gerenciamento e gestão da comunidade local, a fim de ter continuidade, já segundo uma concepção de protagonismo e autonomia da população.

Sua implantação ocorreu a partir de contatos com moradores locais representativos da comunidade. Nesta abordagem inicial, foi possível elaborar um diagnóstico das condições de vida no bairro: a convivência com o tráfico de drogas²⁵, ausência de área de lazer para

25 O termo “tráfico de drogas” modifica-se com o tempo; portanto, é descrito nesta publicação ainda como tráfico de entorpecentes, ou tráfico ilícito de drogas (atualmente, cf. Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006).

as crianças e adolescentes, ausência de cursos profissionalizantes e de mercado de trabalho para os adolescentes. Os moradores locais sugeriram o trabalho preventivo com as crianças, considerando a inexistência de atividades de lazer e esporte no período do contraturno escolar.

O projeto instalou-se no bairro em 1984, com uma psicóloga e um assistente social, que atuavam uma vez por semana no Centro Social da comunidade. E, espontaneamente, ocorreu a formação de um grupo de crianças de 8 a 13 anos.

No ano seguinte, 1985, o grupo de recreação ocorria duas vezes por semana; inaugurou-se uma oficina de costura com a finalidade de formar voluntárias participantes do projeto. E, neste mesmo ano, buscou-se, em conjunto com o Conselho de Moradores e o grupo de voluntárias, reivindicar junto à Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB Campinas) a cessão de uma casa para realização das atividades com as crianças.

Em 1986, com a cessão da casa, tais atividades passam a ser diárias. É realizado um treinamento para adolescentes de 14 a 16 anos, com finalidade de encaminhamento ao trabalho²⁶.

Em 1987, iniciam-se cursos profissionalizantes no local: confecção de cestos laminados de pinus, em convênio com a Secretaria de Relações do Trabalho (SERET) do estado de São Paulo; de reparo de aparelhos eletrodomésticos, em convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Parte dos recursos financeiros para sua realização provinha da FEAC. Procurou-se eleger atividades compatíveis com as características da população local a ser envolvida no programa; e, ao mesmo tempo, atividades economicamente viáveis – produtos de fácil confecção, com matéria-prima de baixo custo e boa aceitação no mercado de consumo. Neste caso, a confecção de diversos produtos de madeira e a produção de cestos.

Havia, também, o curso de orientação sexual para as mães. Naquele ano, foi designado para o trabalho mais um técnico – uma terapeuta ocupacional – e contratada uma moradora local como monitora.

Posteriormente, iniciaram-se um trabalho de educação física e atividades de reforço escolar, com monitora da área de pedagogia.

A previsão inicial de transferência do projeto do COMEC para a comunidade local no prazo de dois anos não se confirmou, porque não foi possível atingir os objetivos propostos, no sentido de atender a demanda que originou o projeto: adolescentes na rua, sem qualificação profissional.

Foram cinco anos de trabalho. Nos dois primeiros – 1983 e 1984 –, o projeto permaneceu em fase de implantação e de mobilização da comunidade, através de contatos contínuos com o presidente da Associação de Moradores, atendente do Centro Social local, o padre da Igreja católica, a assistente social da COHAB.

Em 1987, já com um espaço cedido pela COHAB, foi construído o barracão e implantaram-se a cestaria e o convênio com o SERET; buscou-se a auto-sustentação do projeto intensificando sua transferência para a comunidade, pois aquele era considerado o momento oportuno para que ela assumisse a gestão do trabalho, como previsto desde o início.

26 Em atividades como a de empacotador, por exemplo, no supermercado Carrefour.



Havia, também, limitações financeiras para que o COMEC continuasse responsável pelo projeto.

Em junho de 1989, a diretoria do COMEC deliberou e, em conjunto com equipe envolvida com a Associação de Moradores, iniciou o processo de transferência da gestão do projeto para a comunidade local. Esta transição foi realizada através de inúmeras reuniões, ao longo de um período de seis meses, e da permanência de uma terapeuta ocupacional no território²⁷.

Jovens voluntários e moradores locais foram formados para atuar como monitores, e um responsável pela associação de moradores do bairro assumiu a gestão do projeto. A formalização deste processo ocorreu em 15 de dezembro de 1989.

Naquela década, os objetivos específicos²⁸ organizadores do atendimento dos adolescentes foram sendo construídos e operacionalizados, tais como:

- *conscientizar o adolescente de sua cidadania;*
- *ressaltar e fortalecer os recursos internos para superação de conflitos;*
- *propiciar crescimento emocional para facilitar suas relações;*
- *desenvolver habilidades e aptidões;*
- *desenvolver a capacidade de observação, reflexão, associação e conclusão;*
- *despertar o interesse pela aprendizagem e pela aquisição de cultura;*
- *desenvolver a capacidade de comunicação, expressão e criação;*
- *estimular o interesse para a execução de atividades concretas;*
- *preparar para o trabalho.*

Para a consecução destes objetivos, destaca-se o **Projeto de Profissionalização**²⁹.

O trabalho junto à população em situação de pobreza e em condições precárias de existência leva o COMEC a constatar a necessidade de os adolescentes e jovens contribuírem para a renda familiar. Em consonância com seus objetivos de viabilizar outras estratégias de sobrevivência e pertinência social para esse setor da adolescência/juventude, foi elaborado o **Projeto de Profissionalização: a Oficina-Escola de Marcenaria** – que funcionou, de 1986 a 1988, em parceria com o SENAI e a Secretaria do Trabalho, em local cedido pelo Centro Educacional do Trabalhador de Campinas (CERECAMP). O primeiro grupo teve 15 inscritos.



27 Informações extraídas dos projetos e atas das reuniões de equipe.

28 Transcritos do relatório 10 anos de COMEC 1980-1990.

29 O tema “preparação para o mundo do trabalho” é o embrião do Programa de Aprendizagem Profissional, implementado na década de 1990.



Projeto de profissionalização

Em 1989, o cancelamento do convênio com a Secretaria do Trabalho coloca em risco a continuidade do projeto. A iniciativa da FEAC para sua sustentação e continuidade foi decisiva. Para isso, buscou-se a articulação de quatro instituições³⁰ de uma mesma região da cidade. A oficina foi instalada em local cedido pela paróquia Santo Cura D'ars; os recursos financeiros foram providos pela FEAC; e a orientação de conteúdo e certificações, pelo SENAI.

Foram formadas duas comissões, com representantes de cada uma das entidades: a Comissão administrativa e a Comissão técnica, sendo a última responsável pela operacionalização do atendimento direto e composta por profissionais cedidos pelas instituições. O COMEC cedeu a pedagoga, que, juntamente com a assistente social – cedida pelo Centro Assistencial Romília Maria –, realizava o atendimento grupal dos educandos uma vez por semana, com o uso de técnicas psicodramáticas.

A primeira turma de educandos formou-se com 40 adolescentes – dez aprendizes de cada uma das instituições –, encaminhados pelas quatro entidades e selecionados pela Comissão técnica.

O projeto envolvia: acompanhamento individual dos adolescentes; visitas domiciliares; encaminhamentos para atendimento especializado (por exemplo, na área da saúde), grupo de orientação, grupo de pais, orientação dos trabalhadores da oficina – gerente e monitor.

Uma parcela significativa de adolescentes (em torno de 50%) foi encaminhada ao COMEC para tratamento psicoterápico, ou orientações específicas. Uma decorrência do atendimento aos adolescentes foi a necessidade de formação de um grupo de mães, com caráter de orientação.

Na passagem da década de 1980 para a de 1990, a **Oficina-Escola Integrada de Marcenaria** funcionava na sede da entidade, de segunda-feira a sexta-feira, em dois turnos – das 7h30 às 11h30, e das 12h30 às 15h30 –, com capacidade para atender 40 educandos, distribuídos nos dois turnos.

30 As instituições eram: Associação de Assistência São João Vianey, Centro Assistencial Romília Maria, Grupo de Servidores Léa Duchovni e COMEC.

No final da década (de 1989), em parceria com o Departamento de Estatística da UNICAMP, sob orientação da profa. dra. Eugênia M. R. Charnet³¹, elaborou-se o projeto de pesquisa “O perfil do Menor Infrator em Campinas”. O objetivo era superar as práticas tradicionais de atendimento ao menor infrator; e, portanto, implicava conhecer o adolescente envolvido com a prática de crimes e identificar as determinações de sua conduta.

Em 1989, para instrumentalizar o trabalho de atendimento direto aos adolescentes, a pesquisa tomou como amostra inicial aqueles que permaneciam na Delegacia de Menores da cidade.

Ao longo daquele ano, as etapas cumpridas, em colaboração e sob orientação do Departamento de Estatística da Universidade, foram: levantamento de processos de infratores no Juizado de Menores; levantamento de casos na Delegacia de Menores no período 1986-1989; elaboração de amostragem; elaboração de instrumento de coleta de dados; pré-testes; elaboração final de instrumento de coleta de dados e aplicação do questionário junto a 200 adolescentes.

A pesquisa foi concluída em março de 1990, com um relatório que aponta as dificuldades de um resultado conclusivo sobre o perfil do menor infrator em Campinas. Alguns destes resultados esboçaram algumas características desse adolescente, como, por exemplo, a baixa ou nenhuma escolaridade; a prática, na maioria dos casos, de infrações “mais leves”, tais como furto ou tentativa de furto; “infrações agressivas”, como homicídio e porte ilegal de arma são cometidas por aqueles com idade acima de 17 anos; mães trabalhadoras em serviços domésticos, ou em situação de desemprego. Estas características permitiram associar a entrada do adolescente na prática do ato infracional a sua situação socioeconômica e ao padrão das relações e da organização familiar.

O projeto técnico de atendimento realizado nas dependências físicas³² do COMEC caracteriza-se pelas dimensões *preventiva e curativa*.

A dimensão preventiva ocorre, particularmente, no atendimento de adolescentes no início de sua vida infracional, e a ênfase recai no investimento quanto à interrupção da prática dos *atos antissociais* e na tentativa de evitar sua institucionalização na FEBEM-SP. Na dimensão curativa, com frequência, mostrou-se necessário atuar no sentido de suprir um conjunto de *carências* decorrente da ausência de políticas governamentais quanto à distribuição de renda, trabalho, saúde, educação e habitação.

O adolescente é compreendido como *agente* do seu processo; o trabalho realizado junto a ele investe na mobilização de seus recursos internos. O vínculo significativo entre o profissional e o adolescente fica estabelecido como condição necessária para o desenvolvimento do trabalho; e a abordagem grupal busca atender característica própria desta faixa etária – a importância da vida grupal como referência de identidade – e garantir a reflexão sobre temas de interesse dos adolescentes, tais como drogas, violência e sexualidade.

31 A pesquisa foi realizada pelas alunas Eliane Guelli e Suely M. Isa, sob orientação da profa. dra. Eugênia M. R. Charnet.

32 O COMEC mudou-se para a Rua da Abolição, nº 92, em julho de 1983. O espaço foi cedido pela Associação de Educação do Homem de Amanhã (AEDHA). Em 11/11/1987, o COMEC torna-se proprietário do imóvel, após a permuta com a própria AEDHA, que recebeu em troca dez terrenos de propriedade do COMEC. Esses terrenos foram recebidos como doação da Cruzada das Senhoras Católicas, através da mediação do padre Santi Capriotti, em 19/10/1982.

A vida escolar é valorizada no projeto institucional, pois se considera que o alijamento do sistema escolar “reduz as possibilidades de realização individual, social e profissional”. A abordagem pedagógica organiza-se em torno de duas vertentes: “ajustar o adolescente à escola” e “ajustar a escola ao adolescente”. O ajustamento à escola compreende auxiliar o adolescente a aceitá-la e a diminuir suas experiências de fracasso; e o ajustamento da escola compreende contatos frequentes, “levando a história de vida do adolescente” e buscando estabelecer um diálogo com os educadores – no sentido de esclarecer a importância da escola na formação desses adolescentes, pois, nas palavras do relatório institucional, “a escola é, depois da família, o principal núcleo de convívio social”.

O trabalho junto à família é um desafio no que se refere a sua adesão, considerando que essa parceria é relevante no processo de atendimento do adolescente e implica a conscientização quanto ao seu papel na comunidade.

Os fundamentos e o desenvolvimento do projeto consideram as contribuições das diferentes especialidades que compõem a equipe técnica em uma perspectiva interdisciplinar e buscam, simultaneamente, garantir as especificidades da formação profissional.

No final da década de 1990, o COMEC contava com uma equipe técnica composta por duas assistentes sociais, sendo uma delas cedida pela FEBEM-SP; duas psicólogas, duas pedagogas e uma terapeuta ocupacional, cedidas pela FEBEM-SP. Faziam parte da equipe trabalhadores, funcionários administrativos e uma coordenadora.

O rol de atividades e atribuições de cada um dos profissionais da equipe técnica auxiliava na caracterização do trabalho desenvolvido junto aos adolescentes e familiares, ou responsáveis:

serviço social: *triagem dos casos; encaminhamento para recursos da comunidade; estudo socioeconômico; orientação quanto ao funcionamento do COMEC; diagnóstico social; interpretação da sentença de liberdade assistida; orientação quanto às providências de documentação pessoal; encaminhamento para emprego, serviço médico, odontológico e assistencial; visitas domiciliares; visita a locais de emprego; acompanhamento de processos judiciais; atendimento de casos externos por solicitação do Juiz da Infância e da Juventude; orientação familiar; orientação de pais.*

psicologia: *avaliação psicológica; orientação familiar; terapia familiar; psicoterapia individual (sessões semanais de 50 minutos) e em grupo; grupo de orientação de adolescentes; grupo de recreação com adolescentes.*

pedagogia: *reforço escolar e orientação de estudo; grupos de educação informal e recreação; preparação para exames supletivos e de ingresso; visitas a instituições educativas e profissionalizantes; encaminhamento e orientação para instituições educativas e profissionalizantes; confecção de material pedagógico; contato permanente com os professores dos educandos.*

terapia ocupacional: *terapia individual; terapia grupal; orientação para o trabalho e o lazer; orientação familiar; promoção de atividades fora da entidade: gincanas, passeios e outras atividades.*



A dinâmica – fluxo e processo – do atendimento aos adolescentes caracteriza-se por:

1. *Recepção do adolescente e seu responsável (em geral, a mãe) pela assistente social. É verificada a elegibilidade do caso e, se não for compatível com o atendimento da instituição, este é encaminhado para outros recursos e serviços adequados.*
2. *Entrevista inicial: acolhimento e explicação sobre o funcionamento do COMEC.*
3. *Exposição do caso, feita pela assistente social à equipe técnica em reunião semanal, e encaminhamento para avaliação pelos diferentes profissionais da equipe.*
4. *Avaliação pelos diferentes profissionais.*
5. *Elaboração do diagnóstico interdisciplinar e do plano de tratamento. O plano é realizado pelo profissional cuja especialidade seja a mais indicada para o caso e abrange as possibilidades de: psicoterapia, atendimento à família, terapia familiar, terapia de casal, visita domiciliar, visita à escola e/ou local de trabalho do adolescente. No caso das visitas, as iniciais destinam-se à coleta de dados e, posteriormente, ao acompanhamento.*
6. *Acompanhamento: avaliação semanal do caso, em reunião de equipe, e redefinição de atividades internas e encaminhamentos externos, caso necessário.*
7. *Encaminhamentos externos, caso necessário, e desligamento.*

Os encaminhamentos, concomitantes ou não ao atendimento na instituição, destinam-se a: escola, emprego, oficina-escola e acesso a outros recursos da comunidade. Durante sua permanência nestes serviços complementares, os adolescentes são acompanhados de modo sistemático.

Todos os atendidos recebem orientação, na fase inicial do atendimento, para providenciar documentação pessoal; recebem subsídio para transporte (vale- transporte) que garanta sua frequência ao atendimento; reforço alimentar – em relação ao qual se constata que, quando introduzido, contribui para o aumento da presença de adolescentes na instituição; e participam de todos os eventos promovidos pela instituição.

O atendimento ao adolescente não se restringe ao profissional especialista (psicoterapia, por exemplo). Ele pode frequentar a instituição – diariamente e/ou em período integral – a fim de realizar atividades de recreação, livres ou dirigidas. Há, também, a disponibilização de quadros informativos e de vagas de empregos atualizados. Em muitos casos, a abordagem do adolescente com vistas à sensibilização para o atendimento individual é realizada durante as atividades coletivas, de modo informal. Desta forma, a permanência de um membro da equipe técnica nesse espaço informal permite, além do estabelecimento de vínculos positivos e o desenvolvimento de atividades dirigidas com vistas à elaboração de aspectos de convivência grupal, a observação de aspectos do comportamento do adolescente – a ser compartilhados na reunião semanal da equipe técnica, com a finalidade de diagnóstico e/ou acompanhamento. A relevância desse espaço informal levou a seu aperfeiçoamento quanto à disponibilização de material lúdico, recreativo, cultural e artístico.

Os eventos especiais têm como objetivo reunir os adolescentes, seus familiares e responsáveis em torno de interesses comuns. São planejados pela equipe técnica com base em seus interesses e considerando os acontecimentos políticos e culturais da



cidade. As atividades compreendem: palestras, passeios e excursões, sessões de cinema, comemorações diversas.

A sustentação das atividades de atendimento direto ocorre, também, a partir de atividades externas por parte da equipe técnica e da diretoria. Tais atividades são parte daquelas cujo objetivo é manter a comunidade local (o município) mobilizada em torno da *questão do menor* e buscam a divulgação do trabalho do COMEC, através de palestras e entrevistas.

Nos anos de 1981, 1982 e 1983, organizaram-se ciclos de palestras sobre o *menor*; cursos ligados à temática da adolescência, cuja meta era a capacitação de profissionais de outras entidades parceiras; oficinas temáticas nas escolas, entidades parceiras e promoções de bazares, jantares, festas juninas etc.

O projeto sustenta-se, também, no nível interno e externo, por intermédio de acompanhamento constante, em um processo de avaliação permanente através de vários mecanismos de organização interna e da participação em articulações externas: reunião semanal do presidente da instituição com a coordenadora do projeto; reunião semanal da equipe técnica com coordenadora; reunião geral com todos os trabalhadores (técnicos e não técnicos) do projeto; reunião mensal da diretoria do COMEC com o presidente e a coordenadora do projeto; reunião mensal do Conselho técnico³³ com coordenadora; reunião da comissão administrativa da oficina-escola de marcenaria (com representantes das quatro entidades); reunião da comissão técnica da oficina-escola de marcenaria (com um técnico de cada uma das quatro instituições que compõem o projeto); reunião do Conselho de Obras Federadas (COF); reunião das administrações regionais 8 e 9 com técnicos filiados da FEAC que trabalham com o *menor*; reunião do Conselho de Promoção do Menor, coordenada por representante da Secretaria da Promoção Social do Município e membros de entidades que realizam trabalhos com adolescentes.

O aspecto relevante desta articulação externa era prover a sustentação dos atendimentos aos adolescentes, além de dar visibilidade ao trabalho do COMEC e buscar seu aperfeiçoamento. Isso ocorria através do contato com a equipe técnica das instituições e serviços para onde os adolescentes eram encaminhados, garantindo o acompanhamento e a discussão de casos em uma parceria em prol da qualidade do atendimento proposto. Dentre as instituições de referência para esta parceria destaca-se, ao longo da década de 1980, o Juizado de Menores, com o qual o COMEC mantinha um relacionamento próximo.

33 O Conselho técnico é então constituído por representante da UNICAMP, FEAC, FEBEM-SP, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas (CDDH), Prefeitura Municipal, Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo e Juizado de Menores.

Os recursos financeiros provinham de convênios estabelecidos em nível municipal (Secretaria da Promoção Social e FEAC, com dotação especial para a oficina-escola); em nível estadual, do SENAI e do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), assim como da Secretaria de Relações do Trabalho (SERET); e, no nível federal, com a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM); além de doações de sócios contribuintes da comunidade local e de outras eventuais doações. No final da década, o relatório 10 anos de COMEC: 1980-1990 faz uma caracterização da clientela atendida³⁴:

Trata-se de adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 11 a 18 anos, residentes no município de Campinas, com conduta antissocial, com ou sem processo judicial, encaminhados por qualquer órgão, entidade local ou pelas próprias famílias. São, na maioria, moradores da periferia da cidade em precárias condições físicas. Geralmente, não estudam, são subempregados e provêm de famílias desestruturadas³⁵. Essas famílias, expropriadas de todos os seus direitos, não têm condições de exercer seus direitos de cidadania. A sua principal fonte de renda provém do mercado informal de trabalho ou de subempregos, sem registro profissional. Em consequência, são famílias com sérios problemas de relacionamento e com danos na sua saúde física e mental. No âmbito educacional, esses adolescentes incorrem na repetência reiterada e depois na evasão escolar definitiva antes do término da 4ª série do 1º grau.

E avalia o trabalho realizado durante toda a década, na qual as mudanças sociais, culturais e políticas no Brasil foram determinantes na conquista do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente, que o COMEC anunciava em seus ideais e práticas junto aos adolescentes.

O atendimento ao adolescente infrator, para ser eficaz, exige dedicação e persistência... o técnico precisa ser equilibrado, assertivo e suportar as frustrações que o relacionamento com o cliente traz. [...] é necessário que o contato seja frequente... o técnico tem que repensar os seus métodos... até que o adolescente assuma o atendimento, como alternativa importante para sua vida.[...] O técnico enfrenta... o choque de valores... a realidade do adolescente em confronto com a realidade pessoal do técnico [...] considerando-se que a proposta do COMEC é atender o menor em sua totalidade, é fundamental... a equipe multidisciplinar... a postura política que o COMEC se propõe [...].

E, para finalizar o relatório, há uma proposta para desenvolvimento e aprimoramento do trabalho para a década seguinte –1990 –, ponto de partida para o próximo capítulo.

34 O perfil dos adolescentes, no banco de dados, em levantamento empírico, revela que: em 1984, são 74 adolescentes - 17,6% sexo feminino e 82,4% sexo masculino, 50% dos casos entre a idade de 14 a 16 anos. Em 1985, são 104 adolescentes - 19,3% sexo feminino e 80,7% sexo masculino, 83,6% dos casos entre a idade de 13 a 17 anos. Em 1986, são 121 adolescentes - 17,3% sexo feminino e 82,7% sexo masculino, 80,1% dos casos entre a idade de 13 a 17 anos. Em 1987, são 126 adolescentes - 10,3% sexo feminino e 89,7% sexo masculino, 34,9% dos casos entre a idade de 12 a 14 anos e 52,3% entre a idade de 15 a 17 anos. Em 1988, são 161 adolescentes - 14,3% sexo feminino e 85,7% sexo masculino, 42,8% entre a idade de 12 a 14 anos e 45,9% entre a idade de 15 a 17 anos. Nota-se nos anos de 1987 e 1988 uma predominância da idade de 12 a 14 anos, provavelmente resultado do trabalho comunitário que o COMEC desenvolvia na Vila Boa Vista (vide capítulo 3).

35 O conceito de família desestruturada, prevalente no período, significava uma valorização negativa das famílias quando avaliadas em sua organização em relação ao modelo nuclear instituído culturalmente. Esse aspecto era considerado determinante dos prejuízos na conduta dos adolescentes, em um processo de culpabilização dessas famílias, que se caracterizavam por outros arranjos familiares e desresponsabilização dos mecanismos sociais, econômicos e políticos de marginalização e exclusão.





O COMEC e os desafios de implantação do ECA

CAPÍTULO 4

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069, promulgada em 13 de julho de 1990 – institui a proteção integral das crianças e dos adolescentes brasileiros.

O ECA foi o resultado de mobilização de diferentes setores da sociedade no final da década anterior e contempla os documentos internacionais³⁶, dos quais o país é signatário. Como documento pautado nos direitos humanos, coíbe a interferência arbitrária do Estado na vida das crianças e adolescentes e suas famílias, supera a doutrina da situação irregular e se destina a todas as crianças e adolescentes brasileiros cujos direitos estão sendo, ou podem vir a ser, violados. Abrange medidas protetivas³⁷, destinadas a todas as crianças e adolescentes e medidas socioeducativas³⁸ em grau de severidade crescente, destinadas aos adolescentes autores de ato infracional, buscando sua responsabilização. A implementação desta legislação implica a organização do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), que articula os sistemas de saúde, educação, assistência social, justiça e segurança pública.

36 Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, Declaração Universal dos Direitos da Criança, Declaração Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José; na área do adolescente autor de ato infracional: Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil – Diretrizes de Riad, Regras Mínimas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing, Regras Mínimas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade; e outros documentos.

37 As medidas protetivas estão previstas no artigo 101: “Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, entre outras, as seguintes medidas: I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II – orientação, apoio e acompanhamento temporários; III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV – inclusão em programa comunitário ou oficial, de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII – abrigo em entidade; VIII – colocação em família substituta. Parágrafo único – O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”.

38 As medidas socioeducativas estão previstas no artigo 112: “Verificada a prática do ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional; VIII – qualquer uma das previstas no artigo 101, I a VI. §1º - A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. - em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado. §3º - Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições”.

Com base em sua promulgação, surge um esforço de instituições governamentais e não governamentais em implementá-lo e assegurar o exercício dos direitos à infância e à juventude. A partir da década de 1990, a participação do terceiro setor, torna-se evidente no que se refere a investimento e realização desse ideal. As instâncias deliberativas da política em nível local – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) – são constituídas por representantes do poder público e da sociedade civil, e o CMDCA adquire papel importante na elaboração de política pública e, portanto, no estabelecimento de prioridades quanto às responsabilidades com o presente e o futuro das crianças e adolescentes do município.

Esta tarefa é um desafio. Antônio Carlos Gomes da Costa, estudioso, militante da área dos direitos da criança, cujas concepções na área são referência para o COMEC, afirma, em 1993, que “[...] é possível mudar: [o lugar da] criança, o adolescente e a família na política social do município”. E, para isso, coloca três desafios: (1) a necessidade de mudanças no panorama legal de municípios e estados como a implantação dos conselhos de direitos e o fundo (orçamento); (2) ordenamento e reordenamento institucional: conselhos de direitos, conselhos tutelares, fundos, instituições executoras de medidas socioeducativas, articulação da rede local de proteção integral; (3) melhoria na atenção direta, mudar a maneira de “ver, entender e agir” dos profissionais que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes”. E enfatiza que, para isso, é necessário superar as práticas assistencialistas, corretivas e repressivas que marcam, historicamente, os profissionais e as práticas sociais no Brasil.

O trabalho do COMEC, que, na década anterior, já antecipava muitas das concepções que embasam o ECA³⁹, reafirma sua missão:

[...] atender adolescentes e seu grupo familiar através de projetos educativos e culturais específicos, em uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, promovendo a construção da cidadania.

39 A Organização COMEC considera como seus fundamentos legais: a Declaração Universal de Direitos do Homem (1948), a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Norma Operacional Básica (NOB), de 2005, a NOB de 2006 e a Resolução 06/01 do CMDCA de Campinas.

A execução das medidas socioeducativas de meio aberto está alocada na Proteção Social Especial de média complexidade da Assistência Social que, segundo o SUAS, oferece atendimentos às famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. E, atualmente, o documento Sistema Nacional de Medida Socioeducativa (SINASE) de 2006 e a Lei nº 12.594, de 18/01/2012.



E demonstra em seus objetivos para a década de 1990, conforme *Relatório 10 anos*, uma ênfase na qualificação do atendimento. Para isso, estabelece como prioridade a organização interna do trabalho institucional:

- *Intensificar o trabalho com famílias com a formação de novos grupos de mães e de terapia familiar.*
- *Manter o horário semanal para discussão de casos.*
- *Manter as reuniões do Conselho técnico, uma vez por mês, com substituição imediata de cada membro que se afasta.*
- *Aumentar a frequência de eventos, tais como: passeios, projeção de filmes, palestras para os adolescentes, visitas a logradouros públicos, órgãos estatais e municipais, entidades particulares, empresas, escolas etc.*
- *Introduzir a educação física.*
- *Manter espaço para atividades de recreação, comunicação, expressão e criação.*
- *Criar possibilidade permanente de aperfeiçoamento profissional para técnicos e funcionários.*
- *Estabelecer seleção obrigatória para cada técnico e funcionário admitido na entidade, com o aval do Conselho técnico.*
- *Manter equipe técnica fixa com 2 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 pedagogo, 1 terapeuta ocupacional e 2 monitores.*
- *Manter a composição da equipe de funcionários: 1 secretária, 1 escriturária, 1 motorista, 1 merendeira e 1 office boy.*
- *Adquirir material técnico-pedagógico, jogos de lazer e material de Secretaria.*

Na década de 1990, o COMEC deu continuidade aos Programas de Liberdade Assistida (LA), medida socioeducativa de meio aberto – artigos 118 e 119 do ECA – e ao Programa Aprendizagem Profissional (AP). No ano de 2007, assumiria também o Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), medida socioeducativa de meio aberto (artigo 117).

O objetivo geral que abarca os três programas é:

Atender adolescentes e seu grupo familiar, estimulando suas potencialidades de forma a respeitar sua singularidade e possibilitar a construção de novos projetos de vida.

Sua atuação, para além do atendimento direto, demonstrava a disponibilidade para participar da construção de políticas públicas municipais, em articulação com a rede de atendimento da Região Metropolitana de Campinas, que se ampliaria ao longo das décadas seguintes, em colaboração com o poder público e articulação contínua com o sistema de justiça. Visando esta atuação, tomou como referência as novas legislações e normativas decorrentes da Constituição Federal de 1988 e pertinentes à área da criança e adolescente no processo de municipalização de políticas de atendimento. Os fundamentos teóricos e metodológicos do trabalho realizado pelos programas têm por base os referenciais teóricos dos seguintes autores: o psiquiatra psicanalista Donald Winnicott, o educador Paulo Freire, o pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa, Mario Volpi, Oswaldo Di Loreto; e os estudos e publicações de Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Maria Luiza



Mestriner, Sandra Maria Galheigo, Irandi Pereira, Jorge Broide, Roseana Moraes Garcia, entre outros. O Programa de Aprendizagem Profissional toma como referências Jacob Levi Moreno (psicodrama), Célestin Freinete a legislação específica reguladora da área. E é importante ressaltar as contribuições teóricas e técnicas dos estudos realizados – trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrados e teses de doutorado –, tendo como objeto aspectos dos diferentes programas do COMEC, conforme a listagem em anexo.

A garantia do desenvolvimento dos projetos técnicos dos diferentes programas do COMEC e a qualidade do atendimento dos adolescentes são efetivados através da qualificação dos trabalhadores e do ambiente, considerando que todos os funcionários – independentemente do cargo e função – são educadores e modelos de referência para os adolescentes. Esta concepção educacional viabiliza-se por meio de um processo de comunicação institucional que busca garantir o fluxo de informações e o consenso quanto a diretrizes de ações, práticas e posturas. A gestão dos programas e da instituição é realizada através de diversas instâncias de tomada de decisão. Para isso, as formas organizativas são:

- *Reunião da Diretoria com a participação da Coordenação-geral (mensal).*
- *Reunião de coordenação, com a participação da coordenadora-geral do COMEC e coordenadoras de cada um dos programas e de setores (semanal).*
- *Reunião do programa com a Diretoria do COMEC, quando solicitada;*
- *Supervisão Institucional (mensal).*
- *Supervisão de casos de LA e PSC (mensal).*
- *Reunião geral, com a participação de todos os funcionários, com a coordenadora-geral.*
- *Reunião de equipe de cada programa – foco administrativo (semanal).*
- *Supervisão da equipe de apoio dos programas.*
- *Reunião de Interequipes: LA e PSC (mensal).*
- *Assessoria jurídica.*

Divulgação



Comemoração dos 35 anos do COMEC: Diretoria, funcionários e convidados





Liberdade Assistida (LA)⁴⁰

CAPÍTULO 5

O trabalho realizado no Programa de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida caracteriza-se pela compreensão do adolescente em sua singularidade, sua história pessoal, o que possibilita a abordagem de aspectos de sua subjetividade no trabalho junto a ele. Esta concepção norteia as práticas da equipe profissional, com o objetivo de identificar as demandas específicas do adolescente, seus interesses e desejos, de modo que, com base neste conhecimento, seja possível oferecer atividades e orientações específicas a ele e a suas referências: família, responsável e/ou pessoa significativa de seu convívio. É ao longo desse trabalho – ações socioeducativas – que se criam alternativas de novas trajetórias e perspectivas de inserção produtiva na coletividade.

Desde sua origem, em maio de 1980, o Programa de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos dos adolescentes, com um atendimento que o instrumentaliza para circular na rede de serviços e programas do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Para isso, o programa investe, de modo contínuo, na qualificação de sua equipe de trabalhadores e estabelece parcerias com a rede de instituições e serviços governamentais e não governamentais, com base no princípio da incompletude institucional.

Ao longo do período 1980-2014, foram atendidos no Programa de Liberdade Assistida 4.820 adolescentes; dentre eles, 89% do sexo masculino e 11%, do sexo feminino⁴¹. O primeiro registro, de 1980, refere-se a 24 casos, 14,3% do sexo feminino e 85,7% do sexo masculino; já em 2014, foram atendidos

40 Cf. o ECA:

“Art. 118. A Liberdade Assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§2º A Liberdade Assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador de medida, o Ministério Público e o defensor”.

41 Os dados referem-se a levantamento empírico a partir dos registros dos casos realizados pelo programa; contudo, sua exposição fornece pistas do perfil dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (ver gráficos nos anexos).



403 adolescentes, 6,7% do sexo feminino e 93,3% do sexo masculino. O levantamento de dados, relativos a 2014 demonstra que a maioria dos adolescentes reside em área de ocupação na região sul da cidade, em casas de alvenaria ou madeira. É possível destacar a baixa escolaridade dos adolescentes – de 3% a 4% estão no 6º e 8º anos do ensino fundamental. E, quanto aos seus pais ou responsáveis, 207 famílias frequentaram até o 9º ano incompleto. A experiência de trabalho formal, com registro profissional, foi vivida por 196 adolescentes; no caso dos responsáveis, 9% tinham registro em carteira profissional. Quanto aos atos infracionais cometidos, motivo de sua apreensão, no período de 1980 a 2014, destacam-se o roubo qualificado (1.227 casos), seguido de tráfico de entorpecentes⁴² (716), roubo (649) e furto (417) (ver dados completos nos gráficos em anexo).

No levantamento de 2009, houve um aumento na entrada de adolescentes do sexo feminino. Naquele mesmo ano, elas constituíam 21,4 % do total dos casos.

O COMEC sempre teve uma abordagem particular e específica para as meninas, em especial as gestantes, e considerando o aumento gradativo de entradas, criou-se um plano de atendimento específico para as adolescentes: o “Espaço Meninas”.

Divulgação



“Projeto Espaço Meninas” - 1995

Em 1999, a equipe do programa participou do documentário *Meninas Mulheres*, parte do projeto “Criança no Campo: Educação, Direito, Trabalho”, desenvolvido pelo Núcleo de Agricultura e Meio Ambiente (NAMA) do Instituto de Economia da UFRJ e pelo Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO). Em 2011, o projeto Espaço Meninas foi certificado na categoria tecnologia social, pela Comissão de Certificação do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social.

42 O primeiro adolescente com entrada no Programa de LA por tráfico de entorpecentes é registrado em 1986, e, nesse ano, houve dois casos. Entre 1989 e 1995, mais quatro casos; e, em 1996 há um aumento de casos, com dez entradas.

Atualmente, o Programa de Liberdade Assistida acompanha 180 adolescentes por mês, residentes nas regiões distritais do município: norte, sul, leste, conforme dados da divisão da Secretaria de Assistência Social e Segurança Alimentar. Todas as regiões se caracterizam como territórios de vulnerabilidade social, violência urbana e presença do tráfico de drogas. Os adolescentes provêm de famílias com renda familiar em torno de dois salários mínimos.

O objetivo geral do Programa de Liberdade Assistida, reafirmado no plano de trabalho de 2010, é:

Atender o adolescente e seu grupo familiar, durante o cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida com uma equipe multidisciplinar; elaborando com o adolescente um plano individual de atendimento, com metas e avaliação dos resultados; proporcionando a oportunidade de superar a prática infracional.

Os objetivos específicos que orientam a metodologia de trabalho são:

- *Acolher o adolescente e sua família e fornecer as orientações iniciais sobre a medida socioeducativa.*
- *Conhecer e compreender a biografia – realidade objetiva e subjetiva – do adolescente e a história de sua família para a identificação das dificuldades e vulnerabilidades que constituem suas condições de vida.*
- *Realizar o estudo de caso⁴³ em uma perspectiva interdisciplinar⁴⁴.*
- *Construir – com o adolescente e sua família – o plano individual de atendimento (PIA), considerando o prazo de cumprimento da Medida Socioeducativa (MSE) estabelecido pelo Poder Judiciário e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).*
- *Encaminhar ao Poder Judiciário relatório técnico - PIA do adolescente, para sua aprovação, conforme legislação.*
- *Realizar o processo de identificação e problematização – com o adolescente e sua família – de aspectos e vulnerabilidades de suas condições de vida e encaminhar demandas específicas, quando necessário, para a rede de serviços.*
- *Esclarecer o adolescente e sua família sobre seus direitos e deveres, o exercício de cidadania.*

43 “Estudo de caso” é um procedimento técnico no qual as informações relativas ao atendimento (sobre o adolescente, sua família, rede de serviços e outros dados relevantes) são sistematizadas, problematizadas, e busca a compreensão, em profundidade, dos comportamentos do adolescente e suas determinações com a finalidade de elaborar um plano de ação e encaminhamentos. Este estudo de caso é condição importante para a elaboração conjunta desse plano. A Lei nº 12.594/12 institui e regulamenta este plano de ação como plano individual de atendimento – PIA.

44 A perspectiva interdisciplinar é garantida pela composição da equipe profissional que executa a medida socioeducativa: pedagogia, psicologia, ciências sociais, serviço social e terapia ocupacional.

- *Desenvolver a responsabilização do adolescente pelo ato infracional, buscando o possível distanciamento do contexto infracional.*
- *Potencializar no adolescente a construção de sua autonomia e a reflexão sobre novos/outros projetos de vida.*
- *Possibilitar acesso e oportunidades para a ampliação do repertório cultural, educacional, profissional e informacional do adolescente.*
- *Oferecer ao adolescente um espaço de expressão e experimentação de novas vivências sociais e culturais, para a ampliação de repertório simbólico.*
- *Realizar a mediação entre adolescente/família e os programas/serviços de escolarização formal, profissionalizante, saúde, sistema de justiça, assistência social, trabalho e renda, esporte, lazer e cultura.*
- *Fortalecer a convivência familiar e comunitária, contribuindo para o fortalecimento da família no desempenho de sua função de apoio e proteção ao adolescente.*
- *Trabalhar o desligamento da vinculação com a executora, fortalecendo o acesso à rede municipal de serviços, a fim de garantir os direitos e a continuidade de seu plano individual de atendimento, independentemente do ato infracional.*

A realização desses objetivos exige um conjunto organizado de ações e procedimentos, os quais caracterizam a metodologia de trabalho do Programa de Liberdade Assistida do COMEC.

A seguir, estão descritas as atividades, de acordo com o fluxograma de chegada do caso na instituição, tal qual acordadas com os executores das políticas públicas do município, Vara da Infância e Juventude de Campinas – Atos Infracionais e Promotoria Pública do Estado de São Paulo:

O adolescente e seu responsável apresentam-se na sede do programa, munidos do ofício de determinação judicial da Vara da Infância e Juventude (VIJ) da comarca de Campinas, para cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida (Termo de Audiência de Instrução, Debates e Julgamento). Este encaminhamento é providenciado pelo posto de atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), localizado na VIJ, que emite, para o adolescente e seu responsável o documento “Orientações sobre o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto”, no qual constam data e horário de comparecimento ao serviço de LA e outras informações. Simultaneamente, o CREAS encaminha, eletronicamente, o documento “Encaminhamento para prestadora de serviço do SUAS”, cujo objetivo é subsidiar a equipe técnica com as principais informações sobre o adolescente e sobre a medida a ser cumprida.

O primeiro contato do adolescente e sua família com o COMEC ocorre no Grupo de Acolhimento (semanal, com datas e horário fixos). O posto do CREAS, após contato na VIJ, define a data do comparecimento. Esse grupo tem como principal objetivo dar acolhimento, fornecer as primeiras informações sobre a medida socioeducativa atribuída ao adolescente e encaminhá-lo, e a sua família, ao técnico de referência.



A equipe técnica organiza-se para atendimento segundo as regiões da cidade. Na atribuição do caso à equipe, a Coordenação do programa considera critérios de território, vínculo e/ou peculiaridades do caso, como o ato infracional e gênero, bem como algum outro aspecto significativo.

Simultaneamente, o caso é registrado no banco de dados informatizado.

Este primeiro momento, caracterizado como acolhimento⁴⁵, tem como objetivo:

Oferecer a primeira escuta técnica de adolescentes autores de ato infracional e sua família, bem como fornecer as primeiras informações a respeito do funcionamento institucional e da media socioeducativa em meio aberto, especificamente da liberdade assistida.

Além da *interpretação da medida* (IM); ou seja, os esclarecimentos e as orientações iniciais sobre a medida socioeducativa, há também informações sobre a proposta de atendimento no programa e na rede de serviços: a elaboração do plano individual de atendimento (PIA). Esse primeiro encontro caracteriza-se pela reflexão sobre a medida socioeducativa, esclarecimento das dúvidas da família a respeito da medida, os procedimentos para o cumprimento da medida, os direitos e deveres dos adolescentes e seus responsáveis.

Na construção do PIA, conforme orientações do SINASE, são abordadas as atividades na MSE, objetivos declarados pelo adolescente, atenção à educação, profissionalização, saúde e outras demandas do adolescente, atenção ao grupo familiar e o parecer da família sobre o PIA.

No *acolhimento*, realiza-se a referência ao ECA, ampliando a reflexão sobre o ato infracional, suas circunstâncias, determinações e as consequências na vida do adolescente e da família. É abordado o processo de apreensão do adolescente, sua passagem pela internação provisória e sua permanência no Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), no cumprimento de medida de internação, se for o caso.

A oportunidade de relatar essas vivências é bastante relevante para o início da construção de um vínculo significativo com o técnico que irá atendê-lo e, como consequência, amplia a compreensão da conduta atual do adolescente. Nesta ocasião, muitos adolescentes relatam episódios de violência⁴⁶ na abordagem policial e intrafamiliar ou nas instituições que foram atendidos.

Assim, inicia-se o processo de conhecimento do adolescente e de sua família. Esse processo se desdobra em encontros sistemáticos, na modalidade de atendimentos individuais nos quais se buscam a identificação de aspectos da condição de vida

45 Conforme Anexo 5: "Manual interno de normas e procedimentos do acolhimento".

46 No Programa de Liberdade Assistida, há um caderno de registro de óbitos de adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa, iniciado em 1986. Embora não seja um registro científico, ele indica acontecimentos relevantes quanto aos fatores de letalidade; e, dentre eles, destacam-se 107 homicídios de adolescentes, sendo 30 deles decorrentes de violência policial, no período de 1986 a 2014.



objetivos e subjetivos, possíveis vulnerabilidades que constituem a história de vida e seus comportamentos, nos quais situam-se a prática do ato infracional e as demandas peculiares do adolescente.

Conhecer o adolescente, ou seja, realizar a coleta de dados com diferentes estratégias metodológicas – por intermédio do grupo de acolhimento, atendimentos individuais com o adolescente e sua família, entrevista domiciliar e observação do adolescente em situações livres ou dirigidas no espaço do programa –, permite à equipe técnica a discussão do caso; ou seja, a busca de compreensão da sua história de vida e os múltiplos fatores que determinam seu modo de estar no mundo, situando a prática do ato infracional. Isso é possível porque a composição da equipe permite a abordagem interdisciplinar, necessária para a compreensão da complexidade dos fatores determinantes das condições objetivas de vida, que repercutem nos grupos de pertencimento do adolescente e na produção de sua subjetividade, ou seja, para a compreensão do conjunto de determinações da conduta do adolescente.

O atendimento do adolescente e a coleta de dados da família desde sua recepção no programa – a interpretação da medida – são realizados, em atendimento individual, pelo técnico (orientador de medida socioeducativa) e por um técnico da dupla psicossocial, com foco na família⁴⁷. O técnico irá se constituir em referência para o adolescente ao longo de todo o percurso de cumprimento da medida socioeducativa.

O *estudo de caso*, particularmente aqueles que revelam maior complexidade, é

Divulgação



Atendimento Familiar - 1989

47 Apesar de o COMEC, desde sua criação, ter considerado o atendimento familiar uma estratégia de intervenção, apenas no ano de 2001 o CMDCA criou a Resolução nº 06/2001, que definiu diretrizes para o atendimento familiar. Em 2010, a Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS) normatizou as diretrizes e estratégias metodológicas, para o cofinanciamento da rede socioassistencial de Campinas (exercício de 2011), o que determinou que os programas de execução de MSE em meio aberto incluíssem o acompanhamento sistemático da família, por intermédio de uma dupla psicossocial (assistente social e psicólogo).

a condição para a construção do plano individual de atendimento (PIA) de cada adolescente. O PIA caracteriza-se pela elaboração de um projeto de vida, para além do prazo de cumprimento da MSE, e implica o estabelecimento de ações viáveis no prazo de cumprimento da MSE; e, também, estabelece as ações necessárias ou urgentes, considerando sua condição de vida atual, como, por exemplo, a regularidade de refeições, ou a necessidade de local de moradia, de vestuário, de tratamento de saúde urgente. O PIA é elaborado juntamente com o adolescente, sua família e outros que possam representar referência afetiva para ele, na tentativa de construir uma rede pessoal de apoio que o auxilie na realização desse plano.

O plano individual de atendimento (PIA) tem prazo de trinta dias⁴⁸ para ser elaborado e encaminhado, como relatório técnico, ao Poder Judiciário, que deverá aprová-lo para fins de execução.

Considerando a família parte integrante e fundamental do processo de cumprimento da medida socioeducativa do adolescente⁴⁹, a sua abordagem e conhecimento permitem auxiliá-la na identificação e compreensão das dificuldades, tanto objetivas quanto aquelas que dizem respeito a sua dinâmica e, portanto, seu padrão de convivência, conflitos e o reconhecimento da qualidade das relações afetivas e familiares.

Esse processo busca sensibilizar a família quanto aos cuidados – apoio e proteção – em relação a seus membros, para além do tempo da medida socioeducativa. A finalidade última é potencializar a família na construção de estratégia de enfrentamento e superação das próprias dificuldades. Este trabalho implica, com frequência, encaminhamentos para a rede de instituições parceiras, para que atendam demandas específicas e garantam a continuidade do trabalho iniciado no Programa de Liberdade Assistida.

A etapa inicial de inserção do adolescente no programa, até a construção do PIA, é relevante no processo de conhecimento do adolescente, de inseri-lo nas atividades propostas pelo programa – de acordo com suas necessidades, interesse e capacidade de compromisso. Essa inserção ocorre a partir de avaliação técnica, em conjunto com o adolescente, sobre sua possibilidade de se comprometer com as atividades propostas pelo programa, ou rede de serviços. Por exemplo, adolescentes que demonstrem necessidades e interesses pela convivência com os colegas podem ser encaminhados para grupo socioeducativo⁵⁰; ou um adolescente que se revele

48 Esse prazo foi negociado pelas instituições executoras da MSE com o Poder Judiciário e Ministério Público. A Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 em seu cap. IV, art. 56, define que o prazo é de até quinze dias do ingresso do adolescente ao programa de atendimento. Essa lei é conhecida como Lei do SINASE.

49 Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, cap. IV, art. 52, parágrafo único.

50 O *grupo socioeducativo*, descrito adiante, tem como objetivo realizar, através da execução de atividades artísticas e expressivas, uma reflexão crítica sobre suas vivências, ampliando a capacidade de expressão e convivência social, conhecendo e experimentando novas habilidades.

mais crítico é encaminhado para um grupo reflexivo⁵¹; outros são mantidos em atendimentos individuais em função de seu horário de trabalho.

A finalidade inicial desses atendimentos, cujo período/tempo varia em cada caso, é compreender os objetivos do adolescente no cumprimento de sua MSE, assim como as expectativas e aspirações da família projetadas para ele. Os temas nas entrevistas e atendimentos individuais abrangem: sua escolaridade, possibilidades de cursos profissionalizantes e interesse/disponibilidade para o ingresso no *mundo do trabalho*; a condição de saúde do adolescente e de seu grupo familiar, as propostas, com a rede de serviços, para parcerias e encaminhamentos. Este último aspecto é de extrema importância, nos casos em que, por exemplo, os adolescentes fazem uso abusivo de substâncias psicoativas e requerem acompanhamento especializado da área da saúde. É importante lembrar que alguns encaminhamentos a ser realizados são determinados, judicialmente, como medida protetiva; por exemplo, o encaminhamento dos responsáveis para um acompanhamento sociofamiliar. Os conteúdos dos atendimentos individuais abrangem, também, as relações estabelecidas entre o adolescente, seu grupo familiar e a família extensa, além de sua situação no território de origem (moradia), caso esta seja avaliada como relevante/significativa.

Em síntese, estes atendimentos iniciais abrangem: interpretação da medida, objetivos na medida, documentação e as demandas do adolescente quanto a saúde, educação, profissionalização e atendimento familiar.

A abordagem desses temas prossegue ao longo de todo o processo de atendimento do adolescente no cumprimento de sua MSE; sendo que, nos primeiros encontros, é possível caracterizar as urgências e demandas. O técnico, a equipe com foco na família, o adolescente e a família realizam combinados que serão descritos no PIA e encaminhados à Vara da Infância e da Juventude para avaliação e homologação.

Atualmente, o PIA é composto por itens padronizados pelas diferentes equipes de trabalho que executam a medida socioeducativa em meio aberto no município de Campinas, tendo sido elaborado com base em diretrizes e orientações legais⁵².

Após a construção do PIA, o grande desafio é sua execução. E, neste processo, os acordos iniciais são realizados de maneira conjunta e clara, e estão abertos para mudanças ou alterações a qualquer momento, pois se consideram a labilidade característica desta etapa da vida, a descoberta do mundo e, também, que o processo de vinculação do adolescente com seu técnico/orientador de medida pode revelar dados importantes que só emergem após o estabelecimento de relações de intimidade e confiança. Além disso, as situações vividas pelo adolescente e família, o grupo de pertencimento do adolescente, podem se alterar do ponto de vista das condições objetivas/subjetivas de existência; e precisam ser comunicadas e justificadas para a VIJ, que acompanha a execução da MSE.

51 O *grupo reflexivo* caracteriza-se por ser um espaço potencial para acolhida e provocação de reflexão sobre questões cotidianas dos adolescentes, sobretudo a relação parental, o ato infracional, a medida socioeducativa e o projeto de vida.

52 *Caderno de orientações do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - (2006)* e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE.

Os atendimentos e atividades realizados têm como objetivo potencializar no adolescente a construção de autonomia em novos percursos existenciais, além de outras trajetórias e projetos de futuro, em ruptura com a prática do ato infracional. Muitos adolescentes não têm clareza sobre seus objetivos, a médio e longo prazos, ou estabelecem objetivos pouco realistas e viáveis, considerando suas condições objetivas de vida; por exemplo, a posse de objetos em desacordo com sua capacidade de consumo, ou o exercício de determinada profissão cujo pré-requisito seja um grau de escolaridade que implique esforços para os quais o adolescente não está disponível, no momento. E, portanto, vão se configurando os desafios do atendimento.

Divulgação



Liberdade Assistida - Grupo de Atividades Grafite - 2015

Nesta perspectiva, os cursos profissionalizantes, por exemplo, podem auxiliar na identificação, pelo adolescente, da importância dos estudos. Ao realizar seu currículo e buscar possíveis oportunidades viáveis de emprego, é possível refletir sobre várias alternativas de carreira e planejar aquilo que é necessário para que ele atinja seus objetivos. É a partir destes conteúdos, objeto de reflexão nos atendimentos, que o adolescente pode se mobilizar e ingressar, por exemplo, em cursos profissionalizantes, em programas da Lei do Jovem Aprendiz, ou retornar para a escola, no processo regular, ou, ainda, ingressar em programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A mediação família/adolescente e serviços da rede do SGDCA – escolarização, profissionalização, saúde, assistência social, trabalho e renda, esporte, lazer e cultura – torna-se imprescindível para a realização dos encaminhamentos e objetivos acordados. As parcerias com a rede são base e exigência para viabilizar o trabalho

junto aos adolescentes, assim como a continuidade do PIA após o encerramento da MSE. Neste sentido, por exemplo, quando há demandas de cuidado da saúde por conta de uso abusivo de substâncias psicoativas, é necessário acessar a rede de saúde para realizar o diagnóstico e o acompanhamento do adolescente. A parceria estabelecida com o Centro de Atenção Psicossocial infantojuvenil (CAPSij) é fundamental no atendimento deste usuário e, também, em casos que apresentam sofrimento psíquico. O desafio que o técnico de referência enfrenta é sensibilizar o adolescente e sua família sobre a questão de saúde que afeta a vida do adolescente, buscando sua adesão e permanência no tratamento.

Na viabilização dos encaminhamentos, particularmente quanto aos adolescentes dependentes químicos, uma parceria significativa é com a Comunidade Terapêutica da Associação Promocional Oração e Trabalho da Instituição Padre Haroldo (APOT). E, quanto à inserção em programas de complementação de renda – Bolsa Família, por exemplo –, a parceria se faz com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e com o Distrito de Assistência Social (DAS) das regiões de moradia das famílias atendidas.

A medida de Liberdade Assistida, atribuída ao adolescente, tem um período (prazo) determinado judicialmente⁵³, e a família e/ou responsáveis necessitam dar continuidade às ações iniciadas que constam do PIA; portanto, o esclarecimento do adolescente e família sobre seus direitos e deveres, além de potencializar o exercício da cidadania, é imprescindível. Para isso, o fortalecimento da convivência familiar e comunitária é um objetivo a ser atingido, pois contribui para o desempenho das funções protetivas e de apoio familiar.

O trabalho junto à família é realizado pela *dupla psicossocial*, em conjunto com o técnico/orientador de medida e o adolescente, quando necessário, pois as demandas apresentadas pela família necessitam, com frequência, de algum encaminhamento para cumprir suas funções parentais e garantir sua responsabilidade em relação ao desenvolvimento do adolescente que está no programa. Cabe salientar que a família pode exercer um papel que facilite ou dificulte o cumprimento da MSE e os objetivos propostos no PIA do adolescente.

O trabalho junto aos adultos com os quais o adolescente convive inclui sua família nuclear ou extensa; na ausência de familiar, inclui os responsáveis legais ou outras pessoas que representem referência afetiva para o adolescente. Alguns podem ter como referência afetiva outro membro de sua família (irmão/irmã, ou avó, ou tio), ou companheiro/as, e é necessário incluí-los, no sentido de viabilizar a sustentação do cumprimento dos acordos realizados no PIA, que dizem respeito a seu projeto de vida para romper com a prática do ato infracional.

Uma das ações realizadas pelos técnicos é a prevenção da gravidez junto aos casais

53 No mínimo seis meses, que podem ser prorrogados; embora, seja possível o Poder Judiciário suspender a qualquer momento a aplicação da medida, cf. art. 118, parágrafo 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – ECA.



– adolescentes atendidos e suas namoradas/companheiras, ou vice-versa. Isso pode ocorrer com o casal, ou apenas com a(o) adolescente atendida(o).

Quanto a isso e a inúmeras questões que envolvem o tema da sexualidade na adolescência – por exemplo, a gravidez precoce – reúne-se no COMEC um grupo com adolescentes gestantes atendidas no Programa de LA, o “Grupo Jovens Mães”, que tem por objetivo acompanhar e orientar as adolescentes gestantes e/ou mães, por meio de atendimentos (individuais e grupais), com periodicidade semanal. São abordados temas pertinentes a gestação, parto, puerpério e maternagem, através de atividades artísticas, técnicas de dinâmicas de grupo, vivências de atividades externas e acompanhamento do pré-natal ou pediátrico.

Já o “Espaço Meninas” é um grupo socioeducativo semanal, destinado às adolescentes, com o objetivo principal de trabalhar questões específicas de gênero. O espaço potencializa a descoberta de habilidades, ampliando o repertório de vida através da elaboração de atividades artísticas, culturais, culinária, informática, fotografia entre outras. Durante o processo, são discutidos temas como: sexualidade, prevenção de DST/AIDS, métodos contraceptivos, violência de gênero, relacionamentos afetivos e familiares, entre outros.

Para a efetividade deste trabalho é necessário contar com a parceria de serviços e programas da rede do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA): Educação, Saúde, Assistência Social, entre outros. Por exemplo, no caso do tema sexualidade, a parceria é realizada com o Centro de Referência do Programa Municipal de DST, AIDS e Hepatites Virais, Casa de Apoio à Vida (CAVI) e unidades básicas de saúde que também trabalham com jovens gestantes.

Outro objetivo do programa é a ampliação do repertório de experiências e saberes dos adolescentes; para isso, há espaços de expressão e experimentação de novas vivências culturais – os *grupos socioeducativos* – que envolvem atividades de música, culinária e expressão artística, como o grafite. O pressuposto dessas atividades é que, além da ampliação de repertório cultural e do universo simbólico, as atividades artísticas e/ou manuais possibilitem outros modos de manifestação e comunicação. Assim, auxiliam no processo de autoconhecimento do adolescente, no que se refere a sua singularidade e potencialidades. A vivência em grupo socioeducativo pode auxiliá-lo a experimentar novas situações sociais, a expressar-se e elaborar aspectos de sua história de vida, como, por exemplo, a violência policial. A troca de experiências entre os adolescentes do grupo é o conteúdo e ponto de partida de trabalho grupal.

O esporte – por exemplo, escalada, futebol, boxe, arvorismo – também se mostrou uma estratégia importante para abordar e compreender aspectos relativos à dinâmica do grupo, ao revelar, para o adolescente, os efeitos da própria conduta no outro, no coletivo do grupo e vice-versa. Além disso, essas atividades oferecem novas possibilidades de vivência dos técnicos/orientadores de medida junto aos adolescentes, reforçando os vínculos e possibilitando conhecer suas potencialidades, interesses e habilidades.



Em 2009 e 2011, o esporte foi o foco do projeto “Escalada Para a Vida⁵⁴, com financiamento do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA) e da Fundação Itaú. Em 2013, o destaque foi o projeto “Vida em Outras Cores⁵⁵”, financiado pelo Banco do Brasil.

O acesso a bens culturais é também garantido pelo conhecimento de espaços que ampliam suas vivências, como as visitas a museus, rádios, exposições de artes, cinemas. Entre 2002 e 2014, foram realizadas visitas ao Museu do Futebol, à Bienal de São Paulo, ao Beco do Grafite, em São Paulo, ao Museu da Imagem e do Som de Campinas, à Radio Educativa de Campinas, entre outros espaços e eventos culturais.

É possível sistematizar a metodologia do Programa de LA através dos procedimentos que podem ocorrer em sequência, ou de modo concomitante:

- Acolhimento inicial e interpretação da medida, primeiras informações sobre a MSE, a instituição e o programa.
- Estudo de caso.
- Construção do PIA em conjunto com o adolescente, sua família e/ou responsável.
- Avaliação permanente – acompanhamento semanal em atendimento individual e/ou grupal – da implementação do PIA com o adolescente, sua família e/ou responsável.
- Atendimento sistemático do adolescente e do grupo familiar, individual e/ou grupal.
- Entrevista e/ou atendimento domiciliar.
- Oficinas socioeducativas, culturais, esportivas e de lazer.
- Articulação da rede para encaminhamentos de casos, conforme demanda apresentada.
- Discussão de casos com a rede, com a finalidade de construção, acompanhamento e avaliação do PIA.

Além dos procedimentos relativos ao atendimento direto dos adolescentes e suas famílias/responsáveis, fazem parte das atribuições da equipe técnica:

- Elaboração de projetos com a finalidade de obtenção de financiamento público ou privado.

54 O Projeto Escalada para Vida tem como principal objetivo desenvolver no adolescente o comportamento solidário, de tolerância, respeito ao próximo e às regras, por meio da educação física e do esporte. Atualmente, o projeto não possui financiamento externo e não é mais executado na íntegra, mas seus princípios permanecem na execução da MSE, e é viabilizado por uma rede de parceiros: Departamento de Educação Física da UNICAMP, praças de esportes do município, Serviço Social da Indústria (SESI), entre outros.

55 Os objetivos do Projeto Vida em Outras Cores foram desenvolver o conceito de cultura e de arte e o exercício da cidadania pelo acesso a bens culturais. As atividades foram oficinas de grafite e DJ, além da participação em manifestações culturais. A finalização do projeto ocorreu com a exposição *Vida em outras cores*, com a produção dos adolescentes, no Museu da Imagem e do Som de Campinas. Esta iniciativa contou com o apoio do Programa Voluntariado, do Banco do Brasil.



- Participação em fóruns e comissões de discussão pertinentes à adolescência e ao adolescente autor de ato infracional.
- Participação nos grupos de trabalhos, para avaliação e construção de políticas públicas específicas ao adolescente.
- Qualificação permanente, através de ações de capacitação continuada.
- Participação de supervisão de casos e institucional.

As parcerias, que garantem ao adolescente a busca de efetivação de seus direitos, estão estabelecidas com órgãos, instituições, programas e serviços do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, políticas públicas e parcerias público/privadas. As mais acessadas são: Vara da Infância e Juventude (VIJ); Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP); Conselho Tutelar (CT), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Fundação CASA, Centro de Referência do Programa Municipal de DST, AIDS e Hepatites Virais, Centro Cultural de Inclusão e Integração Social da UNICAMP (CIS Guanabara), Casa de Apoio à Vida (CAVI), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Atenção Psicossocial infantojuvenil (CAPSij); redes municipal e estadual de ensino; Instituto Padre Haroldo, Poupa Tempo; entre outros.

Os investimentos contínuos na parceria justificam-se pelos seguintes desafios:

- a participação da família no acompanhamento da medida socioeducativa;
- continuidade e ampliação do processo de estabelecimento de parceria efetiva com a rede de ensino;
- maior inserção, permanência e aproveitamento escolar dos adolescentes;
- inserção e manutenção dos adolescentes em cursos profissionalizantes;
- inclusão de maior número de adolescentes no mundo do trabalho;
- continuidade do PIA por intermédio da rede de serviços necessária, após o encerramento da medida (pós-medida).

A equipe técnica do Programa de LA do COMEC constitui-se de profissionais⁵⁶ de diferentes formações: terapia ocupacional, psicologia, serviço social e pedagogia, nas funções de técnico/orientador de medida e/ou na função de acompanhamento familiar – dupla psicossocial. Além dos técnicos⁵⁷, a equipe é composta pela coordenação do programa e os serviços de apoio e administrativo.

56 A equipe de trabalho contempla a legislação *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos*, NOB-RH SUAS.

57 A definição das atividades e atribuições do orientador da MSE tem como referência documento do Centro de Estudos Avançados e de Governo e de Administração Pública (CEAG/Universidade de Brasília): “[...] buscar garantir, junto ao adolescente, sua família e a rede de serviços, providências imediatas que garantam condições mínimas de vida no presente – alimentação, documentação, saúde, trabalho e outras urgências – e o acompanhamento próximo em todo o processo de cumprimento da medida socioeducativa que inclui, também, a família ou responsável”.



Os oficineiros são contratados exclusivamente para desenvolver atividades que exigem técnicas específicas, tais como grafite, confeitaria e outros.

O ambiente físico onde o programa se realiza é a sede do COMEC. O espaço para o atendimento⁵⁸ é composto por: recepção, salas para atendimento individual, salas para atendimento grupal, refeitório e banheiros destinados aos usuários.

Os recursos materiais que viabilizam os atendimentos e o desenvolvimento do trabalho são: audiovisuais, de informática/comunicação e locomoção.

As informações dos usuários dos serviços de MSE são arquivadas em banco de dados específico, elaborado internamente.

O Programa de Liberdade Assistida é cofinanciado pela Prefeitura Municipal de Campinas e complementado com outras receitas: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) através de destinações de Imposto de Renda; convênio com a FEAC, entre outras.

Um dos projetos de destaque no Programa de LA foi desenvolvido a partir de 2005: o “Desafios”, realizado junto às escolas públicas estaduais e municipais.

A primeira fase deste projeto (2005-2006) foi financiada pela Fundação Telefônica (Projeto Medida Legal), e teve como principal objetivo trabalhar o tema *mundo do trabalho*, com adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida. Os recursos metodológicos utilizados foram grupos reflexivos sobre o tema *mundo do trabalho*, curso profissionalizante de mecânica e elétrica de autos, cabelereiro e depilação e garçom; além de curso de informática, em parceria com o Comitê para Democratização da Informática (CDI), oficinas de economia solidária (culinária e papel-machê) e inserção no Programa Educação para e pelo Trabalho, do COMEC.

O projeto, em 2007-2008, continuou dando ênfase à inclusão digital e intensificou o empenho na escolarização dos adolescentes, sendo, então, nomeado “Desafios EscoLA”, com a finalidade de construir uma parceria com a rede pública de ensino (estadual e municipal), visando o estreitamento das relações entre o COMEC e as escolas. O objetivo era a reconstrução do conceito de *adolescente autor de ato infracional* no espaço escolar, abordado de uma perspectiva de *sujeitos de direitos*.

58 O ambiente físico para o trabalho administrativo, em separado, no mesmo endereço, é composto por: sala de reunião da Coordenação-Geral e da Diretoria, sala de reunião da equipe técnica, biblioteca, três banheiros, sala para Coordenação Administrativa, sala para Coordenação Financeira, sala para Secretaria e Tecnologia da Informação, cozinha e refeitório para funcionários.

Foram realizados acompanhamentos dos adolescentes nas escolas e reuniões temáticas com o corpo docente e dirigentes educacionais.

As atividades realizadas em 2007, com ênfase na educação pública estadual e municipal, foram:

- Reuniões de articulação com a rede estadual de ensino e com a Secretaria Municipal de Educação (15 encontros).
- Encontros reflexivos e temáticos, quinzenais ao longo de oito meses, com dirigentes, coordenadores pedagógicos e professores das redes formais de ensino estadual e municipal, com média de cem participantes por encontro;
- Nos encontros temáticos, havia o eixo: “Inserção e permanência na escola do adolescente autor de ato infracional”, com uma média de 140 participantes:
- 1ª Palestra – “Refletindo ações de enfrentamento à violência no cotidiano escolar”, com o professor e psicanalista Hélio Cyrino.
- 2ª Palestra – “Conhecendo papéis: Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar”, com as promotoras dra. Elisa de Divittis Camuzzo e dra. Verônica Morais Ramos Kobori;
- 3ª Palestra – “Conhecendo e reconhecendo o ECA: boas experiências na escola”, com a profa. Maria Sueli Gonçalves e a profa. Suzete dos Santos;
- 4ª Palestra – “Adolescente autor de ato infracional e a escola: problemas e perspectivas”, com a profa. dra. Maria de Lourdes Trassi Teixeira;
- 5ª Encontro – Avaliação e apresentação, pela equipe de LA do COMEC, dos dados coletados nas entrevistas realizadas junto a 38 escolas que atendem adolescentes em liberdade assistida.

Outro eixo do projeto foi a parceria com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD), para realização de supervisão técnica do projeto e pesquisa dos resultados alcançados no período 2005-2006. A supervisora responsável foi a profa. dra. Maria de Lourdes Trassi Teixeira.

Neste eixo, a pesquisa com os adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de Liberdade Assistida ocorreu através de entrevistas com 90 adolescentes e jovens atendidos na primeira etapa do Projeto Desafios. Os dados foram apresentados na oficina de capacitação, oferecida pelo ILANUD, para todas as instituições executoras de medida que estavam no Programa Pro-Menino – Medida Legal. Os pesquisadores foram quatro adolescentes em cumprimento de medida de LA, sob supervisão de um educador social em parceria com o Instituto Fontes. Ao longo da pesquisa, realizada em Campinas junto aos 451 adolescentes que haviam cumprido a medida socioeducativa, foram aplicados 90 questionários. Dentre os dados obtidos, é possível destacar: a participação da família no cumprimento da MSE, o aumento significativo da frequência escolar, o incentivo para procurar outros cursos profissionalizantes e o acesso à inclusão digital.

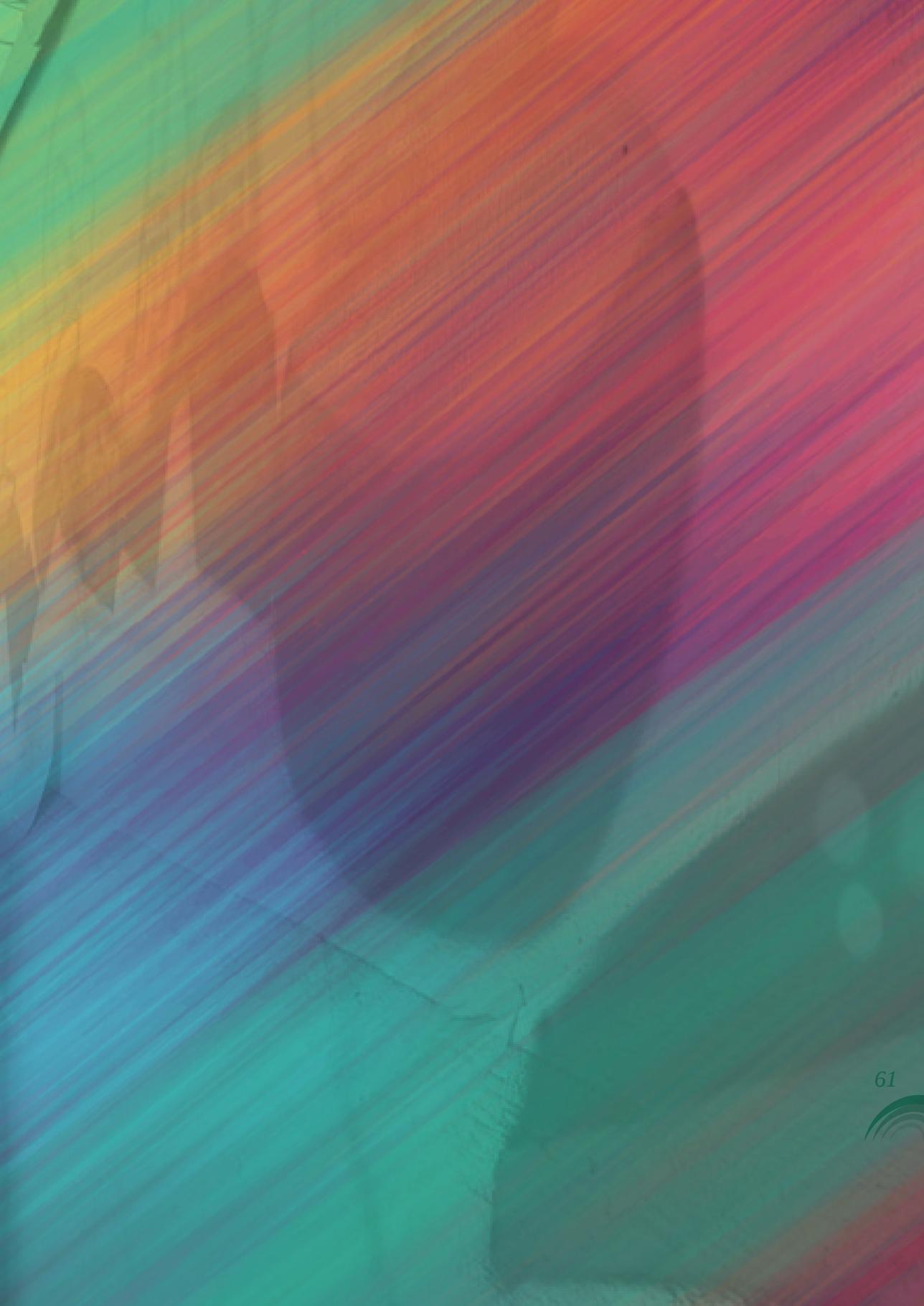
É fruto desta parceria com o Instituto Fontes e a Fundação Telefônica a participação na construção do método QUADROS, instrumental a ser utilizado no atendimento direto dos adolescentes e divulgado no livro *Vozes e olhares: uma geração nas cidades em conflitos* (Makrokolor, 2008).

Outro investimento relevante da equipe profissional foi na metodologia específica de inclusão digital nas medidas socioeducativas, em parceria com o CDI-São Paulo e Fundação Telefônica, publicado no livro *Inclusão digital na medida/Comitê para Democratização da Informática* (Fundação Telefônica, 2007).

O financiamento do projeto pela Fundação Telefônica encerrou-se em 2008. As suas descobertas práticas e reflexões permanecem incorporadas no cotidiano das ações e procedimentos do Programa de Liberdade Assistida.

Um último destaque, por conta de sua relevância, é o projeto Maria Retalho. Ele surgiu em 2009 a partir do grupo de mães, responsáveis e familiares dos adolescentes em atendimento, nos Programas de LA, AP e PSC, que utilizava as oficinas de costura como estratégia para o atendimento familiar. O projeto ampliou-se para oficina de costura, bordado e patchwork, propiciando a experiência de empreendedorismo bem-sucedido.





Aprendizagem Profissional (AP)⁵⁹

CAPÍTULO 6

Desde a primeira década de sua existência, o Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas – COMEC já se ocupava com a necessidade de capacitação e profissionalização do seu público-alvo, composto de jovens oriundos de famílias de baixa renda, residentes nas periferias da cidade de Campinas, que buscavam a entidade com objetivos claros de inserção no mundo produtivo.

Em 1992, o COMEC foi convidado, pela Secretaria da Assistência Social do município de Campinas, a assumir a contratação e o acompanhamento de jovens trabalhadores da Caixa Econômica Federal (CEF), dando início ao projeto “Meninos da Caixa” que, com o passar dos anos (2001), recebeu o nome de “Programa Educação para e pelo Trabalho” (ET), desde a primeira década de existência. As alterações referentes ao nome do programa revelam sua ampliação, mudanças e complexificação, em sintonia com os acontecimentos sociais e – bastante importante – com as mudanças frequentes da legislação de proteção aos adolescentes trabalhadores de nosso país.

Inicialmente, no Projeto Meninos da Caixa, foram atendidos 77 adolescentes entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos, com prestação de serviços por um período de quatro horas, nas agências da instituição financeira. Foi instituído um grupo de 20 adolescentes (em espera), para as substituições que poderiam ocorrer durante o período.

59 De 1986 a 1988, antes do Programa de Aprendizagem Profissional, o COMEC, em parceria com o SENAI e a Secretaria do Trabalho do município desenvolveu projeto de profissionalização: a oficina de marcenaria, que funcionou em local cedido pelo Centro Educacional do Trabalhador de Campinas (CERECAMP). Em 1989, o cancelamento do convênio com a Secretaria do Trabalho coloca em risco a continuidade do projeto, que se sustenta graças à iniciativa da FEAC de articular quatro instituições de uma mesma região da cidade. A oficina instala-se na paróquia Santo Cura D’ars, os recursos financeiros são providos pela FEAC e a orientação de conteúdo e certificações, pelo SENAI. Havia as comissões administrativa e técnica, ambas com representantes das quatro instituições. A primeira turma de educandos contou com 40 adolescentes, encaminhados pelas entidades e selecionados pela comissão técnica. O projeto envolvia: acompanhamento individual dos adolescentes, visitas domiciliares, encaminhamentos internos para os grupos existentes no COMEC (grupo de orientação, grupo de pais), grupos de orientação de funcionários da oficina: gerente e monitor. Metade do grupo de adolescentes foi encaminhada ao COMEC para “tratamento” (termo utilizado na época, no relatório dos *10 anos*). Formou-se, então, um grupo de mães dos adolescentes. O projeto funcionou nestes moldes até 27 de dezembro de 1989.

O contrato de trabalho previa a prestação de serviços por quatro horas diárias, o recebimento de salário integral, o auxílio alimentação, vale-transporte, uniformes e orientação (cf. *Relatório anual de 1992*).

Divulgação



Programa Educação para e pelo Trabalho – 2000

O acompanhamento dos adolescentes e de seus familiares era mensal; o atendimento individual era realizado quando necessário. A equipe técnica, juntamente com a Diretoria e o Conselho técnico do COMEC, discutia os casos que demandavam atenção ou cuidado específicos.

Nesse projeto, a FEAC era responsável pela folha de pagamento dos adolescentes e pela tramitação da documentação entre a CEF e o COMEC. O monitoramento e a avaliação do projeto eram realizados em reuniões periódicas, com a participação de representantes da CEF, da FEAC e de secretarias municipais – Assistência Social e Trabalho.

O projeto foi avaliado pelo COMEC como relevante sob vários aspectos, considerando-se a crise econômica que caracterizava o país no período; para os adolescentes e suas famílias, significava uma alternativa de obtenção de rendimento, tendo em vista a crise de emprego na época. Em muitos casos, os adolescentes eram os únicos membros da família que trabalhavam e garantiam o rendimento familiar. A verba mensal de financiamento era considerável e contribuía economicamente para a manutenção da entidade e da qualidade do projeto, em um momento em que havia dificuldades para obtenção de recursos financeiros.

O espaço físico ocupado pelo Projeto Meninos da Caixa era a sede da instituição, compartilhando as acomodações com o Programa de Liberdade Assistida (LA).

Em 2001, o Meninos da Caixa transformou-se no Programa Educação Para e Pelo Trabalho (ET) e passou a buscar uma inserção diferenciada do adolescente no mercado de trabalho, na área administrativa, estabelecendo parceria com outras empresas⁶⁰.

60 Robert Bosch Freios Ltda, Pratec – Projetos e Gerenciamento de Obras S/C Ltda.; Pratec – Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda.; Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

As parcerias ampliadas, e a estruturação do projeto de acordo com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permitiram que o COMEC pudesse encaminhar adolescentes para o mercado de trabalho a partir dos 16 anos. O objetivo geral do Programa ET revela seu pressuposto:

Propiciar ao adolescente de 16 a 18 anos, desfavorecido economicamente, uma experiência no mercado formal de trabalho, através de um projeto educativo que respeite sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e lhe proporcione renda.

Os objetivos específicos do programa – tal como consta do documento original – demonstram a perspectiva do trabalho no trato com o tema “trabalho e adolescência”:

- *propiciar ao adolescente desfavorecido economicamente, uma experiência no mercado de trabalho, através de programa educativo e de geração de renda, que respeite sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e garanta sua permanência no ensino formal;*
- *permitir uma experiência profissional, buscando o desenvolvimento das habilidades individuais na área de serviços administrativos, adequada à demanda do mercado de trabalho;*
- *desenvolver a capacidade do adolescente em refletir a realidade social, as relações de trabalho e ressaltar a importância da participação nos movimentos sociais;*
- *possibilitar acesso à informação que contribua para o crescimento pessoal do adolescente, favorecendo sua formação cultural e ética;*
- *convocar os atores sociais (família, escola, empresa) para dividir a responsabilidade no processo de formação profissional e pessoal do adolescente;*
- *garantir que o aprendizado do adolescente seja efetivado conforme determinações do ECA;*
- *trabalhar para que o ambiente na empresa seja estimulador e educativo, que o ambiente familiar seja acolhedor e que seja preservado o desenvolvimento físico e psíquico do aprendiz.*

O público-alvo eram os adolescentes moradores de Campinas, em situação de risco social, estudantes, com condições físicas e psicológicas de participar de Programa de Aprendizagem Profissional, entre 15 e 16 anos.

O processo de seleção organiza-se nas seguintes etapas:

- *Solicitação, através de circular anual, às entidades assistenciais registradas no CMDCA e às escolas da rede municipal, de encaminhamento de três adolescentes, por entidade, para seleção.*
- *Seleção feita com base em prova escrita de português e matemática e entrevista com a presença de responsável, realizada pela equipe técnica do COMEC.*



- *Atribuição de nota para cada etapa e análise da renda familiar.*
- *Elaboração de uma lista classificatória.*
- *Encaminhamento para o trabalho de acordo com a classificação e à medida que surgisse uma vaga.*

O COMEC buscou o aprimoramento de novas metodologias de trabalho, com destaque para a criação de grupo de treinamento dos profissionais da instituição, executado pela equipe técnica, que se caracterizava por:

- *Formação de grupos de 20 adolescentes, para participar de treinamentos e capacitação, com vistas à colocação profissional.*
- *Conteúdos abordados: documentação pessoal, esclarecimentos da rotina do programa, leis trabalhistas, atitudes no trabalho, relacionamento com a chefia, atendimento ao público, de telefone, comunicação e expressão e outros assuntos.*
- *Recursos técnicos utilizados: palestras, filmes e técnicas psicodramáticas.*

Os encontros eram mensais, com duração de uma hora e meia, e a ênfase nos conteúdos dependia da demanda do grupo.

Os procedimentos sequenciais de encaminhamento do adolescente eram:

1. *Após a solicitação da empresa, o técnico responsável do COMEC entrava em contato, a fim de obter informações a respeito do perfil do candidato a ser contratado.*
2. *Três adolescentes eram chamados para entrevista e seleção.*
3. *O adolescente selecionado era chamado para providenciar registro em carteira e tirar dúvidas sobre o trabalho a ser realizado.*
4. *Os adolescentes eram acompanhados uma vez por mês.*
5. *Havia uma técnica de referência para acompanhar o relacionamento adolescente/ empresa.*

O adolescente permanecia no trabalho até completar 17 anos e 11 meses, quando se encerrava o contrato. Seu desligamento poderia ocorrer antes, caso apresentasse alguma inadequação, a pedido da empresa. E, nestas situações, as dificuldades e conflitos eram abordados e elaborados com os adolescentes, para que a demissão se colocasse como a última alternativa.

A equipe técnica inicial era composta por uma assistente social e uma pedagoga. Ao longo dos anos, à medida que o programa se ampliava, o mesmo ocorria com a equipe, incluindo em sua composição psicólogos, terapeuta ocupacional e monitores de informática, além de pedagoga e assistente social. A partir de 2007, há também a inclusão do educador social, responsável pelos conteúdos específicos relativos ao auxiliar administrativo.



Os adolescentes encaminhados por escolas públicas, outras organizações e projetos sociais do município e do Conselho Tutelar são direcionados para o mercado formal de trabalho de acordo com o previsto no ECA⁶¹. A equipe técnica do programa passa a promover reuniões semestrais com os novos parceiros, para apresentar o programa e reforçar a importância dessa articulação.

O programa realizava modificações exigidas pela legislação, como em relação à idade; ou seja, o limite mínimo de idade para o adolescente trabalhar se modificou de 14 para 16 anos, a partir de 18/12/1998, através da emenda constitucional nº 20, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e proíbe o trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Quando o Programa ET se iniciou, já se considerava a faixa etária dos 16 anos.

As modificações necessárias são contínuas e, posteriormente, ocorreram em atendimento às exigências da Lei nº 10.097, de dezembro de 2000, que altera a CLT, tratando da colocação do jovem no mundo do trabalho de maneira a prepará-lo, adequadamente, para o exercício de uma função profissional. Essa legislação determina que todas as empresas de porte médio e grande sejam obrigadas a disponibilizar, em seus quadros, no mínimo 5% e, no máximo, 15% de vagas para aprendizes, proporcionalmente ao número de trabalhadores do estabelecimento cujas funções demandem formação profissional.

61 “Capítulo V – Do direito à profissionalização e a proteção no trabalho”, cf.

“art. 65 – ao adolescente aprendiz, maior de 14 anos de idade, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários”; e “art. 68 – o programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo”.

A promulgação da Lei do Aprendiz (nº 10.097/00), “*permitindo que jovens a partir de 14 anos possam trabalhar na condição de aprendiz*”, passou a ser a referência na inserção dos adolescentes no mercado de trabalho, a partir do ano de 2002. A Lei do Aprendiz altera dispositivos da CLT e define responsabilidades do empregador quanto ao adolescente trabalhador⁶².

Em 2002, o COMEC estabeleceu convênio com o Banco do Brasil e ganhou licitação da Prefeitura de Campinas, em um total de cem vagas, já segundo a nova modalidade de contratação, a Lei do Aprendiz.

No ano seguinte (2003), o Programa ET foi contemplado com o projeto “Associação Caminhando Juntos (ACJ)”, cujo objetivo era financiar a capacitação dos adolescentes.

Em 2006, o COMEC recebeu homenagem do Movimento Degrau, por ser a primeira entidade a trabalhar com a Lei do Aprendiz em Campinas. E, no ano seguinte (2007), o programa ET foi financiado pelo Instituto Cooperforte, na iniciativa “Passaporte para o Futuro”, com o título *Vivendo e Aprendendo*, cujo objetivo era capacitar e inserir os adolescentes no mercado de trabalho.

Em 2008, o Programa Educação para e pelo Trabalho teve seu nome alterado para Programa Aprendizagem Profissional (AP), buscando adequar o caráter e os objetivos do programa original às exigências da Lei do Aprendiz e suas portarias, nos últimos anos.

Os contratos da Aprendizagem Profissional passaram a atender à Lei do Aprendiz para o cumprimento de cotas das empresas; e estas, por sua vez, foram também, se adaptando à nova lei e contratando segundo a nova modalidade. Paralelamente, outra modalidade de contrato (CLT), nomeada “Jovem Trabalhador”, era realizada desde o início do programa, quando algumas empresas – com menos de 50 funcionários – não tinham necessariamente de cumprir cotas.

No Programa Aprendizagem Profissional (AP), o acompanhamento dos adolescentes torna-se semanal, obedecendo a carga horária estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e o aprendizado profissional passa a ser regulado pela Lei nº 10.097/00.

62 Cf. art. 48: “Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 anos e menor de 18 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação”.

Em 2008, quando o Programa ET transformou-se em Programa AP, com a finalidade de atender de modo estrito a Lei do Aprendiz, o desenvolvimento do protagonismo juvenil⁶³ fortaleceu-se com o objetivo de colocação profissional.

O Programa AP organizava-se em duas fases: a primeira fase, nomeada “Protagonismo juvenil”, referia-se à formação em oficinas de preparação para o trabalho, com duração de seis meses; a segunda, nomeada “Aprendizagem profissional”, abrangia o aspecto prático, vivenciado na empresa, e o teórico⁶⁴, no COMEC – com duração de dois anos.

Divulgação



Programa Educação para e pelo Trabalho -
Visita na empresa de comunicação - 2005

Neste processo de mudanças relevantes, a equipe de trabalhadores passou a agregar instrutores das áreas técnicas, ou seja, além do educador na área de informática, foram incluídos educadores sociais com formação em matemática, biologia, comunicação social, para adequar-se à Lei do Aprendiz e suas portarias.

63 Protagonismo juvenil compreendido como desenvolvimento de competências: pessoal (aprender a ser); relacional (aprender a conviver); cognitiva (aprender a conhecer) e produtiva (aprender a fazer). Estas competências estão elencadas no documento da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como proposta para a educação no século XXI, e bastante divulgadas pelo educador Antônio Carlos Gomes da Costa (op. cit.).

64 A partir da implementação da portaria 615 do MTE, em 2012, a Aprendizagem Profissional adquiriu o caráter de curso, com carga horária mínima e conteúdo obrigatório. Para isso, a referência era o curso técnico da área, o qual deveria preencher 40% das horas, ou ter 400 horas, com preferência pela carga horária que fosse maior.

Os procedimentos foram, então, atualizados:

- *A inscrição é informatizada e os adolescentes se inscrevem através do site do COMEC.*
- *O processo de seleção⁶⁵ abarca prova escrita e entrevista com profissional da equipe técnica, a fim de identificar as demandas pessoais e sociais do adolescente e do grupo familiar, além do interesse e disposição do adolescente em participar do programa.*
- *O processo de formação, anterior à colocação profissional, abrange aspectos relacionados ao mundo do trabalho, enfatizados conforme o perfil do grupo – comunicação, atendimento ao público, elaboração de currículo, simulação de entrevista, elaboração de planilha, dificuldades de relacionamento com chefia, priorização de tarefas, uso adequado do telefone e do computador, atrasos e faltas sem justificativas, execução de tarefas que não fazem parte do contrato de aprendiz, ou tarefas pessoais (para os superiores), faltas na escola, administração do salário, além de outras demandas específicas colocadas pelas famílias, empresas e pelos adolescentes. Neste sentido, antecipa-se a portaria 723 do MTE, que irá exigir a formação inicial do adolescente antes da aprendizagem profissional, quando contratado como aprendiz.*
- *No período de formação inicial, os adolescentes são acompanhados por profissionais habilitados em formação técnica nas áreas de matemática, informática, comunicação social, administração, contabilidade; e pela equipe técnica, quanto aos aspectos da formação humana: ética, cidadania, resolução de conflitos, orientação profissional, sexualidade;*
- *Acompanhamento da família quanto ao manejo das dificuldades de comunicação entre mãe e adolescente, o manejo de regras, limites e situações mais complexas – por exemplo, irmãos mais novos abrigados e o adolescente como o único membro da família a trabalhar e garantir o orçamento familiar.*

O processo de formação tem carga horária de 84 horas e se distribui por quatro meses, com o objetivo específico de:

“ampliar o universo cultural e a visão do mundo dos adolescentes, oferecendo ferramentas para o desenvolvimento de habilidades que preparem para atuar como protagonistas de sua própria história, para exercer cidadania e para ingressar no mundo do trabalho”.



65 O critério para a inscrição é o adolescente estar matriculado em estabelecimento de ensino público, com escolaridade mínima de 8ª série (equivalente ao 9º ano).

Uma das consequências observáveis do processo de formação inicial foi o desenvolvimento do sentido da importância da escolaridade e, portanto, um maior investimento na vida escolar. Esta mudança de mentalidade agregava-se ou substituía a ideia inicial – dos adolescentes e suas famílias –, de que o primeiro emprego seria a “grande solução”, “grande passo” da vida.

Após essa capacitação inicial, os adolescentes eram encaminhados para as empresas parceiras⁶⁶, a fim de realizar sua aprendizagem profissional nas áreas de auxiliar administrativo, auxiliar comercial, ou auxiliar de serviços bancários, durante seis horas diárias, com todos os direitos trabalhistas e previdenciários garantidos.

Concomitantemente à ocupação de vaga, os adolescentes continuavam a frequentar o COMEC, para cumprir a parte teórica do curso e realizar o acompanhamento técnico, em grupo ou individual.

As dúvidas, conflitos, descobertas e dificuldades trazidas pelos adolescentes eram objeto de reflexão, coordenadas pelo técnico responsável pelo grupo, com o uso de diferentes técnicas: dramatização, atividades ocupacionais e outras técnicas de dinâmica de grupo que facilitam o compartilhamento dos desafios desta primeira experiência de trabalho e a busca de alternativas de superação.

O acompanhamento individual, que incluía monitoramento da frequência e desempenho escolar, era realizado pelo técnico responsável pelo grupo ao qual o adolescente estava filiado. Ao longo dos atendimentos, buscava-se compreender os motivos do absenteísmo e do baixo rendimento escolar. Nos casos em que o rendimento escolar estava sendo afetado pelo trabalho, buscava-se, junto ao supervisor da empresa e à família, criar estratégias para superar a dificuldade apresentada. O pressuposto do programa era a escolarização como prioridade, nesta etapa da vida.

66 AB Sistema de Freios Ltda, Associação de Ensino Social Profissionalizante, Banco do Brasil S.A., Banco Nossa Caixa S.A., Bel Sonno Colchões Ltda., Braservice Assessoria em Comercio Exterior Ltda., Caixa Econômica Federal, Comercial Villar de Parafusos Ltda., Consigaz Distribuidora de Gás Ltda., Construtora Nadir dos Santos Ltda., Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo dos Empregados da Rhodia, Costa Bertholdo Sociedade de Advogados, Dagoberto Silvério Gonzalez e Advogados Associados, De Carvalho Garcia S.A. Consultoria e Administração de Negócios, Du Pont do Brasil S.A., Empresa Paulista de Televisão S.A., Exel do Brasil Ltda, Expeditors Internacional do Brasil Ltda., FAST Company Informática Ltda., FITec Inovações Tecnológicas, Gran Sapore BR Brasil S.A., Hernandes Fim & Cia Ltda., Hospital Municipal Dr. Mario Gatti, Instituto de Previdência Social de Cps - CAMPREV, Invista Tec. Têxteis do Brasil Ind. e Com. de Fibras Ltda., IPS – Informação e Planejamento em Saúde – Assessoria e Comércio Ltda., Jaf Digital – Comércio e Serviços de Informática Ltda., Kraton Polymers do Brasil, LRJS Assessoria Organizacional Ltda., Matera Systems Informática S.A., Maxionlub Ltda., Merial Saúde Animal Ltda., NET Serviços de Comunicação S.A., Nutron Alimentos Ltda., Petrobras Distribuidora S.A., Pratec Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda., Prefeitura Municipal de Campinas, RCV Campinas Comércio de Materiais de Construção, Rhodia Poliamida e Especialidades Ltda., Sabic – Innovative Plastics South America, Sociedade Alphaville Campinas Residencial, Syngenta Proteção de Cultivos Ltda., Tereftalicos Indústrias Químicas Ltda., Transpiratininga Log. e Locação de Veículos e Equipamentos Ltda., Valeant Farmacêutica do Brasil Ltda., Vilmorin do Brasil Comércio de Sementes Ltda.

Desde o início, este pressuposto considerado relevante pelo Programa AP implicava encontro entre todos os envolvidos no caso: o adolescente, sua família, a escola, a empresa e a equipe técnica do projeto, levando-se em conta que todos os agentes estavam diretamente envolvidos na formação dos adolescentes. A Coordenação do programa participava diretamente da discussão de todos os casos, em reuniões técnicas e através da produção de relatórios.

Em todos os casos, ocorria o encaminhamento do relatório trimestral de cada adolescente para os supervisores das empresas, com ênfase no rendimento escolar. Nos casos de necessidade de investimento no desempenho escolar, havia estratégias como, por exemplo, definir algumas horas para o estudo e realização da tarefa escolar, durante o período de trabalho.

Como auxílio ao investimento e bom desempenho escolar, havia, na sede do Programa AP, um grupo de estudo semanal, para esclarecimento de dúvidas escolares e prática de exercícios. Essa atividade era desenvolvida por bolsistas da Universidade de Campinas (UNICAMP), em sistema de plantão. E, com a finalidade de ampliação do universo cultural e do repertório de conhecimentos, ocorriam atividades culturais, curso de inglês, curso de contabilidade e o “Investir vale a pena”, curso de planejamento financeiro, ministrado, aos sábados, por professores voluntários da empresa Price Water House Coopers⁶⁷. Ambas as parcerias foram exitosas, e aquela estabelecida com a UNICAMP teve início em 2004 e permanece até os dias de hoje. A Price Water House Coopers contratou quatro adolescentes como funcionários, os quais, posteriormente, tornaram-se professores voluntários de outros adolescentes, em uma iniciativa pioneira.

A atuação junto à família, parceira importante no programa, era realizada através de grupos de orientação nos quais se priorizava a troca de experiências entre os pais no que se referia à relação com os filhos. Os temas abordados compreendiam: limite/regras, gravidez na adolescência, drogas, problemas no trabalho e outros. Os grupos abrangiam, também, temas relativos aos próprios pais, suas histórias pessoais, suas dificuldades no trabalho e com os parceiros. E, se necessário, eram realizados atendimento individual e/ou visita domiciliar. Em muitos casos, foi possível constatar um processo de reflexão sobre a dinâmica familiar.



67 O curso “Investir vale a pena” foi ministrado de 2004 até o encerramento do Programa AP, em 2012. Foi um projeto desenvolvido pela United Way Brasil, em parceria com o COMEC, com base no voluntariado.

O desenvolvimento do trabalho exigia reflexão permanente por parte da equipe profissional – equipe técnica e educadores – e, para isso, ocorriam reuniões semanais para discussão de situações relatadas pelos supervisores das empresas; nestas reflexões, a partir de situações concretas que envolviam determinado adolescente, eram agregadas as observações das oficinas realizadas pelos educadores e eram planejadas estratégias e atividades para superação das dificuldades e desafios.

O processo de avaliação contínua concretizava-se nos planejamentos semestrais, envolvendo todos os trabalhadores do programa, a participação das famílias e das empresas parceiras.

O trabalho junto ao adolescente e sua família demonstrou a importância de garantir a presença da temática do adolescente trabalhador nos diferentes âmbitos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA). Para isso, um representante da equipe do Programa AP fazia parte da Comissão do Jovem Aprendiz do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Campinas, em discussões sobre a adequação em relação às novas portarias da Lei nº 10.097/00 (Lei do Aprendiz) e sobre as resoluções municipais – expressas pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). E, também, mostrou-se relevante a presença de representante do Programa AP em outros eventos e reuniões relativos ao tema do adolescente trabalhador, promovidos pela rede de serviços.

Novas alterações na legislação, pertinentes ao adolescente trabalhador, implicaram reformulações e adequações do AP. A portaria 615 de 13/12/2007 do MTE define que a Aprendizagem Profissional deve ter estatuto de curso técnico profissional⁶⁸, o que determinou nova reestruturação do programa, com efeito nos cursos de Auxiliar administrativo, Auxiliar comercial e Aprendizagem de serviços bancários, registrados e validados no Ministério do Trabalho. O registro que deve ocorrer no Cadastro Nacional da Aprendizagem e a validação dos cursos pelo MTE exigem carga horária mínima e conteúdo obrigatório; ou seja, é necessário utilizar "arcos ocupacionais" para os cursos de aprendizagem em serviços bancários, ou as referências da Classificação Brasileira de Ocupações para o curso de Auxiliar administrativo.

Em 2008, o programa iniciou uma parceria com a Secretaria do Transporte de Paulínia, que se responsabilizou pelo transporte dos adolescentes daquele município que faziam parte do Programa AP.

Em 2009, em função do aumento do número de jovens – em média, 250 atendidos por semana – e de empresas parceiras, foi realizada parceria com o Ensino Social Profissionalizante (ESPRO), organização que também trabalhava com aprendizagem profissional. O COMEC ofereceu o espaço físico, técnicos e educadores para ministrar o curso de aprendizagem em serviços bancários, e o ESPRO remunerava-os com um valor *per capita*.

Outra iniciativa de destaque foi o projeto piloto “Protejo”, do Programa Pronasci, do Ministério da Justiça, realizado em 2010, a qual envolveu 120 adolescentes e jovens, com foco na prevenção da violência no município de Campinas.

As novas iniciativas produziram aumento significativo no número de atendimentos de adolescentes e jovens – até 150 por dia –, e surgiu a necessidade de espaço físico maior, o que resultou na mudança para outro endereço. Relacionada a este aumento, ocorreu a ampliação no número de vagas oferecidas pelas empresas, entre 2010 e 2011. Uma das instituições parceiras – o Banco do Brasil – ampliou de cinco para 58 as vagas oferecidas para os aprendizes do programa.

Divulgação



Programa Aprendizagem Profissional - grupo de adolescentes na empresa parceira - 2010

Em 2010, o COMEC, por intermédio do Programa AP, foi contemplado com o Prêmio Fies – Fundo de Excelência Social –, cujo objetivo era premiar iniciativas de capacitação de adolescentes para o mercado de trabalho.

A publicação da portaria 723 do MTE, de 23 de abril de 2012, produziu alteração nos dispositivos da Lei do Aprendiz, com implicações diretas na constituição da equipe profissional, conforme seu artigo 5º:

Art. 5º VI – recursos humanos, quantidade e qualificação do pessoal técnico-docente e de apoio envolvido na execução do programa de aprendizagem, adequadas ao conteúdo pedagógico, duração, quantidade e perfil dos participantes, e identificação dos mecanismos de contratação e permanência de educadores no quadro profissional, com especificação do profissional da entidade responsável pelo acompanhamento das atividades práticas dos aprendizes na empresa.

Sob esta circunstância, o COMEC avaliou que não tinha recursos financeiros para viabilizar as exigências da legislação quanto à ampliação dos recursos humanos, e a



instituição tomou a difícil decisão de encerrar o programa⁶⁹.

Esta decisão implicou articulação com o Ministério Público do Trabalho do município, através do “Termo referenciado de transferência”, para que os adolescentes inseridos no programa de AP fossem transferidos para outras organizações sociais, sem prejuízos legais e sociais para eles.

A decisão pelo fechamento do programa ocorreu em 2012 e foi processual, para que os adolescentes não fossem desligados das empresas. Para isso, houve negociação com as empresas parceiras para a transferência para outra organização e finalização de contratos. Apenas duas das empresas mantiveram parceria com o COMEC até o término dos contratos dos aprendizes, em agosto de 2013.

Os procedimentos do encerramento do Programa AP foram citados no Relatório anual de 2013:

- *os adolescentes foram mantidos nas empresas e atendidos na instituição até o final dos contratos com a Nutron (Cargill) e Petrobras, com término em agosto de 2013;*
- *houve garantia da conclusão dos conteúdos programáticos da AP;*
- *[houve] atendimentos aos adolescentes e seus grupos familiares até que o processo de transferência dos jovens para outras entidades fosse concluído;*
- *[houve] acompanhamento dos prazos definidos pelo Ministério Público do Trabalho para que as empresas realizassem contato com a nova entidade qualificadora para a qual os adolescentes foram transferidos;*
- *[foi feita] assinatura do Termo de Referência pelo Ministério Público do Trabalho, juntamente com as empresas e as organizações definidas;*
- *[houve] atualização do site JUVENTUDE WB (www.mte.gov.br), excluindo os adolescentes que foram transferidos para outras entidades qualificadoras.*

Houve continuidade, também, do Projeto Jovem Trabalhador (contratação pela CLT), desenvolvido em paralelo com a AP, cujo objetivo era capacitar adolescentes em situação de vulnerabilidade social e inseri-los no mercado de trabalho, em empresas que não tinham obrigatoriedade no cumprimento de cotas, ou em empresas com projetos de responsabilidade social. O Jovem Trabalhador teve, também, um encerramento processual, à medida que os contratos dos adolescentes foram se encerrando, tendo sido encerrado definitivamente em junho de 2015.

69 O valor que as empresas pagavam ao COMEC pelo atendimento de cada aprendiz manteve-se defasado por um longo período. A ausência de cofinanciamento pela Assistência Social na tipificação dos serviços – no período em que a AP não foi reconhecida por ela – também contribuiu para que o programa fosse considerado oneroso. As empresas não pagavam o custo operacional dos adolescentes que estavam em capacitação e não eram ainda aprendizes. Além disso, como eles eram contratados pelo COMEC (contratação direta) para realizar a aprendizagem – prestar serviço na empresa –, a folha apresentava um grande número de funcionários, o que colocava em risco a isenção da cota patronal.



A decisão institucional de fechamento da AP determinou o desligamento da equipe técnica, sendo que duas funcionárias permaneceram, para a etapa de finalização do programa, sob a coordenação técnica do programa de medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade. A exigência de equipe mínima até que todos os contratos de aprendizes se encerrassem era colocada pela Resolução 039/2013 do CMDCA, em seu artigo 19:

A entidade deverá contar com corpo técnico multidisciplinar, composto, dentre outros, por profissionais das áreas de:

a. coordenador: técnico com experiência ou habilitação na área;

b. pedagogia;

c. serviço social;

d. psicologia;

e. técnico administrativo.

Naquela ocasião e sob as circunstâncias colocadas, houve mobilização das mães dos adolescentes, que promoveram abaixo-assinado para a manutenção do programa, o qual foi levado ao Ministério Público do Trabalho. Em 2013, foi feito estudo de viabilização do Programa que resultou na impossibilidade quanto a sua continuidade. O programa foi encerrado em agosto daquele ano, apesar, das avaliações positivas das empresas parceiras sobre o trabalho do COMEC.

O Programa de Aprendizagem Profissional, em seus 20 anos de existência, atendeu 1.988 adolescentes (ver gráficos em anexo). Dentre eles, 1.637 foram encaminhados para o mercado de trabalho. Neste período, adolescentes e suas famílias do Programa de Liberdade Assistida participaram do AP. Esta experiência possibilitou a troca de informações entre os profissionais das diferentes equipes sobre a inserção no mercado de trabalho formal para os adolescentes que estavam em cumprimento da medida socioeducativa. Foram 44 empresas parceiras, com as quais se estabeleceu relação de confiança, com resultados significativos na vida dos adolescentes e suas famílias. As alterações na legislação e suas portarias e as dificuldades de cofinanciamento tornaram o programa financeiramente inviável, considerando-se os custos da contratação do corpo docente exigido pela última portaria.

A experiência do COMEC em mais de três décadas de trabalho com adolescentes – e 20 anos dedicados à preparação do adolescente e do jovem para o mundo do trabalho – ampliou a tecnologia social criada no programa de atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de seu grupo familiar.

O compromisso com a defesa dos direitos dos adolescentes permaneceu criando condições para a busca de uma nova perspectiva de vida para os adolescentes. Neste contexto, surgiu o projeto **“RESSIGNIFICANDO o mundo do trabalho – adolescência e medida socioeducativa em meio aberto”**, financiado pelo CMDCA, em 2013, e em convênio com a FEAC, em 2014 e 2015.



O RESSIGNIFICANDO buscou fortalecer e preparar os adolescentes e jovens em cumprimento de MSE para o mundo do trabalho. Uma característica do projeto era a oportunidade de ocupação produtiva, fazendo com que este representasse, portanto, uma experiência motivadora na busca de formação profissional. A metodologia consistiu em oficinas vivenciais com conteúdos que abordaram: conceito de arte, empreendedorismo, relações de confiança, entre outros. A finalidade última era a ampliação do repertório cultural e a importância da experiência de trabalho.

O tema *trabalho* esteve presente desde a origem do COMEC e permanece como aspecto relevante dos programas até os dias de hoje, sendo este entendido não apenas como “emprego” ou “ocupação”, mas de maneira criativa e educativa, pensando na construção do sujeito e em sua participação na coletividade.

Divulgação



Aprendizagem Profissional - Projeto RESSIGNIFICANDO o Mundo do Trabalho



Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)⁷⁰

CAPÍTULO 7

Em fevereiro de 2007, a Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho e Inclusão Social da Prefeitura Municipal de Campinas convidou o COMEC para executar a medida socioeducativa de meio aberto Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)⁷¹. A Diretoria da instituição – juntamente com a Coordenação Geral e a equipe profissional que desenvolvia o Programa de Liberdade Assistida – analisou exaustivamente a proposta, elaborou projeto específico para o Programa de PSC e o encaminhou para o Conselho Municipal de Assistência Social e para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual foi aprovado, em setembro de 2007, por ambos os conselhos.

Este processo de substituição da executora da medida socioeducativa de PSC durou oito meses, durante os quais foram feitos estudo e avaliação, tendo sido o critério relevante para a definição do COMEC a experiência de 27 anos no atendimento de adolescentes autores de ato infracional – ou seja, o desenvolvimento do Programa de Liberdade Assistida, sua credibilidade junto às instituições do SGDCA, no município de Campinas, e o notório saber da equipe profissional no trabalho junto ao adolescente em cumprimento de MSE de meio aberto.

Em novembro de 2007, as atividades do Programa de PSC, cofinanciado pela Prefeitura Municipal de Campinas, teve início. Foi realizada a transição da equipe anterior responsável pela execução do programa para a equipe contratada do COMEC. Em dezembro do mesmo ano, começaram os atendimentos dos adolescentes já vinculados à medida e a recepção de novos encaminhamentos.

70 A medida socioeducativa de PSC está definida no ECA:

Art. 117. – A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único – As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

71 Até esta data, o Programa de PSC era desenvolvido pelo Programa Resgate, vinculado à Secretaria Municipal da Cidadania, Trabalho e Inclusão Social do Município de Campinas.

O COMEC iniciou o programa com equipe técnica composta por quatro profissionais técnicos/orientadores de medida socioeducativa e uma coordenadora do programa: um psicólogo, um pedagogo, duas assistentes sociais e um terapeuta ocupacional.

A parceria com o Sistema de Justiça, consolidada desde sua fundação, permitiu articular e ampliar as discussões, na direção da construção de uma nova proposta metodológica em prestação de serviços à comunidade.

A necessidade de elaboração de uma nova metodologia surgiu a partir da prática e da avaliação, iniciada pelo município, de inserir o adolescente – com pouca efetividade no processo de aprendizado e responsabilização –, individualmente, numa instituição acolhedora, a fim de realizar a PSC.

A execução do Programa de PSC pelo COMEC teve como proposta metodológica inicial a PSC coletiva, com investimento no processo grupal⁷². Este “novo olhar para a PSC” traz uma concepção de responsabilização do adolescente e, portanto, de reparação da prática do ato infracional, que compreende dois momentos: *Espaço de capacitação* (o adolescente é capacitado na atividade) e *Espaço de ação cidadã* (ele devolve o produto/aprendizado elaborado para a comunidade), a partir de sua inserção em um grupo de iguais.

O *Espaço de capacitação* tem como objetivo despertar para o exercício da cidadania: o grupo de adolescentes compromete-se com todo o processo criativo e de planejamento das atividades a ser desenvolvidas e apresentadas como “ação cidadã”, ou seja, ele se responsabiliza pela construção e execução de todas as etapas do processo – que é concluído com a prestação de um serviço para a comunidade. A capacitação (de 2008 a 2013) abarca oficinas nos seguintes eixos⁷³:

- *Expressão artística e cultural – música, dança, ritmos, teatro, artes plásticas e outras possibilidades levantadas pelos adolescentes.*
- *Saúde e qualidade de vida – noções básicas de alimentos, culinária, drogas, sexualidade, beleza (estética, higiene, autocuidado etc.).*
- *Esportes – experiências corporais que possibilitam o contato com os limites e desafios do próprio corpo, noções de regras, jogos e modalidades esportivas.*
- *Inclusão social e digital – introdução ao pacote de serviços, internet, web designer, hardware, comunicação, informação, fotografia, grafite; noções de elétrica e hidráulica.*

As atividades de capacitação eram desenvolvidas no espaço físico do COMEC com oficinairos capacitados – pela escolarização ou pela experiência prática no exercício da profissão – e com supervisão de um técnico responsável pelo eixo da referida atividade.



72 Essa proposta mantém-se desde 2008, mesmo quando houve uma reformulação da metodologia de execução do programa em 2013.

73 Esses eixos orientam o trabalho junto aos adolescentes entre 2008 e 2013.

O *Espaço de ação cidadã* – instituição na qual era prestado o serviço – localizava-se na rede socioassistencial do município e em outros locais/espços onde o adolescente iria apresentar o produto, ou realizar o resultado de seu aprendizado durante o período de capacitação. Essa intervenção (trabalho) do grupo de adolescentes realizou-se em organizações parceiras, ou no próprio espaço físico do Programa de PSC, como era o caso de consertos de equipamentos elétricos e eletrônicos e da atividade de culinária.

Divulgação



Prestação de Serviços à Comunidade - oficina de pipas em instituição parceira

A realização deste modelo de PSC implicou parceria com várias instituições da cidade. Não houve dificuldades em encontrá-las e, durante determinado tempo, algumas parcerias tornaram-se fixas. De 2008 a 2013, os locais nos quais se desenvolveu a ação cidadã foram: Comitê para Democratização da Informática (CDI Campinas), Creche Bento Quirino, Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), Creche Cenáculo, Instituto RUMO, Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Campinas (APASCAMP), Abrigo RENASCER, Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente - Abrigo CMPCA, Projeto Gente Nova (PROGEN), Centro Socioeducativo Semente Esperança, Direito de SER, Centro Cultural Louis Braille, Centro Social Romília Maria, além de outros programas da proteção social básica e especial, que também se tornaram instituições parceiras.

Um exemplo significativo de parceria fixa que ocorreu foi com a Creche Bento Quirino: mensalmente, dois grupos de crianças e pré-adolescentes frequentaram o clube da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB), a fim de desenvolver

atividades esportivas (futebol de salão, natação e basquete), orientados pelo grupo de adolescentes sob a supervisão de um oficineiro da área de esportes e um técnico da instituição. Outro grupo de crianças, ia mensalmente até o COMEC, a fim de vivenciar a atividade do eixo *Culinária*, sob orientação dos adolescentes.

Durante todo o período de cumprimento da MSE, o adolescente é acompanhado por um técnico de referência, com o qual há o fortalecimento de vínculo (e, portanto, a palavra de um e outro tem valor), e um oficineiro, que atua especificamente nos eixos das oficinas, com domínio das ferramentas necessárias para a atividade. Isso proporciona segurança e confiança ao adolescente, a sua família e ao local que acolhe a ação cidadã.

Os ganhos proporcionados por este modelo são inúmeros: o envolvimento individual e grupal dos adolescentes autores de ato infracional em atividade de interesse; o desenvolvimento de habilidades; a capacidade de compartilhar e vivenciar práticas cooperativas. Além destes, os beneficiados pelo serviço como, por exemplo, as crianças e adolescentes da creche, sentem-se valorizados por contar com esta experiência e atenção.

Essa proposta de trabalho exigiu o envolvimento e compromisso de toda a equipe, e o grande ganho foi a mudança significativa do lugar social do adolescente, que sai do lugar de autor de ato infracional, estigmatizado devido a sua associação com a criminalidade, para o lugar de adolescente educador, visível devido a sua potência de adolescente-cidadão.

Um dado relevante foi o número de instituições e programas de outros municípios que passaram a procurar o COMEC com a finalidade de conhecer esse “novo olhar para a PSC e esse novo jeito de estar em PSC⁷⁴”.

Iniciar a apresentação pela PSC coletiva tem como intuito colocar em relevo uma proposta que se realiza de modo responsável, de acordo com os pressupostos do ECA, antecipa o SINASE em sua proposta metodológica e, principalmente, efetua a busca criativa e responsável de conferir um sentido ao cumprimento da MSE.

A implementação da PSC coletiva no COMEC e, portanto, seu objetivo geral, ancora-se na referência do ECA:

“Propiciar ao adolescente com medida de prestação de serviços à comunidade (PSC), conforme estabelecido no artigo 117 do ECA, o acolhimento para a realização de atividade adequada à sua condição e ao (re)estabelecimento de convívio sociofamiliar e comunitário, que estimule o rompimento com a prática delituosa”.



O programa de PSC busca atender o adolescente e seu grupo familiar durante o cumprimento da medida socioeducativa de PSC, com enfoque na metodologia coletiva em articulação com as políticas intersetoriais.

O extenso rol de objetivos específicos busca orientar a operacionalização das ações, atividades e procedimentos da equipe de trabalhadores:

- *Promover a acolhida do adolescente e sua família na instituição, realizar orientações gerais e interpretar a medida socioeducativa de PSC.*
- *Acompanhar os adolescentes em medida de PSC com atendimento interdisciplinar sistemático, através de abordagens individuais e grupais;*
- *Construir o plano individual de atendimento (PIA) junto ao adolescente e à família.*
- *Conhecer a história de vida dos adolescentes e suas famílias, assim como os vínculos com seu território, para a melhor compreensão da subjetividade.*
- *Realizar acompanhamento sociofamiliar, contemplando família extensa e ampliada sempre que se fizer necessário, focando nas ações de matricialidade familiar.*
- *Potencializar no adolescente a construção/reconstrução de projeto de vida que vise o distanciamento do universo infracional.*
- *Identificar e nomear para o adolescente e sua família as negligências e vulnerabilidades vividas e observadas, encaminhando a demanda específica, se necessário, para a rede de serviços e suportes.*
- *Realizar com os adolescentes o reconhecimento do território de origem em que executarão a PSC.*
- *Propor reflexões e problematizar o uso de substâncias psicoativas, universo infracional, mundo do trabalho, escola, família, preconceito, entre outros temas.*
- *Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências.*
- *Esclarecer sobre direitos, deveres e o exercício da cidadania.*
- *Potencializar a convivência familiar e comunitária, contribuindo para o fortalecimento das relações familiares.*
- *Realizar monitoramento e avaliação do PIA de cada adolescente e sua família durante o cumprimento da medida.*
- *Criar estímulos para que as oportunidades de PSC possibilitem um novo significado das vivências propostas;*
- *Ressignificar o universo escolar e o mundo do trabalho, proporcionando ampliação de repertório e/ou encaminhamento para escola e mercado de trabalho.*



Ao ser encaminhado pelo posto do CREAS para a executora responsável – no caso, o COMEC –, o adolescente e seu responsável são acolhidos⁷⁵ na instituição para receber as primeiras informações sobre a medida socioeducativa a ser cumprida e demais orientações pertinentes a seu acompanhamento. O atendimento seguinte é agendado com a equipe de referência, que irá iniciar o processo de interpretação da medida (IM) e o plano individual de atendimento (PIA).

Nos atendimentos individuais do adolescente, é possível conhecer suas aptidões, habilidades e interesses, com especial atenção a seus aspectos emocionais. Na proposta socioeducativa, são considerados o perfil do adolescente, a complexidade do ato infracional e sua inserção grupal, privilegiando seu interesse e suporte familiar.

O atendimento do adolescente caracteriza-se por:

- *acolhimento inicial junto à família;*
- *interpretação da medida;*
- *elaboração do plano individual de atendimento;*
- *encaminhamentos conforme demanda;*
- *inserção em grupo socioeducativo.*

O atendimento à família caracteriza-se por:

- *acolhimento inicial do adolescente;*
- *interpretação da medida;*
- *elaboração do plano individual de atendimento;*
- *entrevistas domiciliares;*
- *encaminhamentos conforme demanda;*
- *inserção em grupo de responsáveis.*

Fazem parte do PIA do adolescente as informações:

- *sobre o acolhimento e interpretação da medida;*
- *atividades na MSE de PSC;*
- *objetivos declarados pelo adolescente;*
- *atenção à educação/ensino formal;*
- *atenção à iniciação profissional;*
- *atenção à saúde;*
- *atenção às demais demandas do adolescente;*
- *atenção ao grupo familiar;*
- *atividades de integração e apoio à família e sua participação no PIA;*
- *opinião da família sobre o PIA.*



O desafio de atender o adolescente em suas necessidades no presente e objetivando garantir a viabilização de seu projeto de futuro implica a articulação com o Sistema de Garantia de Direitos, com a rede intersetorial e, se necessário, com programas de transferência de renda.

A execução da MSE e, no caso, a proposta de PSC coletiva exigiram a articulação com um conjunto de instituições, situando o programa no conjunto das políticas intersetoriais.

A implementação do programa exige também a organização institucional interna e no âmbito da equipe de trabalho do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade. A coordenação técnica do programa é a ponte com a Coordenação Geral e a equipe de trabalho, e legitima os espaços para garantir a comunicação institucional, como explicitado no final do Capítulo 4.

Em 2012, através de resolução municipal, os serviços de medida socioeducativa passaram a ter na equipe técnica uma dupla psicossocial específica para o atendimento das famílias. Posteriormente, cada dupla passa a ser referência para 40 famílias – ampliando a equipe do Programa de PSC, portanto, com mais duas duplas psicossociais, com base na meta de 80 usuários.

Em 2013, o apoio técnico de MSE do CREAS e o Ministério Público (MP) apontaram a necessidade de adequação na metodologia de trabalho do Programa de PSC, indicando a necessidade de realizar a prestação de serviços no território do adolescente e a consequente ampliação das parcerias para sua efetivação.

Até então, o trabalho desenvolvido com parcerias fixas possibilitava as vivências de atividades com poucas variações, pois estas eram consolidadas no planejamento anual do programa e da instituição parceira. E esta limitação impedia o acesso a novos parceiros e restringia o trabalho à região central do município, devido à facilidade de deslocamento.

Ante a perspectiva de ampliar a proposta da prestação de serviços, o *território* surge como potência de trabalho e possibilita ao adolescente, inserção e reconhecimento do seu papel na própria comunidade de pertencimento e, conseqüentemente, seu empoderamento na coletividade local.

Em dezembro de 2013, foi assinada, junto ao gestor público, uma declaração de reordenamento e pactuação para cofinanciamento em 2014, na qual constava a necessidade de: ampliar parcerias para PSC; promover adequações na metodologia de trabalho de modo a atender a solicitações da Promotoria Pública, VIJ e SMCAIS; e, ainda, implantar e/ou ampliar ações regionalizadas nos territórios de origem dos adolescentes.

Portanto, no ano de 2014, implantou-se uma importante reformulação metodológica. A prestação de serviços passou a ser efetivada no território de pertencimento do adolescente, e as parcerias passaram a ser procuradas de acordo com a região de abrangência dos grupos, favorecendo o município como um todo.



Ao reconhecer o território de origem do adolescente como aspecto determinante dessa metodologia, as condições de vulnerabilidade assumem concretude e são legitimadas pela equipe como ferramenta para o atendimento. A fragilidade da rede intersetorial torna-se, então, mais evidente, o vínculo entre o técnico e o adolescente desenvolve-se de maneira mais espontânea, e o técnico tem uma aproximação e compreensão maior da história pessoal e da identidade dos adolescentes, de seus familiares e de seus grupos de pertencimento.

Divulgação



Prestação de Serviços à Comunidade - Jardinagem no CS União dos Bairros

A necessidade de trabalhar com os adolescentes o conhecimento e reconhecimento do seu território de origem exigiu a organização de atividades organizadas por região geográfica da cidade. A equipe técnica dividiu-se, alocando-se em cada uma das cinco macrorregiões: Leste, Norte, Sul, Noroeste e Sudoeste. Formaram-se duas miniequipes de trabalho: uma alocada com vista a atendimento das regiões Sul e Leste e outra referida às regiões Norte, Sudoeste e Noroeste – cada uma delas composta por técnico/orientador de medida⁷⁶, dupla de atendimento familiar e educador social⁷⁷, fixados em sua região de referência.

76 O orientador de medida é o profissional que se torna referência no atendimento do adolescente quanto a elaboração e execução de seu PIA, além de articular a rede intersetorial de serviços pela qual o adolescente deverá transitar.

77 O educador social promove ações de convivência e de cidadania junto aos adolescentes e compõe, juntamente com o orientador de medida, a referência no processo grupal.

Segundo a nova proposta, os adolescentes também são agrupados por regiões de procedência (origem). Um técnico/orientador de medida e um educador de referência de cada região são responsáveis pelo grupo. Os grupos são mistos, com predominância da participação da população masculina. Funcionam em ambos os períodos – manhã e tarde –, a fim de possibilitar a inserção escolar dos adolescentes.

A metodologia de trabalho com cada grupo de adolescentes tem os seguintes procedimentos sequenciais:

- *Conhecimento/reconhecimento do território – diagnóstico das condições socioeconômicas e dos serviços existentes/inexistentes, necessários, utilizados na região de moradia.*
- *Definição do serviço e/ou grupos, setores da população local que poderia se beneficiar com a prestação de serviço e/ou pelo qual o adolescente manifeste interesse.*
- *Contato telefônico com o serviço apontado pelo grupo, para apresentar a proposta.*
- *Estabelecimento de parceria, com ofício institucional, caso a instituição responda positivamente.*
- *Agendamento da visita do grupo de adolescentes, para conhecer o parceiro e suas demandas.*
- *Avaliação das demandas e das habilidades e competências do grupo, para definição da prestação do serviço.*
- *Planejamento das etapas e providência de material.*
- *Execução do serviço, respeitando o tempo necessário para concluir o processo de trabalho e o tempo da MSE atribuída.*

Considerando-se o período (tempo) atribuído pelo Poder Judiciário⁷⁸ para o cumprimento da MSE de PSC, o grupo é aberto; ou seja, um novo adolescente da região pode ser incluído, mesmo com o processo em desenvolvimento. Para esta inclusão, o técnico de referência o atualiza quanto ao momento atual do grupo, antes de incluí-lo.

Um aspecto facilitador do desenvolvimento do trabalho é o técnico/orientador de medida se constituir referência, tanto no processo individual como no grupal, e ao longo de todo o cumprimento da MSE. Este procedimento técnico fundamenta-se na importância do estabelecimento de vínculos entre o orientador de medida, o adolescente e sua família, condição para um trabalho significativo no qual a palavra de cada um deles adquire valor e importância.

Em geral, o grupo de adolescentes desenvolve mais de uma prestação de serviços. As atividades desenvolvidas foram diversas, de acordo com as demandas locais, como, por exemplo, a montagem de brinquedoteca e revitalização de espaços lúdicos.



Em 2014, foram acessados quarenta e sete parceiros da rede intersetorial da cidade de Campinas, para o desenvolvimento da PSC. As áreas abrangidas foram: saúde, educação, assistência social, cultura/movimentos comunitários, cooperativas e espaços públicos localizados nos territórios de origem dos adolescentes.

O rol de parceiros acessado, por região, da cidade foi:

Norte – na área da assistência social: Associação Beneficente Semear; Núcleo de Ação Social (NAS), Programa de Acolhimento Institucional Convívio Aparecida II, Lar dos Velhinhos de Campinas, Cooperativa Unidos na Vitória, dentro do espaço das Centrais de Abastecimento de Campinas S/A (CEASA). Nas áreas de saúde, educação e cultura/movimentos populares, não foram realizadas parcerias.

Leste – na área da educação: EE Prof. Benedito Sampaio, CEMEFEJA Paulo Freire; na área da assistência social: Centro de Convivência Sagrado Coração de Jesus, Serviço Social Nova Jerusalém, Espaço de Vivência e Convivência do Adolescente (TABA), Abrigo Municipal Renascer; na área de cultura/movimentos populares: Grupo de Capoeira Angola Resistência, Cooperativa Reciclar Jardim Baronesa.

Sul – na área da saúde: Centro de Saúde Orozimbo Maia, Centro de Educação dos Trabalhadores da Saúde (CETS), Centro de Saúde Jaime Cesar Correa Lima – Parque Figueira, Centro de Saúde Campo Belo, Centro de Saúde Carvalho de Moura, Centro de Saúde Monte Cristo, Centro de Saúde Vila Rica, Centro de Saúde José Batista – Jardim Esmeraldina, Centro de Saúde Faria Lima, Centro de Saúde Antônio Moneta Júnior – Parque Oziel, Centro de Saúde Sebastião de Moraes – Jardim Santa Odila, Centro de Saúde São Domingos, Centro de Saúde São José, Centro de Saúde Dr. Paulo de Camargo Ferraz – Jardim São Vicente, Centro de Saúde Vila Ipê, Coordenadoria da Saúde da Infância e Juventude, Distrito Sul de Saúde; na área da educação: EMEF Elvira de Pardo Meo Muraro, EMEF Orlando Carpino; na área da assistência social: Casa Lar da AMIC, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS Sul); na área de cultura/movimentos populares: Movimento Popular Quilombo Urbano.

Noroeste – na área da educação: EE Prof. Álvaro Cotomacci, EE Hugo Penteado Teixeira; na área da assistência social: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) Casa Hosana, SORRI Campinas; na área de cultura/movimentos populares: Casa de Cultura Fazenda Roseira, Casa de Cultura Tainã.

Sudoeste – na área da saúde: Centro de Saúde Manoel Afonso Ferreira – DIC III; na área da assistência social: Abrigo Convívio Aparecida I, Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia; CRAS Nelson Mandela; na área de cultura/movimentos populares: Espaço de Exposições Terminal Ouro Verde, Casa da Cultura Andorinha.

As atividades desenvolvidas foram diversas, tendo sido elaboradas de acordo com as demandas locais: montagem e revitalização de espaços lúdicos como brinquedotecas, berçário; oficinas de brinquedos; grafite em praça pública; oficina de tie dye; fotografia; entrevistas; gincanas; revitalização de salas de espera; organização de espaços de atendimento; hortas suspensas com garrafas PET, dentre outras atividades. Os beneficiados pelas ações foram crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Essa metodologia de trabalho possibilita ao adolescente fazer parte de todo o



processo de elaboração da prestação de serviços, reconhecer seu território de forma consciente e com criticidade, protagonizar as ações e ressignificar seu lugar na comunidade local.

Divulgação



Prestação de Serviços à Comunidade - Atividade preparatória no COMEC

Durante o cumprimento da MSE, o adolescente e sua família apresentam mudanças positivas no que se refere a: organização em relação a horários e frequência dos atendimentos, organização da documentação pessoal, abertura para reflexões sobre o tema “educação”, desejo de inserção no mercado de trabalho, ampliação do repertório cultural, sentimento de pertencimento a um grupo, capacidade de vinculação, abertura para compartilhar indagações e reflexões sobre situações da vida cotidiana, perspectivas de futuro e descoberta de potencialidades.

No período de cumprimento da PSC, o adolescente pode acessar mais de um parceiro e/ou desenvolver mais de um serviço. Isso – somado às atividades culturais – gera uma considerável ampliação de seu repertório e a transformação de sua relação com a sociedade.

Uma constatação relevante quanto à metodologia é a mudança de mentalidade das instituições parceiras no que se refere à representação do adolescente envolvido com a prática do ato infracional, ou seja, quanto ao estigma do adolescente autor de ato infracional, há uma transformação significativa, pois, o adolescente passa a contribuir como cidadão, com direitos e deveres, com ações que envolvem responsabilidade, criticidade e protagonismo.



O Projeto RESSIGNIFICANDO o Mundo do Trabalho, relatado no capítulo 6, foi ofertado para os adolescentes do programa de PSC como atividade paralela, com base em sua própria escolha e adesão voluntária.

A participação no projeto estabeleceu uma vinculação com o programa que facilita o retorno espontâneo do adolescente ao COMEC, no período pós-medida, a fim de solicitar orientação para o trabalho formal, ou retornar à escola.

Em 2014, a equipe estava composta por: coordenação técnica, quatro técnicos que executam a função de orientadores da MSE (um técnico para 20 adolescentes, conforme legislação), quatro técnicos (divididos em 2 duplas psicossociais), com foco na família (um para cada 40 famílias), e dois educadores sociais, totalizando onze profissionais.

De 2007 a 2014, o convênio estabelecido para a execução da MSE-PSC contemplou 80 adolescentes e famílias, por mês (ver gráficos em anexo). Em 2016, a meta de atendimento mensal passou a objetivar 100 adolescentes e suas famílias.

Naquele mesmo período, o programa de PSC atendeu 829 adolescentes⁷⁹, com a faixa etária predominante de 16 a 18 anos (ver gráficos em anexo), sendo 91% do sexo masculino e 9%, do feminino.

A cidade natal de grande número de adolescentes era Campinas. As regiões de moradia do adolescente na cidade eram, predominantemente, a Sul, com 32%, e a Sudoeste, com 26%. São bairros da periferia da cidade com serviços de água, luz, esgoto e iluminação pública, com casas de alvenaria, de madeira ou material reciclado. Algumas famílias tinham casa própria, e a maioria pagava aluguel ou ocupava área de invasão.

Quanto à escolaridade, 66% tinham ensino fundamental incompleto e 27%, incompleto. E, quanto aos responsáveis, 69% tinham ensino fundamental incompleto; 8%, o ensino fundamental completo; 15%, o ensino médio completo; e 8% nunca estudaram.

Quanto à carreira ocupacional, 3% dos adolescentes já haviam trabalhado com registro em carteira profissional, e este dado representa 37%, no que diz respeito aos pais ou responsáveis.

O motivo de entrada no Programa de PSC de maior prevalência era: tráfico de drogas (235 casos), roubo simples (129 casos) e furto (126 casos). No conjunto, chama atenção a atribuição da medida de PSC para 39 casos de pichação e 51 casos por porte ou uso de drogas.

Dos 829 casos atendidos, houve 34 casos de reincidência e nova atribuição da mesma medida (PSC), e 75 casos aos quais foi atribuída a medida de privação de liberdade.

O tempo de cumprimento da medida atribuído pelo Poder Judiciário foi de 3 meses (15% adolescentes), 4 meses (22% casos), 6 meses (57% casos), e 6% de outros casos.

O relato da equipe da PSC, feito no projeto desenvolvido pelos adolescentes junto a

79 Em 2007, 60 adolescentes; em 2008, 134 adolescentes; em 2009: 142; em 2010: 107; em 2011: 92; em 2012: 117; em 2013: 62; em 2014: 115 adolescentes.

EMEF Elvira de Pardo Meo Muraro, ilustra o trabalho realizado.

Grupo:	Região Sul
Parceiro:	EMEF Elvira de Pardo Meo Muraro
Número de adolescentes:	7, com frequência média de 5 adolescentes; 2 adolescentes encerraram a MSE, no período de realização do projeto.
Duração da atividade:	2 meses (8 dias)
Equipe PSC:	1 técnico/orientador de medida e 1 educador social

O grupo de adolescentes realizou, inicialmente, uma atividade que possibilitou a apropriação do conceito de território e o levantamento de serviços públicos existentes na região de referência dos mesmos. Para isso, foi utilizado um mapa impresso com detalhes da cidade de Campinas.

Após o reconhecimento e apropriação do território de referência e pertencimento dos adolescentes e o levantamento dos serviços públicos existentes, o grupo iniciou o planejamento da atividade de PSC.

A proposta da atividade foi disparada pelo adolescente J. (14 anos), que demonstrou interesse em acessar a escola que estudava para finalizar o cumprimento de sua medida socioeducativa em três meses. O adolescente relatou ao grupo que a escola em que estudava era ‘diferente’, pois oferecia aos alunos 3 refeições: café da manhã, lanche e almoço, e isso era algo que ele gostava muito. Os outros adolescentes demonstraram estranheza com o número de refeições e ficaram curiosos em conhecer a unidade escolar. Os diálogos estabelecidos com a descrição da escola dispararam no grupo reflexões sobre as características de outras escolas e os aspectos mais interessantes e valorizados em um ambiente escolar. A alimentação foi o assunto que teve destaque. O grupo concordou com a proposta do adolescente e, diante disso, iniciou a articulação da parceria.

J. se propôs a conversar com a direção da escola, para agendar a primeira reunião para definir a atividade a ser realizada. Na discussão sobre como seria a articulação dessa parceria, o grupo decidiu redigir uma carta solicitando a parceria da unidade e sugerindo uma possível data de reunião. J. ficou responsável em entregar a carta na escola.

A resposta veio na semana seguinte, com a confirmação da primeira reunião na unidade escolar.

No encontro seguinte, realizamos a visita na escola. Ao chegar à unidade escolar, com 5 adolescentes, 01 orientador de medida e 01 educador, fomos recebidos pela diretora, vice-diretor e coordenadora pedagógica. Os adolescentes foram convidados para um lanche (era expectativa do grupo) e, em seguida, fomos até a sala da biblioteca para iniciar a reunião. A diretora da escola solicitou que os adolescentes apontassem quais eram as ideias do grupo. J. tomou a iniciativa dos diálogos e propôs a retomada de um antigo projeto da escola, planejado pela professora de Artes, que era a elaboração de um grafite com a temática do esporte. A diretora da escola convidou a professora

de Artes a participar do encontro e ficar como responsável para a concretização da atividade. Os outros adolescentes do grupo consideraram a proposta desafiadora e ficaram entusiasmados. Após a reunião, os adolescentes foram convidados pela diretora a conhecer o espaço físico da escola e definir o local onde seria feito o grafite. A escolha foi pela parede do pátio, considerado o espaço mais adequado. Definiu-se, também, a possibilidade de alguns alunos da escola participarem da elaboração do desenho para o estêncil (molde de desenhos vazados para o grafite). Para isso, a escola disponibilizou a sala de informática para o encontro semanal do grupo.

A elaboração dos desenhos e estêncil foi realizada em 2 encontros com a participação de alguns alunos da escola, inclusive a irmã do J., estudante desta unidade escolar. J., no início, demonstrou irritação com a participação de sua irmã, mas conseguiu perceber que ela poderia contribuir com o grupo. Os encontros para a elaboração dos desenhos proporcionaram ao grupo vivenciar o espaço escolar, interagir com os alunos da escola e estreitar relações com os funcionários da escola. O momento mais esperado dos adolescentes era o lanche. Relatavam que os alimentos servidos tinham "sabor de infância" e traziam lembranças de quando estavam na creche. Outro assunto abordado nos encontros foi o comportamento de alguns adolescentes no espaço escolar. Dois adolescentes do grupo estavam evadidos da escola e relataram situações de conflito e indisciplina, pois não gostavam de estudar e frequentavam a escola para "causar". Um aspecto interessante apontado pelo grupo foi que essa escola era diferente, como J. havia relatado, e que eles (os adolescentes do grupo de PSC) estavam se sentindo importantes por estarem na escola novamente.

Após a finalização dos estênceis, o grupo necessitou ser capacitado para o uso das latas de spray e algumas técnicas básicas para o grafite. Tal capacitação ocorreu nas dependências do programa de PSC, pela educadora do grupo, onde foram observadas as habilidades de cada adolescente e definidas as tarefas para a elaboração do grafite.

O primeiro dia de realização do grafite foi tenso, os adolescentes estavam ansiosos e a movimentação dos alunos da escola não possibilitou a concentração dos mesmos, com pouco rendimento do grupo, que demonstrou preocupação com a concretização da atividade.

Na semana seguinte, as aulas foram suspensas, mas a gestão estava na escola e conseguimos prosseguir com a atividade. O desenho planejado saiu do papel e começou a tomar forma no muro do pátio. Foram notórios a dedicação de cada adolescente e o trabalho coletivo realizado por eles, embora não tenha sido possível finalizar a tarefa neste dia.

A finalização da atividade ocorreu no encontro seguinte. Foi um momento importante dessa PSC. Os adolescentes vivenciaram a concretização da atividade proposta, um aspecto importante para todos que participaram. Os relatos de avaliação do processo foram inúmeros: "Nossa, não sabia que eu era capaz de fazer um desenho tão bonito"; "Viu, senhora? Apreendi a mexer com a lata de spray e nem desperdicei"; "Sinceramente eu achei que a gente não iria dar conta".



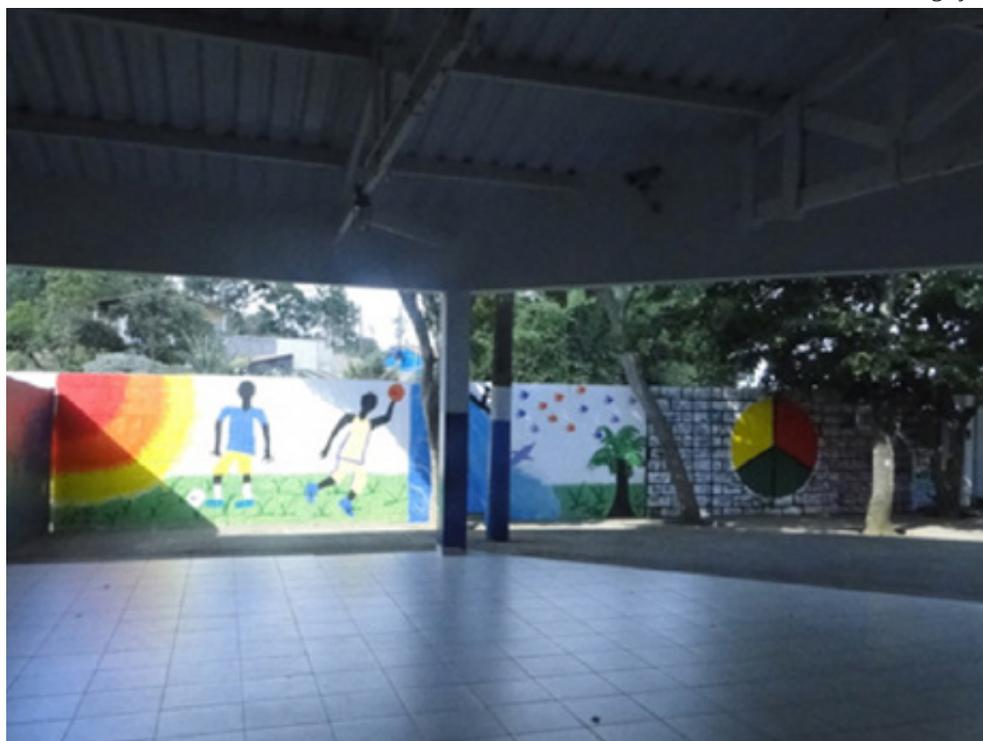
Em seguida à reflexão do grupo sobre o encerramento da atividade, houve uma reunião com a Direção da unidade escolar, na qual os adolescentes foram parabenizados pelo trabalho e a diretora solicitou a permanência da parceria para outras atividades.

Para J., o agradecimento foi específico, e a diretora ressaltou que a escola estava de ‘porta aberta’ para sua visita e que sua marca estaria presente naquela unidade escolar pois J. seria transferido no ano seguinte, em função de reorganização nas modalidades de ensino dessa escola e, para o ano letivo de 2015, a modalidade de ensino oferecida seria o ensino fundamental I (1ºano ao 5ºano).

J. finalizou o cumprimento da medida socioeducativa de PSC em janeiro de 2015 e relatou, nos atendimentos finais, quanto o espaço escolar significou em sua vida e que estava triste pela transferência para outra escola.

A Direção relata que o adolescente J., mesmo não estudando nesta escola, circula em torno dela e, sempre que tem oportunidade, pontua que fez parte da elaboração do grafite.

Divulgação



Grafite realizado no pátio da EMEF Elvira de Pardo Meo Muraro



Breve síntese

O trabalho com adolescentes e jovens cujo trânsito ocorre em áreas sociais críticas – territórios de vulnerabilidades nos quais a desigualdade social mostra sua face mais perversa – implica desafios que se tornam mais complexos e evidentes no atendimento direto dos adolescentes autores de ato infracional.

Um primeiro desafio refere-se à exigência de clareza quanto à leitura do fenômeno – da adolescência/juventude –, que exige considerar as determinantes macrosociais de um modo de ser, estar e agir próprio de um tempo e suas circunstâncias e, simultaneamente, considerar a articulação com a micropolítica da subjetividade de *cada um que é um*, na singularidade reveladora de condições objetivas de vida, da biografia pessoal que desvela a história de seus grupos de pertencimento, de sua classe social e do momento histórico em que vive.

Para esta compreensão, que irá determinar *modos de fazer*, a instituição na qual se alocam os programas têm outro desafio: constituir uma equipe de profissionais qualificados, dos pontos de vista teórico, técnico e ético – ou seja, profissionais comprometidos com uma concepção do adolescente como sujeito de direitos e que realizem um trabalho com base em princípios e fundamentos consensuados, que organizem os fluxos, ações e procedimentos de rotina e, ao mesmo tempo, criem um espaço de reflexão no qual as possibilidades de inventar, ousar e criar se realizem. E, no caso das práticas relativas à execução das medidas socioeducativas, estas devem ser pensadas da perspectiva de enquadramento na legislação vigente – o ECA –, cujo maior desafio, quase três décadas após sua promulgação (1990), é a implementação na área do adolescente autor de ato infracional.

A qualificação dos trabalhadores dos programas garante a elaboração de projetos e propostas baseados em dados reais e articulados a uma rede que assegure, de fato, a circulação do adolescente pelo próprio território e, para além dele, a apropriação de sua cidade. Ainda, esta qualificação permite ousadias nas práticas consistentes do cotidiano, em sintonia com as ousadias próprias da adolescência/juventude; garante a avaliação permanente de seu fazer a partir do caso individual, do grupo, das repercussões nos grupos de pertencimentos dos adolescentes e jovens e no seu futuro como pessoas e cidadãos.

A história dos trabalhos realizados por mais de três décadas pelo COMEC

demonstra, em suas práticas, o enfrentamento destes desafios de modo contínuo, sintonizado com o seu tempo e suas circunstâncias. Dito de outro modo, se retornamos ao período anterior ao ECA (1990), vemos que as ideias que alimentavam o grupo fundador da instituição já antecipavam a concepção de direitos humanos que viria a se constituir em fundamento da lei que viria a ser promulgada.

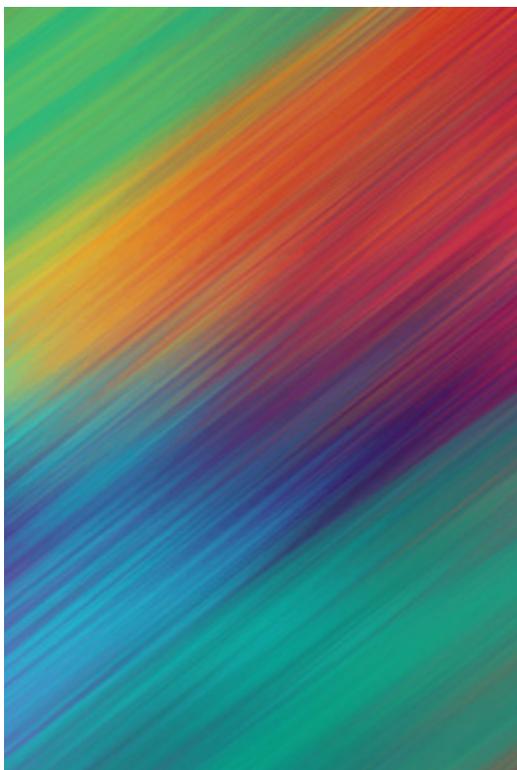
As relações institucionais do COMEC com os serviços e programas dos diferentes sistemas – educação, saúde, assistência social, justiça e segurança pública – que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente (SGDCA) pautam-se pelos interesses dos adolescentes e em sua necessidade de realizarem a cidadania como exercício de direitos e deveres, no cotidiano da vida de cada um. Um desafio!

A continuidade do serviço prestado pelo COMEC na cidade de Campinas realiza a dimensão ética do compromisso com outros futuros possíveis para os adolescentes e jovens, cidadãos deste município.

O propósito aqui realizado, de sistematizar o trabalho realizado pela instituição, foi possível graças à documentação (o acervo de conhecimentos) produzida pelos profissionais em seus atendimentos cotidianos, ao longo desta trajetória, e que agora possibilita o compartilhamento de um conjunto de projetos e práticas com adolescentes que vivem condições adversas ao seu desenvolvimento como pessoa e cidadão.

E, finalmente, vale salientar que a intenção deste livro é estabelecer um diálogo produtivo com todos aqueles que, nestes tempos difíceis – de mudanças aceleradas e novos fenômenos da contemporaneidade –, pautam sua prática profissional pela ética da responsabilidade para com as novas gerações.

Maria de Lourdes Trassi Teixeira



Bibliografia

ASSIS, S. G. de. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ASSIS, S. G. de e CONSTANTINO, P. *Filhas do Mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

BROIDE, J. *Psicanálise: nas situações sociais críticas. Violência, juventude e periferia: em uma abordagem grupal*. Curitiba: Juruá, 2008.

BROIDE, J. e BROIDE, E. E. *A psicanálise em situações sociais críticas. Metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Escuta, 2015.

CARVALHO, F. A. *Adolescente em Liberdade Assistida: algumas histórias*. Jundiaí (SP): PACO, 2010.

COSTA, A. C. G. *Pedagogia da Presença*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 1997.

COSTA, A. C. G. *A presença da pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa*. São Paulo: Global, 1999.

DIAS, E. O. *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

DIAS, E. O. *Interpretação e manejo na Clínica Winnicottiana*. São Paulo: DWW Editorial, 2014.

DIMENSTEIN, G. *Meninas da noite*. São Paulo: Ática, 1992.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. 13ª ed.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



GALHEIGO, S. M.; TAKEITI, B. A.; HARDER, J.; CATALANO, L. ; JORGE, R. ; SILVA, V. C. Adolescência, cidadania e subjetividade: um estudo sobre a atenção ao adolescente em situação de risco pessoal e social na cidade de Campinas. In: VI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, 1999, Águas de Lindóia. Programas e Resumos, 1999. vol. 1, pp. 24-24.

GALHEIGO, S. M. O social: idas e vindas de um campo de ação em terapia ocupacional. In: Elisabete Matallo Marchesini de Pádua; Lilian Vieira Magalhães (orgs.) *Terapia Ocupacional: teoria e prática*. Campinas: Papirus, 2003, vol. 1, pp. 29-46.

GARCIA, R. M. A tendência antissocial em D. W. Winnicott. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2004.

GARCIA, R. M. O uso da consulta terapêutica na clínica da tendência antissocial. In: Elsa Oliveira Dias; Zeljko Loparic (org.), *Winnicott na Escola de São Paulo*. São Paulo: DWW Editorial, 2011, pp. 397-421.

ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (orgs.). *Justiça, adolescente e Ato infracional: socioeducação e responsabilização*. São Paulo: ILANUD, 2006.

LEVISKY, D. L (org.) *Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise na prática social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____. *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção*. “Conhecendo, articulando, Integrando e multiplicando”. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

LORETO, O. D. (org.). *Posições tardias: contribuição ao estudo do segundo ano de vida*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

LORETO, O. D. *Casos e causos acontecidos no tempo das diligências*. São Paulo: All Bookz, 2009.

_____. *Origem e modo de construção das moléstias da mente (psicopatogênese): a psicopatogênese que pode estar contida nas relações familiares*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MALLART, F. *Cadeias dominadas: A Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens Internos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

MARQUES, G. S. S. (org.) *Olhares compartilhados: uma história sobre as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no município de São Carlos*. São Carlos (SP). Riani Costa, 2012.

MENEZES, C. *Era uma vez e... continua sendo*. Campinas: Pontes Editores, 2014.

MORENO J. L. *O Teatro da Espontaneidade*. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1984.



PEREIRA, I., MESTRINER, M. L., *Liberdade Assistida & Prestação de Serviços à Comunidade: medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 1999.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA). Nº 050/2009. Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

SISTEMA NACIONAL ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO (SINASE). Secretaria Especial dos Direitos Humanos. CONANDA. Brasília, julho de 2005.

SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS), Lei nº 12.435, Ministério do Desenvolvimento Social, 2004.

TAKETI, B. A. O adolescente e a violência? Uma análise da configuração de sentido do adolescente sobre o fenômeno da violência. Mestrado em psicologia social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

_____. Juventude, subjetivação e violências: inventando modos de existência no contemporâneo. Doutorado em psicologia social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014.

TRASSI, M. de L. *Adolescência – Violência: desperdício de vidas*. São Paulo: Cortez, 2006.

TEIXEIRA, M. de L. T e MALVASI, P. A. *Violentamente pacíficos – Desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, M. de L. T. *As histórias de Ana e Ivan*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência Social e Fundação Abrinq, 2004.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS – Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

VALENTE, J. *Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento*. São Paulo: Paulus, 2013.

VOLPI, Mario. (org) *O adolescente e o ato infracional*. São Paulo: Cortez, 1999.

WINNICOTT, D. W. *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ZIMERMAN, D. E (org.). *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.



Anexos



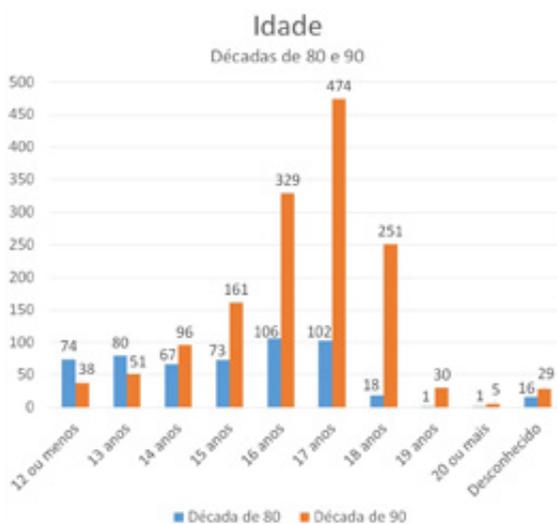
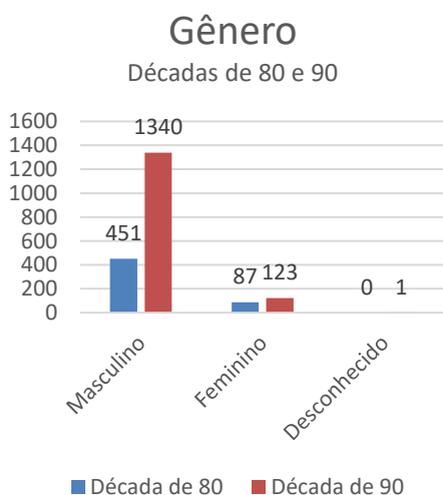
Anexo 1

Levantamento de dados do perfil do adolescente atendido pelos programas de Liberdade Assistida, Aprendizagem Profissional e Prestação de Serviços à Comunidade⁸⁰.

Programa de Liberdade Assistida (LA)

Em três décadas, de 1980 a dezembro de 2014, o Programa de Liberdade Assistida (LA) atendeu 4.820 adolescentes. Os dados colocados em gráficos são empíricos e auxiliam na identificação do perfil dos adolescentes e outros aspectos relevantes.

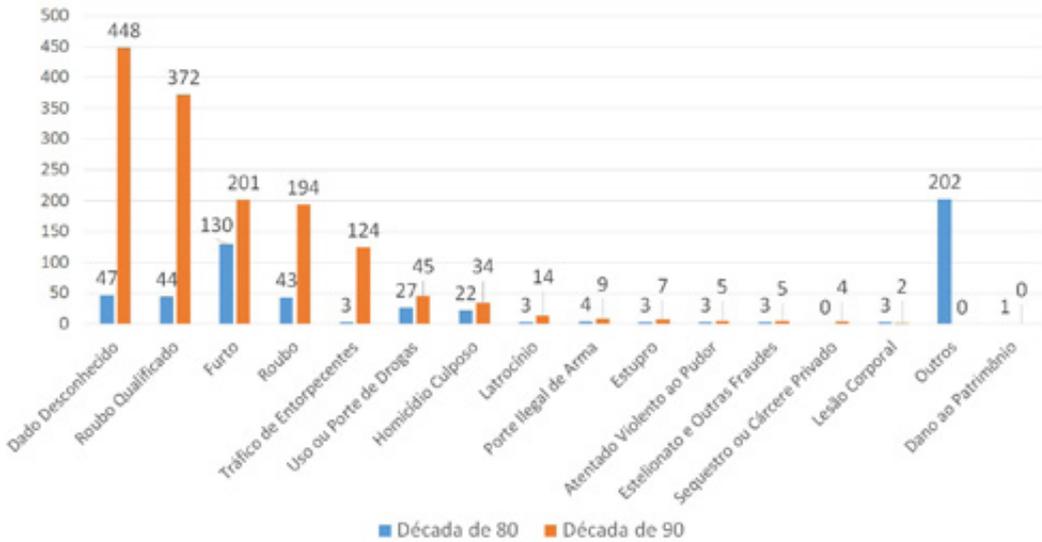
Décadas de 1980 e 1990



80 Nas duas primeiras décadas, os casos eram registrados manualmente; o banco de dados informatizado foi elaborado e implantado entre 1999 e 2000. As informações foram acrescentadas conforme mudanças nas legislações e/ou políticas de atendimento da criança e do adolescente. Nesse sentido, há uma diferença de dados coletados entre as décadas. Os dados desconhecidos referem-se a informações não preenchidas no banco de dados.

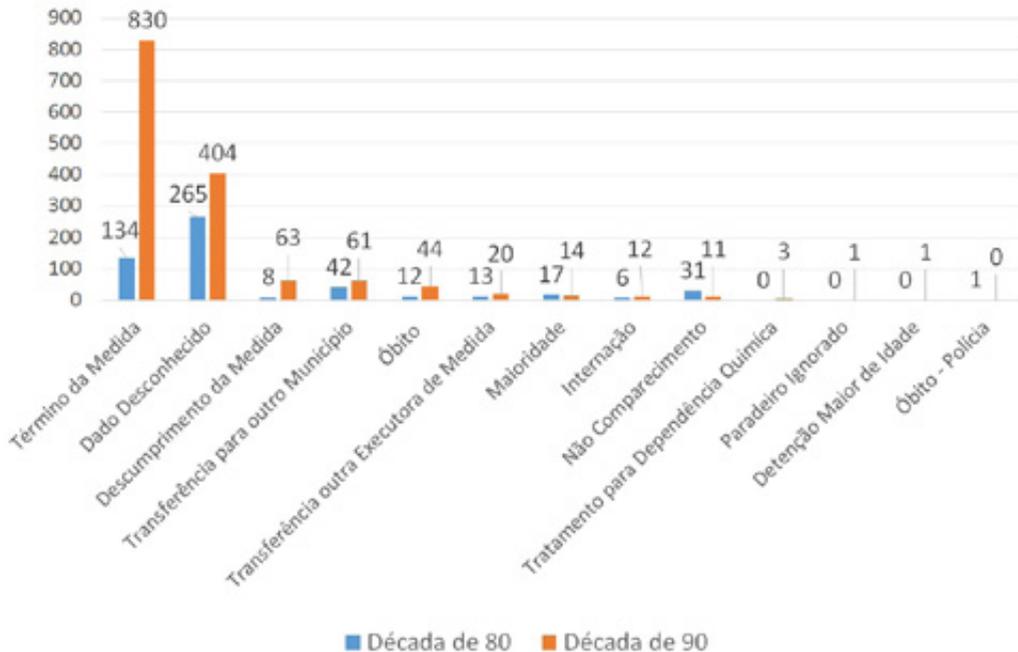
Motivo de Entrada

Décadas de 80 e 90



Motivo de Saída

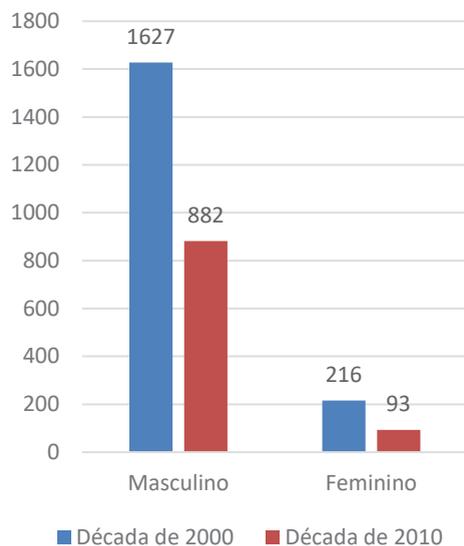
Décadas de 80 e 90



Décadas de 2000 e 2010

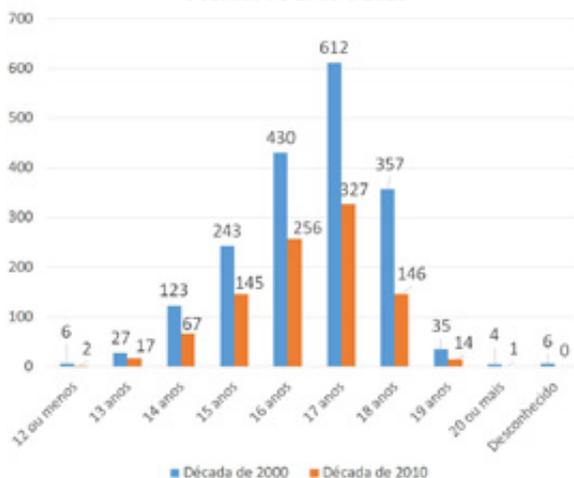
Gênero

Décadas de 2000 e 2010



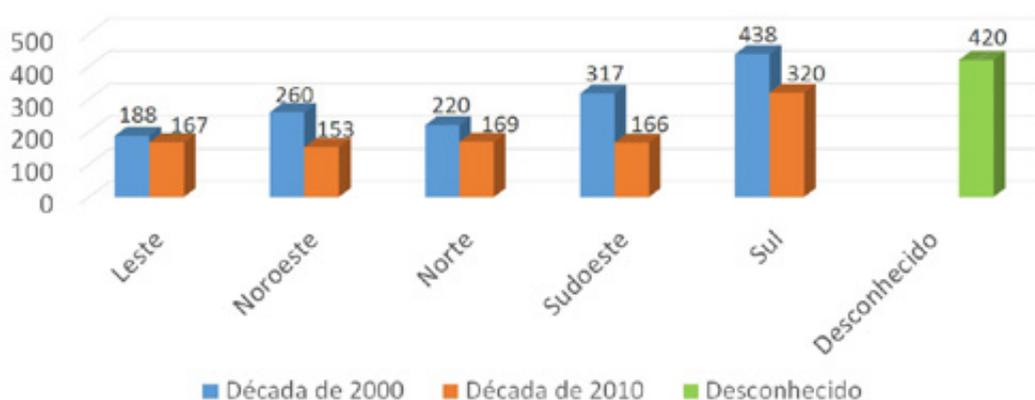
Idade

Décadas de 2000 e 2010



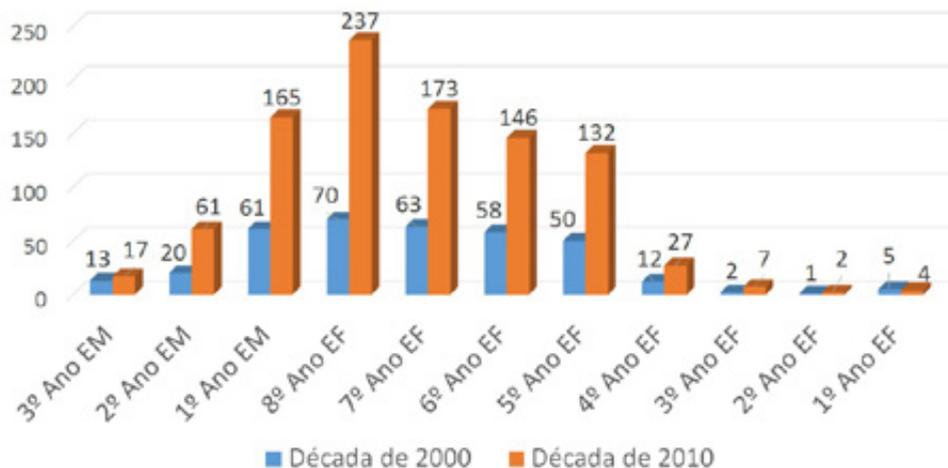
Região

Décadas de 2000 e 2010



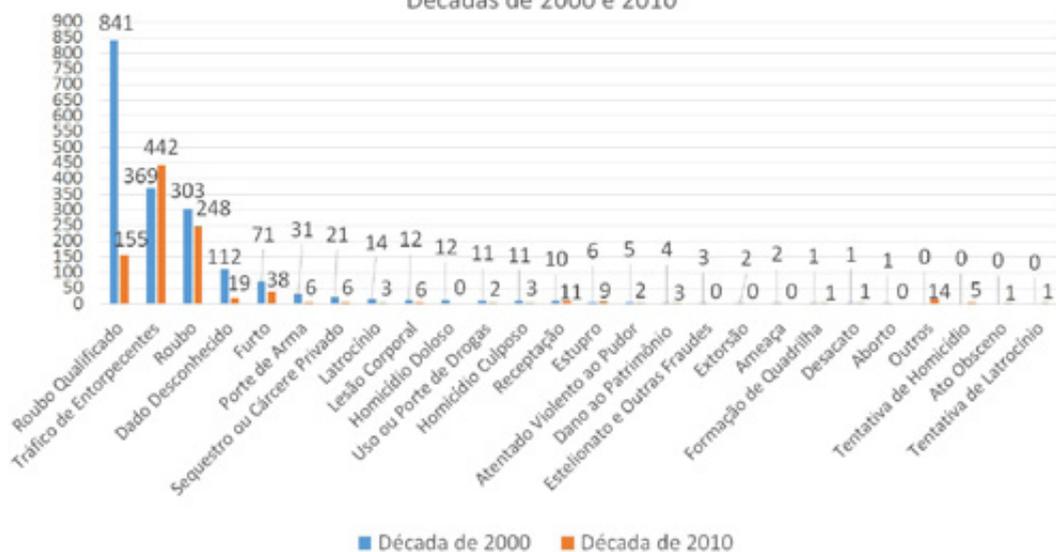
Escolaridade

Décadas de 2000 e 2010



Motivo de Entrada

Décadas de 2000 e 2010



Motivo de Saída

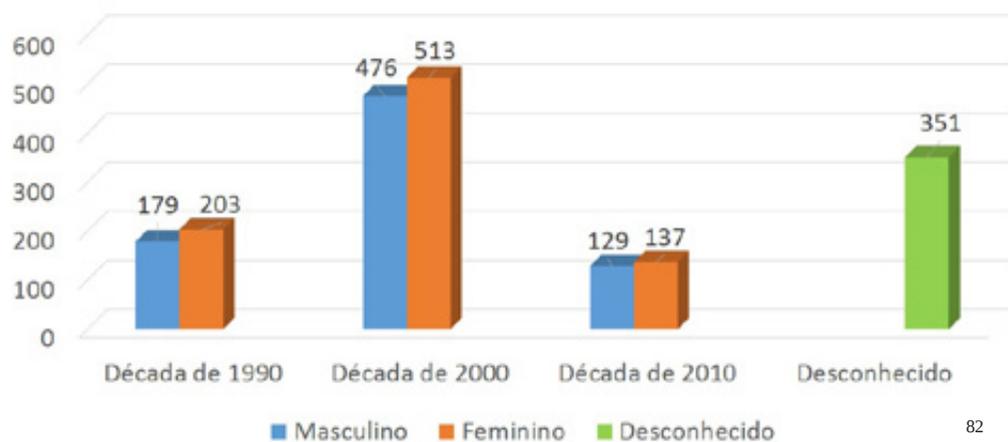
Décadas de 2000 e 2010



Programa de Aprendizagem Profissional (AP)

De 1992 a dezembro de 2014, o programa atendeu 1.988 adolescentes.

Gênero

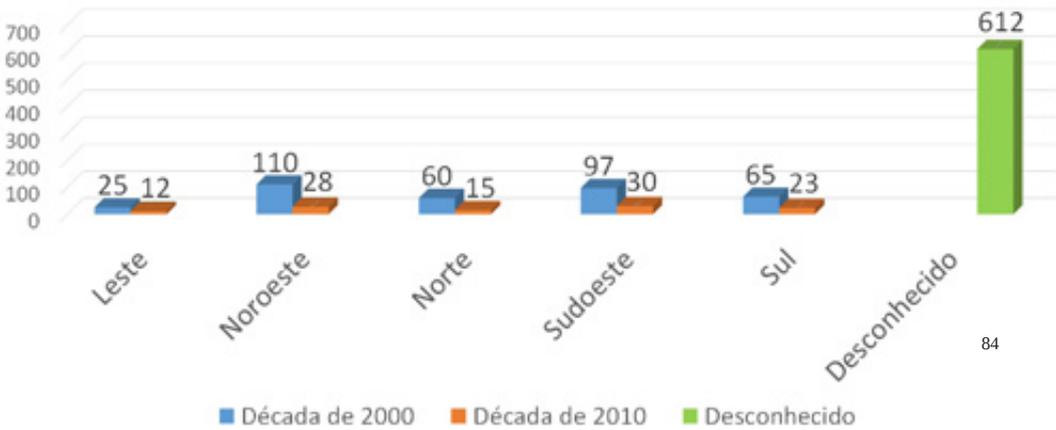


Cidade de Origem



83

Região



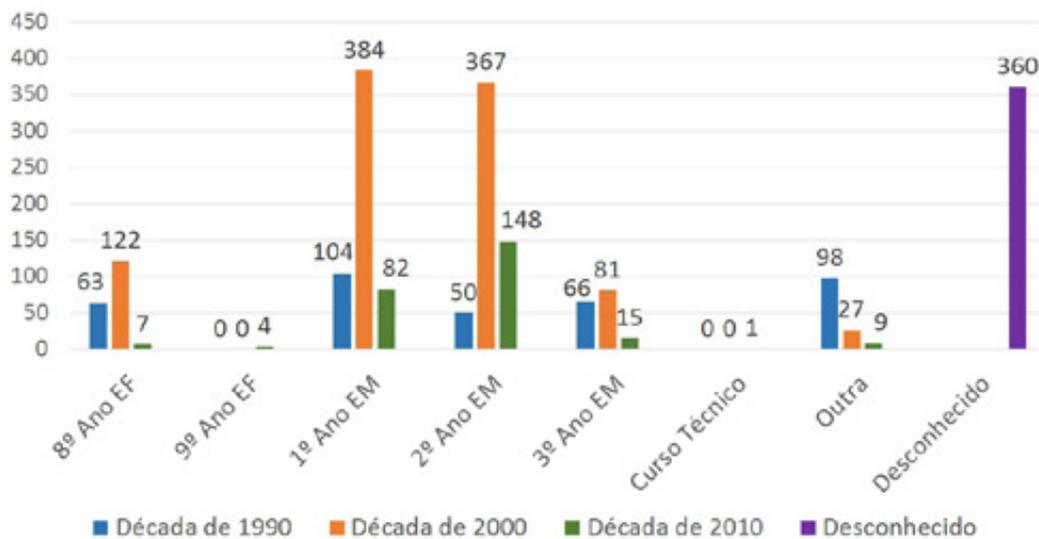
84

83 Na década de 1990, este dado não foi computado.

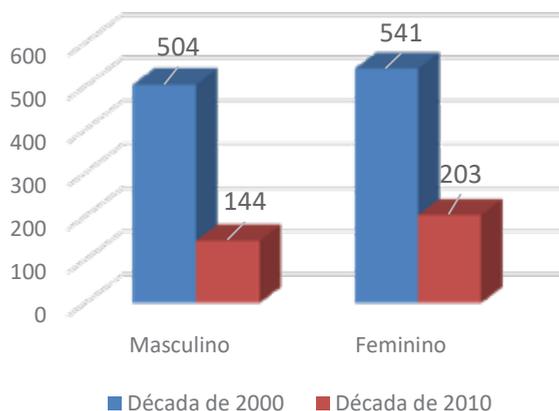
84 As regiões referem-se exclusivamente à cidade de Campinas. Na década de 1990, este dado não era registrado.



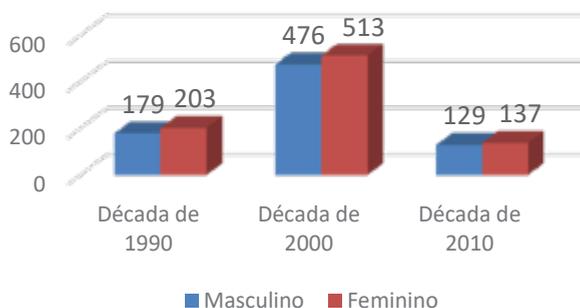
Escolaridade



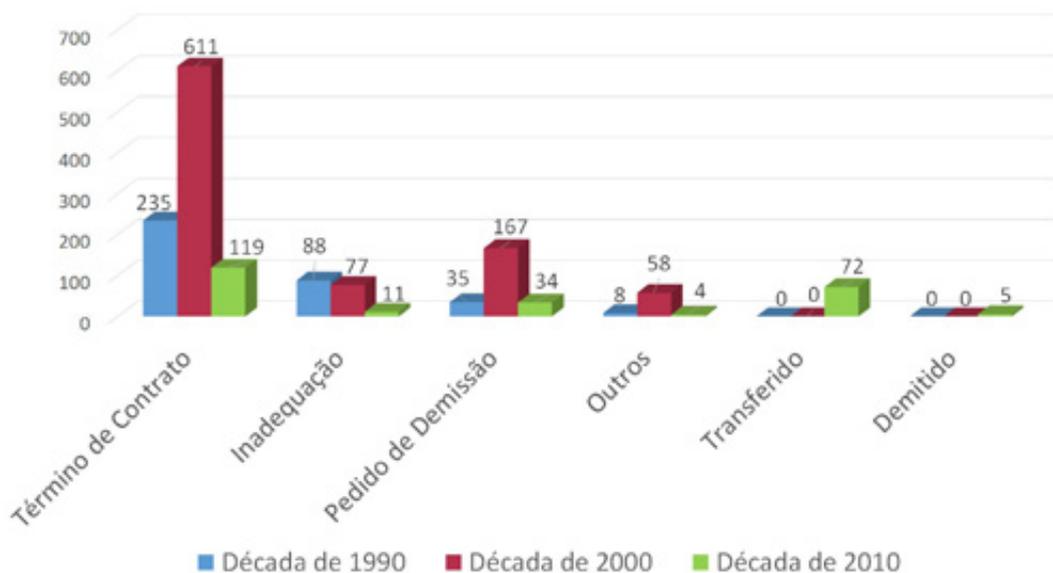
Inseridos na Capacitação



Inseridos no Mercado de Trabalho

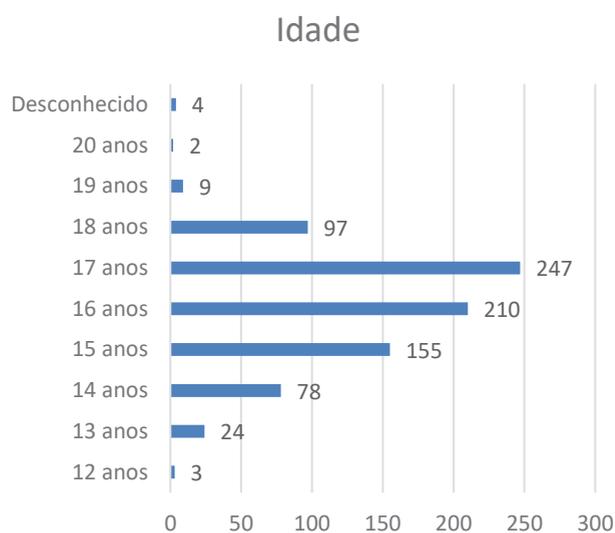
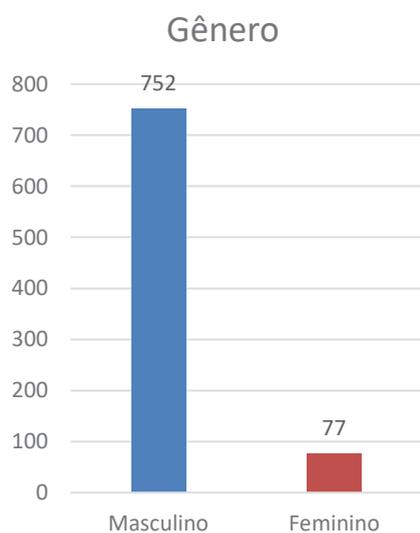


Motivo de Saída

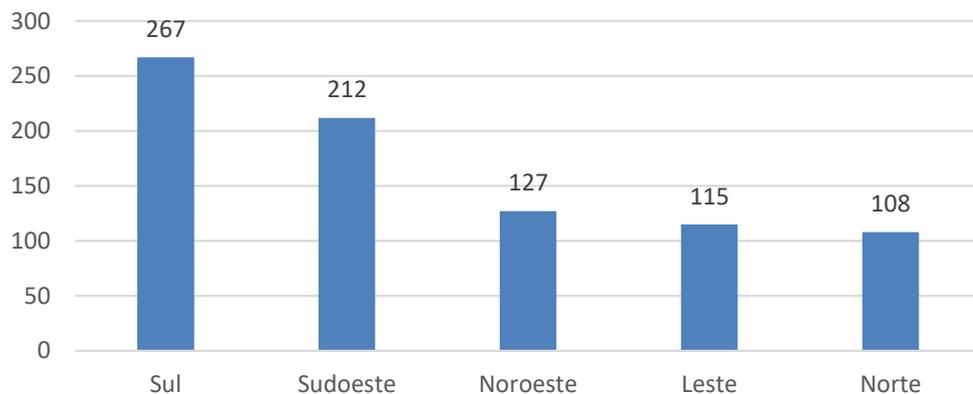


Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

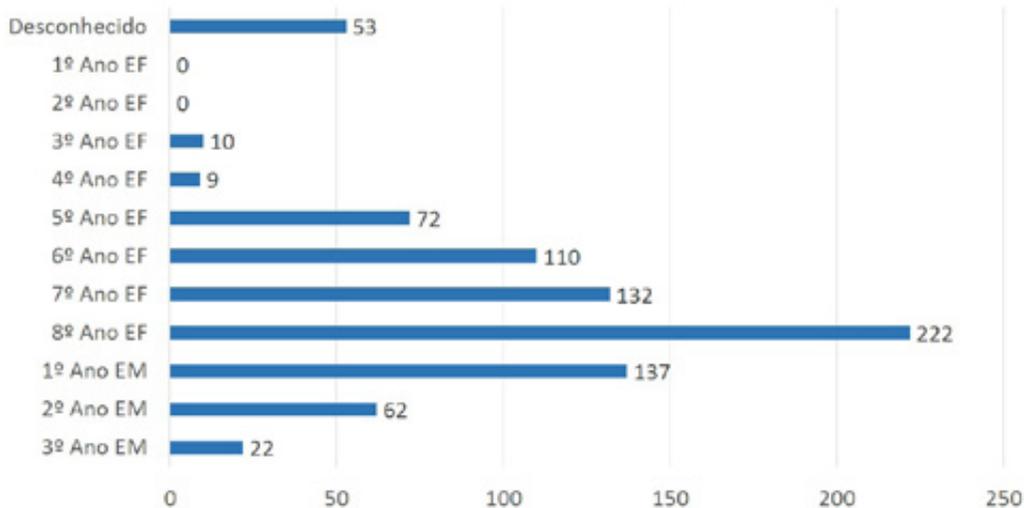
O Programa de PSC, no período de 2007 a 2014, atendeu 829 adolescentes.



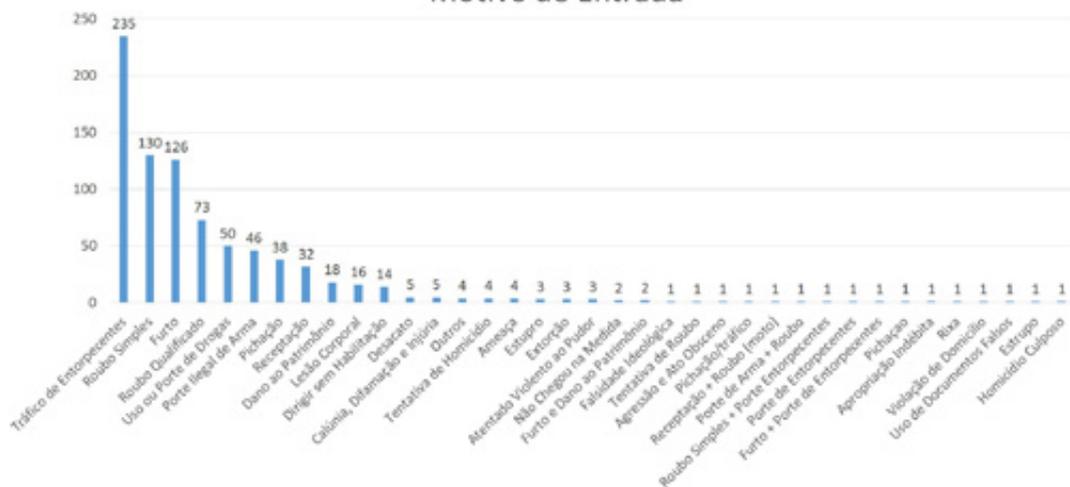
Região de Moradia



Escolaridade



Motivo de Entrada



Motivo de Saída



Anexo 2

Projetos em destaque

Os projetos foram realizados pelo COMEC por um ou mais dos seus programas. Foram subsidiados por instituições parceiras ou financiadoras e estão citados nos respectivos capítulos.

Projeto ACJ/BRASIL – Capacitação dos adolescentes para Educação Para e Pelo Trabalho (AP). ACJ, 2003.

Projeto Vivendo e Aprendendo – Capacitação de adolescentes para o mercado de trabalho (AP). Instituto Cooperforte, 2005.

Projeto Desafios – EscoLA: Experiências Compartilhadas (LA). Fundação Telefônica, 2006.

Projeto (Re)Significando a Liberdade (LA/PSC). Fundação ABRINQ, 2008.

Projeto Reestruturação do Espaço Físico (LA). Instituto Robert Bosch, 2010.

Projeto Escalada para a Vida – Esporte saúde e educação para adolescentes (LA). CONDECA, 2009.

Projeto Aprendizagem Profissional – Melhora da infraestrutura, aquisição de equipamentos, material didático e capacitação da equipe técnica e técnica de avaliação (AP). FIES, 2009.

Projeto PROTEJO/Pronasci. Jovens da Comunidade “Prevenção da violência” (AP). Ministério da Justiça, 2010.

Projeto de fotografia – Captando Imagens, Revisitando Histórias. (PSC). FEAC, 2011.

Projeto de fotografia – Revelando a Vida (PSC). FEAC, 2012.

Projeto Vida em Outras Cores – Desenvolver conceitos de culturas e artes através de oficinas de grafite e DJ, despertando nos adolescentes o interesse para retorno à escola e ao mundo do trabalho (LA). Fundação Banco do Brasil, 2013.

Projeto RESSIGNIFICANDO o Mundo do Trabalho – Adolescência e MSE em Meio Aberto (PSC). Preparar adolescentes em Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade para o mundo do trabalho. CMDCA de Campinas, 2013.

Projeto RESSIGNIFICANDO o Mundo do Trabalho – Adolescência e MSE em Meio Aberto – Sistematização da prática (PSC). Tecnologia Social – FEAC, 2014.

Projeto RESSIGNIFICANDO o Mundo do Trabalho – Adolescência e MSE em Meio Aberto. Sistematização e Reaplicabilidade da Ação. Inovação Social (PSC). FEAC, 2015.



Anexo 3

Prêmios recebidos pelo COMEC ou por um de seus programas

Prêmio Bem Eficiente – Kanitz, 50 melhores entidades do Brasil. 1998.

Prêmio Bem Eficiente – Kanitz, 200 melhores entidades do Brasil. 1999.

Honra ao Mérito – 1ª edição do Prêmio Socioeducando. Brasília. 1999.

Honra ao Mérito da Câmara Municipal de Campinas – Relevantes Serviços Prestados a Campinas. 2000.

Honra ao Mérito da Câmara Municipal de Campinas – Relevantes Serviços Prestados a Campinas. 2001.

Certificado do Canal Futura pelo trabalho realizado com adolescentes “Aventura do Conhecimento”. 2001.

Honra ao Mérito Hebert de Souza – Betinho. 2002.

Prêmio Rotary Campinas Sul. 2002.

Prêmio Itaú UNICEF/CENPEC – Capacitação do Jovem para o Mundo do Trabalho (AP). 2005.

Prêmio Projeto Cidadão. LA e AP. Rede Anhanguera de Comunicação (RAC). CPFL/BRASIL. 2005.

Homenagem do Movimento DEGRAU – Primeira entidade a trabalhar com a Lei nº 10.097/00 em Campinas (AP). 2006.

Prêmio Destaque 2007. Atividades no Campo da Ação Social. Grupo Campinas de RH – GRUCA. 2007.

Certificado de Tecnologia Social – Espaço Meninas. Conferido pela Comissão de Certificação do prêmio. Fundação Banco do Brasil. 2011.

Certificado de Inovação Social. Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC). 2014.



Anexo 4

Estudos e pesquisas com foco em programas e projetos desenvolvidos pelo COMEC

No acervo bibliográfico do COMEC, constam outros trabalhos de conclusão de curso (TCC) em várias áreas de conhecimento: terapia ocupacional, serviço social, psicologia, entre outros.

ALBUQUERQUE, Miriam de Souza Leão. **A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho**. Mestrado em Educação na Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2004.

ALLEGRETTI, Maitê Menegazzo. **As Interfaces da Promoção da Saúde e Um Programa de Aprendizagem Profissional**. Mestrado em Psicologia da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo – SP. 2009.

ALLEGRETTI, Maitê Menegazzo; GALHEIGO, Sandra Maria. **A Rede de Apoio Social do Adolescente Autor de Ato Infracional e de Sua Família**. In: VIII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional e V Congresso Latino-Americano de Terapia Ocupacional, 2003, Foz do Iguaçu. Resumo do VIII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional e V Congresso Latino-Americano de Terapia Ocupacional. Curitiba: ACTOEP, 2003. v. 1. p. 60-60.

BROIDE, Jorge. **A Economia Solidária Enquanto Opção de Vida para o Adolescente Cumprindo Medida Socioeducativa em Meio Aberto**. In: BROIDE, Jorge; BROIDE, Emília Estivalet. *A psicanálise em situações sociais críticas. Metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Escuta. 2015.

CAPUCCI, Ana Gláucia; DELORENZO, Giovanna Augusta da Silva; FOLTRAN, Marili Aquino. **A Importância do Trabalho Interdisciplinar no Acompanhamento Pré-Natal Junto a Adolescentes Infratoras**. (Painel apresentado no V Congresso e IV Simpósio Latino Americano de Terapia Ocupacional, no SESC Venda Nova, em Belo Horizonte). Belo Horizonte – MG. 1997.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **O Adolescente Autor de Ato Infracional x Escola: Quem Fala, Quem Escuta?** Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade. Universidade Bandeirantes de São Paulo. São Paulo – SP. 2011. p. 135-148.

CLARETO, Lucila Ferrari; GALHEIGO, Sandra Maria. **Experiência Ocupacional, Cotidiano e Subjetividade: Um Estudo Comparativo entre Adolescentes em Medida de Liberdade Assistida e em Programa de Educação para e pelo Trabalho**. In: VIII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional e V Congresso Latino-Americano de Terapia Ocupacional, 2003, Foz do Iguaçu. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional e V Congresso Latino-Americano de Terapia Ocupacional. Curitiba: ACTOEP, 2003. v. 1. p. 61-61.

CONTI, Juliana; DELORENZO, Giovanna. **Relato de uma Experiência: Ateliê de Atividades com Adolescentes**. Trabalho apresentado no estágio de graduação em Terapia Ocupacional da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. CADERNOS: Centro Universitário São Camilo. São Paulo – SP. 1995.

DANELUTTI, Uíara Cristina Viana. **Espaço Meninas: Por uma Arquitetura Socioeducativa para as Adolescentes em Conflito com a Lei**. Trabalho de Conclusão de



Curso apresentado à Universidade Bandeirantes de São Paulo, como exigência do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Adolescente em Conflito com a Lei – Práticas Profissionais. Universidade Bandeirantes, São Paulo – SP. 2010.

DELORENZO, Giovanna Augusto Said; SANTAMARIA, Larissa Mazzotti; GALHEIGO, Sandra Maria. **Atelier de Terapia Ocupacional: Um Espaço de Criação e Vivência Cotidiana.** In: VIII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional e V Congresso Latino-Americano de Terapia Ocupacional, 2003, Foz do Iguaçu. Resumo do VIII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional e V Congresso Latino-Americano de Terapia Ocupacional. Curitiba: ACTOEP, 2003. v. 1. p. 103-103.

FOLTRAN, Marili, MARTINS, Andreia Ferreira. (2002) **COMEC: Relato de uma Prática em Liberdade Assistida na Cidade de Campinas.** Pôster apresentado no I Congresso Brasileiro de Psicologia – Ciência e Profissão, São Paulo, Brasil.

FOLTRAN, Marili, VIANNA, Regina Maria Morawska. (2006) **“Espaço Meninas”-Relato de uma Prática com Adolescentes Autoras de Ato Infracional no COMEC.** Pôster apresentado no II Congresso Brasileiro de Psicologia – Ciência e Profissão, São Paulo, Brasil.

FOLTRAN, Marili. (2000). **Liberdade Assistida - Uma Experiência Possível.** Pôster apresentado na Primeira Mostra Nacional de práticas em psicologia, CRP São Paulo, Brasil.

FOLTRAN, Marili; SOLTERMANN, Beatriz Modesta Rodriguez de. (2000) **Um Cenário para Transformação.** Pôster apresentado no XII Congresso Brasileiro de Psicodrama, São Pedro – SP, Brasil.

GUELLI, Eliani; ISA, Suely M. **O Perfil do Menor Infrator de Campinas.** Relatório final. Unicamp IMECC, Campinas – SP. 1990.

Inclusão Digital na Medida. Comitê para Democratização da Informática. São Paulo: Fundação Telefônica, 2007. 120p.

JANUÁRIO, Fabiola Augusta do Carmo; DELORENZO, Giovanna Augusta da Silva; PASCHOALI, Maria Cristina. **Um Ponto de Vista: Delinquência e o ser Adolescente.** Monografia para conclusão do Curso de Especialização em Psiquiatria e psicologia Clínica da Adolescência, Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP. Campinas – SP. 1994.

KHATER, Eduardo. **Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada de Autorrelato para Adolescentes (EDAAR-AD): Adaptação e Validade.** Tese de Doutorado da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas – SP. 2014.

KHATER, Eduardo. **Modelo dos Ciclos Terapêuticos/TCM para Adolescentes em Conflito com a Lei.** Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas – SP. 2009.

MACIEL, Débora Porto, OLIVEIRA, Martha Lopes de. **Reflexões Acerca do Afastamento dos Jovens no Projeto.** In: Guerra, Antônia Márcia Araújo (Org.). Construindo Política com a Juventude – Pronasci/Projeto. São Paulo: Editora NTC-PUC/SP. 2011. 244p.



MENDES, Luiz Henrique Pereira. **O Uso da Fotografia como Recurso em uma Medida Socioeducativa de Meio Aberto: Retratos e Relatos.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Bandeirantes de São Paulo, como exigência do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Adolescente em Conflito com a Lei – Práticas Profissionais. São Paulo – SP. 2010.

MONTENEGRO, Maria Inês Torres. **Sociodrama: Recurso para Transformação do Grupo, do Diretor e das Relações na Educação.** Trabalho apresentado para conclusão do curso de Especialização em Sociopsicodrama do Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas, Campinas – SP. 2007.

OGIDO, Rosalina. **Adolescência, Maternidade e Mercado de Trabalho: Uma Relação em Construção.** Tese apresentada no programa de Pós-Graduação em Saúde pública para obtenção de título de doutor em Saúde Pública, na Universidade de São Paulo. São Paulo – SP. 2011.

PETROKAS, Rejane Cristina; SANTAMARIA, Larissa Mazzotti. (2007) **Espaço Vivencial de Atividades: Novos Percursos com adolescentes Autor de Ato Infracional.** Pôster apresentado X Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Goiânia – GO, Brasil.

SOLTERMANN, Beatriz Modesta Rodriguez de. **Adolescentes Autores de Ato Infracional.** Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas – IPPGC, Campinas – SP. 2000.

VALENTE, Juliana Berger – **Dilemas Morais na Liberdade Assistida: O Caso de Campinas.** Mestrado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2017.

VEDOVELLO, Adilaine Juliana Scarano. **Um Novo Olhar para a Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade.** Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Adolescente em Conflito com a Lei – Práticas Profissionais da Universidade Bandeirantes de São Paulo. São Paulo – SP. 2010.

VIANNA, Regina Maria Morawska. **Contando Histórias, Reconstruindo Significados e Transformando Vidas: Um Olhar para a Liberdade Assistida.** Campinas: ITFCCAMP – Instituto de Terapia de Família e Comunidade de Campinas, Campinas – SP. 2008.

YAMAGUTE, Tâmara Harumi. **Vivendo e Aprendendo: Como um Grupo de Adolescentes Mudou seu Funcionamento.** Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Sociopsicodrama do Instituto de Psicodrama e Psicoterapia de Grupo de Campinas, Campinas – SP. 2007.

YAMAGUTE, Tâmara Harumi; SCOPACASA, Priscila Rejane de Oliveira; OLIVEIRA, Biviane Moro de. **Trabalho, Emprego e Geração de Renda.** Guia da Juventude de Campinas/Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI do Programa Juventude: uma política em construção. 1ª edição. Campinas: Fundação FEAC. 2016.



Anexo 5

Manual interno de normas e procedimentos do acolhimento

Objetivo

Acolher na instituição executora os adolescentes e suas famílias numa proposta coletiva, oferecendo a primeira escuta técnica, bem como fornecer as primeiras informações a respeito do funcionamento institucional e da Medida Socioeducativa em Meio Aberto.

Procedimentos

Primeiro atendimento na executora

É organizado após a coordenação técnica receber do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), via e-mail, o encaminhamento do adolescente para atendimento na instituição.

O encaminhamento do adolescente e seu responsável para a unidade executora do município é feito pelo posto de atendimento do CREAS, localizado dentro da Vara da Infância e Juventude que, após a realização de audiência de Instrução e Julgamento, que determina judicialmente a medida socioeducativa a ser cumprida, recebe o adolescente e seu responsável para definição da unidade executora que será responsável pelo acompanhamento da MSE.

O posto do CREAS, após receber o adolescente e definir a unidade executora responsável, emite um documento denominado “Orientações sobre o cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto”, contendo nome da executora, endereço, data e horário para o comparecimento do adolescente e seu responsável ao acolhimento, nos Programas de Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade.

Documento de encaminhamento para a executora

O encaminhamento do adolescente e seu responsável para a unidade executora é feito através do documento intitulado “Encaminhamento para prestadora de serviços do SUAS”, encaminhado via e-mail. Este documento tem o objetivo de subsidiar a equipe técnica no que se refere às principais informações sobre o adolescente e à medida a ser cumprida, como: medida aplicada, tempo da medida, dados pessoais, contato telefônico, endereço e região referente ao território de procedência, data e horário do comparecimento ao primeiro atendimento – acolhimento e informações complementares, se houver necessidade.

Definição do técnico de referência e dupla com foco na família

A coordenadora técnica do programa define a equipe que será referência do caso, tendo como critérios: região em que a residência do adolescente está localizada, vagas disponíveis na lista dos técnicos de referência para cada região, gravidade ou peculiaridades do caso.



Informações do acolhimento

São dadas informações sobre: a instituição, as especificidades da medida socioeducativa a ser cumprida, a equipe que realizará o acompanhamento do adolescente e da família, a frequência dos atendimentos, necessidade de organizar os documentos pessoais, uso do bilhete único para obter a passagem para o transporte coletivo e o agendamento seguinte com a equipe de referência. Possibilita também ser um espaço para responder dúvidas gerais dos futuros atendidos.

Procedimentos pós-atendimento coletivo

Recolhimento de documentos para impressão, lanche, providência de passagem para o transporte coletivo.



Anexo 6

Glossário de siglas

AABB – Associação Atlética Banco do Brasil

ACJ – Associação Caminhando Juntos

AEDHA – Associação de Educação do Homem de Amanhã

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

AP – Aprendizagem Profissional

APASCAMP – Associação dos Pais e Amigos dos Surdos de Campinas

APOT – Associação Promocional Oração e Trabalho

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPSij – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil

CAVI – Casa de Apoio à Vida

CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos

CDI – Comitê para Democratização da Informática

CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social

CEASA – Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.

CEF – Caixa Econômica Federal

CERECAMP – Centro Educacional do Trabalhador de Campinas

CETS – Centro de Educação dos Trabalhadores de Saúde

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

COAS – Centro de Orientação e Apoio Sorológico

COF – Conselho de Obras Federadas

COHAB Campinas – Companhia de Habitação Popular de Campinas

COMEC – Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas

COMI – Centro de Orientação ao Menor Infrator

CONDECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente



CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CT – Conselho Tutelar
DAS – Distrito de Assistência Social
DF – Defensoria Pública
DST – Doença Sexualmente Transmissível
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ESPRO – Ensino Social Profissionalizante
ET – Educação para e pelo Trabalho
FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
FEBEM-SP – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FUNDAÇÃO CASA – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
IDACO – Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária
ILANUD – Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
IM – Interpretação da Medida
LA – Liberdade Assistida
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MP – Ministério Público
MSE – Medida Socioeducativa
MSE-MA – Medida Socioeducativa em Meio Aberto
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NAMA – Núcleo de Agricultura e Meio Ambiente
NAS – Núcleo de Ação Social
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ONG – Organização Não Governamental



OSC – Organização da Sociedade Civil
PIA – Plano Individual de Atendimento
PROGEN – Projeto Gente Nova
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade
PUCC – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo
SERET – Secretaria de Relações do Trabalho
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI – Serviço Social da Indústria
SGDCA – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SMCAIS – Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TABA – Espaço de Vivência e Convivência do Adolescente
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
VIJ – Vara da Infância e Juventude





Apoio Institucional

